

VALDEC ROMERO CASTELO BRANCO

E-BOOK

Introdução à Economia



Inova Brasil
Consultoria

Guarulhos

2017

ÍNDICE

Apresentação	4
Conceito de economia	6
Teoria econômica	8
Evolução do Pensamento Econômico	9
Bens e Fatores de Produção	12
Sistemas Econômicos	13
O problema fundamental da economia	15
Composição do sistema econômico	18
Fluxo de bens, serviços, fatores produtivos	19
Curva de possibilidades de produção	20
Noções básicas de microeconomia	31
Teoria do Consumidor	31
Conceito de elasticidade	43
Relação entre elasticidade e receita total (RT)	55
Estrutura do mercado	62
Teoria da produção	68
Teoria dos custos de produção	78
Análise do Break-Even Point	82
Alterações no Break-Even Point	86
Noções de macroeconomia	89

Política econômica	89
Agregados macroeconômicos	95
Principais agregados macroeconômicos	97
Evolução da Moeda	100
As funções da moeda	105
O multiplicador bancário	107
Meios de pagamento	110
Inflação e seus indicadores	111
Dívida pública	120
O mercado cambial	129
Relações internacionais do Brasil	141

APRESENTAÇÃO

A economia é uma ciência considerada por muitos, muito complexo, mas, na verdade, isso é verdade; mas seu entendimento, mesmo de forma básica, é essencial as nossas vidas, trata-se de algo presente na vida diária de todos nós.

A economia pode ser entendida como a ciência social que estuda a produção, a circulação e o consumo dos bens e serviços que são utilizados para satisfazer as necessidades humanas.

Não deve ser um conhecimento somente ligado aos profissionais de finanças, negócios e governo, mas, ao contrário, a influência da economia na vida das pessoas é percebida, por meio do aumento do custo de vida, dos impostos, dos gastos públicos etc. Considerando-se o atual contexto econômico internacionalizado, na qual o mundo passa por uma profunda crise, é de fundamental importância ler, estudar e procurar entender sobre a economia internacional e nacional e suas causas e efeitos no cotidiano do mundo, país, cidades e comunidade em geral, visto que este tema já faz parte do dia a dia das pessoas, por meio de inserções diárias pelos meios de comunicação impressa, televisiva, via Internet, aparelhos móveis etc.

VALDEC ROMERO CASTELO BRANCO

Professor universitário há 26 anos, formado em administração de empresas; mestre em administração de empresas; mestre em educação, administração e comunicação (multidisciplinar); pós-graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior.

Atua como consultor sênior na INOVA BRASIL consultoria empresarial.

Ministra, desde 1995, palestras, cursos, treinamentos, seminários, workshops, cursos in company etc.

Ex-sócio da Lume Recursos Humanos, empresa especializada em mão de obra temporária e efetiva, terceirização, cursos, palestras etc. Leciona disciplinas ligadas as áreas de Administração (RH; Marketing; Logística), Ciências Contábeis; Ciências Econômicas: Gestão de Negócios; Plano de Negócios; Empreendedorismo; TGA; Gestão de Pessoas; Gestão Por Competência; Consultoria Interna de RH; Estratégia Corporativa; Fundamentos de Comunicação e Marketing; Introdução à Economia; Macro e Microeconomia, Economia Brasileira; entre outras.

Autor dos livros: Inteligência Empresarial / Empresa eficaz, gestão por competências e humanização nas empresas / Educação em foco: pedagogia na visão de um administrador / Inteligência de Mercado (coautor) / Aprendizagem organizacional: da pedagogia a gestão estratégica de recursos humanos / Rumo ao Sucesso: aprenda como transformar sua vida profissional em uma carreira de sucesso / Comida, Sexo & Administração (ensaios sobre liderança) / Emprego, educação e família no Brasil: os efeitos da globalização na economia brasileira / O Brasil do Desemprego.

Responsabilidade Social: Desenvolve trabalhos junto à comunidade, oferecendo cursos gratuitos, voltados à capacitação profissional de jovens e adultos.



<http://consultoriainovabrasil.weebly.com/>

CONCEITO DE ECONOMIA

A origem da palavra Economia vem do grego OIKONOMIA, onde OIKOS significa casa, riqueza, fortuna, patrimônio e NOMOS, que significa norma, lei, estudo ou administração.

Pode ser entendida como a “administração da casa”, princípio de gestão dos bens privados ou num sentido mais amplo como sendo a “administração da coisa pública”.



Economia é uma ciência social que estuda como os indivíduos e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre os grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas.

\$ A ciência que estuda a escassez.

\$ A ciência que estuda o uso dos recursos escassos na produção de bens alternativos.

\$ O Estudo da forma pela qual a sociedade administra seus recursos escassos.



TEORIA ECONÔMICA

MICROECONOMIA

- Estudo individual;
- Empresas;
- Consumidores.

MACROECONOMIA

- Estudo do todo;
- Cenário, nacional e internacional;
- PIB, Inflação, Moeda etc.



Evolução do Pensamento Econômico

Início em 1776 – Adam Smith: A riqueza das Nações

Mercantilismo (A partir do Séc. XVI): Acúmulo de metais preciosos (Espanha e Portugal) X Comercialização de excedentes (Holanda, França, Inglaterra, Alemanha etc.).

Fisiocracia (Século XVIII): Só a terra tinha capacidade de multiplicar a riqueza.

Os Clássicos

Adam Smith (1723-1790) – *“Não é benevolência do padeiro, açougueiro ou cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mais sim do empenho deles em promover seu próprio interesse”*. *Mão Invisível – Princípio do Liberalismo*.

David Ricardo (1772-1823) – Teoria das Vantagens Comparativas. O comércio entre países dependeria da dotação de fatores de produção. Traz a matemática para Economia. Neoclássico e Marxista.

John Stuart Mill (1806-1873) – Elementos Institucionais- Economia de Mercado.

Jean Baptiste Say (1768-1832) – Lei Say: “A oferta cria sua demanda”

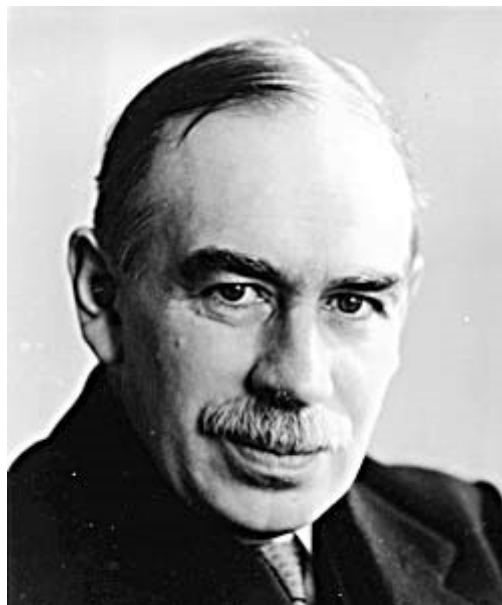
Teoria Neoclássica e a era Keynesiana

Foco em Microeconomia, a crença no mercado e no mesmo sendo autorregulador fez com que não se preocupassem tanto com a política e o planejamento macroeconômico.

Alfred Marshall (1842-1924) – Obra: Princípios de Economia, em 1890. Professor de Keynes.

John Maynard Keynes (1883-1946) Em 1936, com a publicação: Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda.

Keynes inverte o sentido da Lei da Say e demonstra que se não há forças de autoajustamento na economia, torna-se necessária a intervenção do Estado por meio de uma política de gastos públicos.



John Maynard Keynes

Marxismo

Karl Marx (1818-1883) Apropriação do excedente produtivo (mais valia=valor da mercadoria – valor da força de trabalho) pode explicar o processo de acumulação e a evolução das relações entre classes sociais.

Duas classes sociais:

- 1) Burguesia: Dona dos Fatores de Produção.
- 2) Proletariado: É obrigada a vender sua força de trabalho, dada a impossibilidade de produzir o necessário para sobreviver.

Biografia

Karl Marx (1818–1883) foi filósofo e revolucionário alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia,

Política, Direito, Teologia, Filosofia, Economia, entre outras.

Karl Marx (1818-1883) nasceu em Trêves, cidade ao sul da Prússia Renana, na fronteira da França, no dia 5 de maio de 1818. Filho de Herschel Marx, advogado e conselheiro da justiça, descendente de judeu, era perseguido pelo governo absolutista de Frederico Guilherme III. Em 1835 concluiu o curso ginasial no Liceu Friedrich Wilhelm. Ainda nesse ano e boa parte de 1836, Karl estudou Direito, História, Filosofia, Arte e Literatura na Universidade de Bonn.



Bens e Fatores de Produção

Bens de capital: são utilizados na fabricação de outros bens, sem desgaste total no processo. Exemplos: máquinas, equipamentos, instalações etc.

Bens de consumo: buscam atender as necessidades humanas, podendo ser duráveis (geladeira) ou não-duráveis (alimentos).

Intermediários: são transformados e agregados na produção de outros bens, sendo consumidos no processo produtivo.

Fatores de produção: terra, Trabalho, capital e Tecnologia. Quais são as formas de remuneração dos fatores de produção?



Sistemas Econômicos

Classificações:

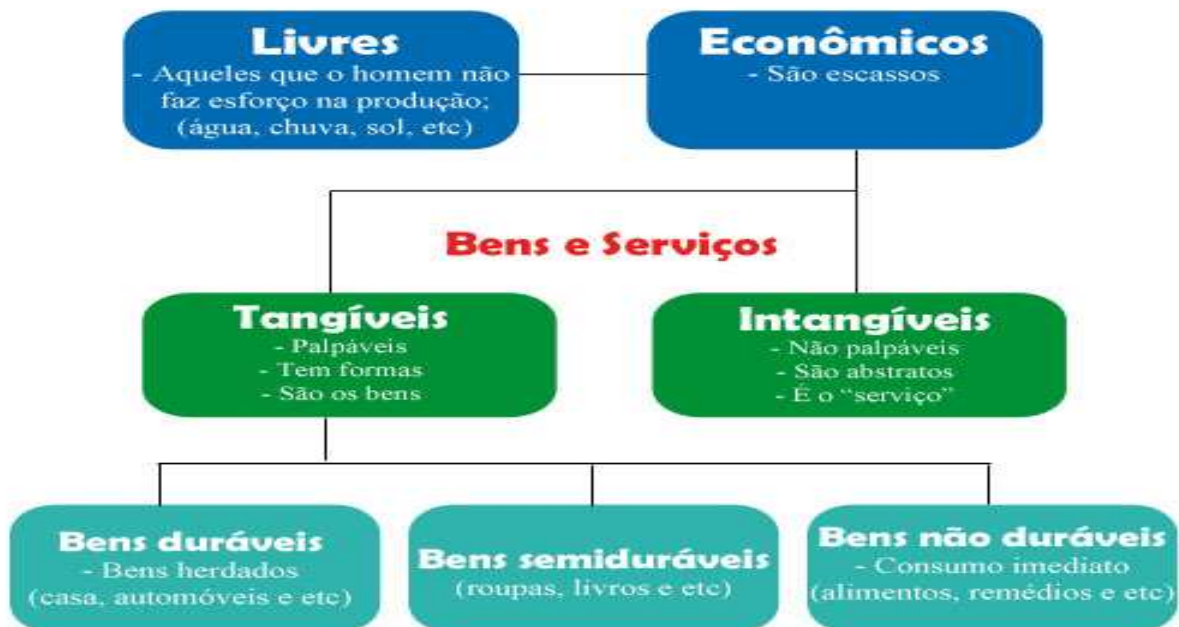
Sistema capitalista ou economia de mercado;

Sistema socialista ou economia centralizada/planificada.

Sistema misto economia centralizada + presença do setor privado.



Bens livres e econômicos



Fatores (ou recursos) de produção:



O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA ECONOMIA

A ESCASSEZ

Escassez é o problema econômico fundamental de se ter desejos humanos praticamente infinitos em um mundo de recursos limitados. Ele postula que a sociedade tem meios de produção e recursos insuficientes para atender aos desejos e necessidades de todos os seres humanos. Uma concepção errônea sobre a escassez é que um item tem que ser importante para ser considerado escasso. Entretanto, isso não é verdade, já que para algo ser escasso é preciso que ele seja difícil de se obter, de se produzir, ou ambos. Resumindo, o custo de produção de um bem determina se ele é escasso ou não. Por exemplo, apesar do ar que respiramos ser mais importante do que diamantes, ele é mais barato de se obter justamente por ser abundante e ter zero custo de produção. Diamantes, por outro lado, tem um custo altíssimo de produção; eles precisam ser achados e lapidados, e ambos os processos custam muito caro. Além disso, a Lei da Escassez implica que nem todos os objetivos e necessidades da sociedade podem ser atingidos ao mesmo tempo; escolhas e decisões são necessárias em prol de um bem em detrimento de outros. Em um texto muito influente e dominante até os dias de hoje, Lionel Robbins define Economia como sendo "a ciência que estuda o comportamento humano

como um relacionamento entre objetivos e meios escassos, que podem ter usos variados."

RECURSOS OU FATORES DE PRODUÇÃO:

São, normalmente, classificados em:

- ✓ Terra;
- ✓ Trabalho;
- ✓ Capital e;
- ✓ Capacidade Empresarial.



AS TRÊS QUESTÕES ESSENCIAIS EM QUALQUER ECONOMIA

O que produzir?

Para quem produzir?

Como e quanto produzir?



COMPOSIÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO

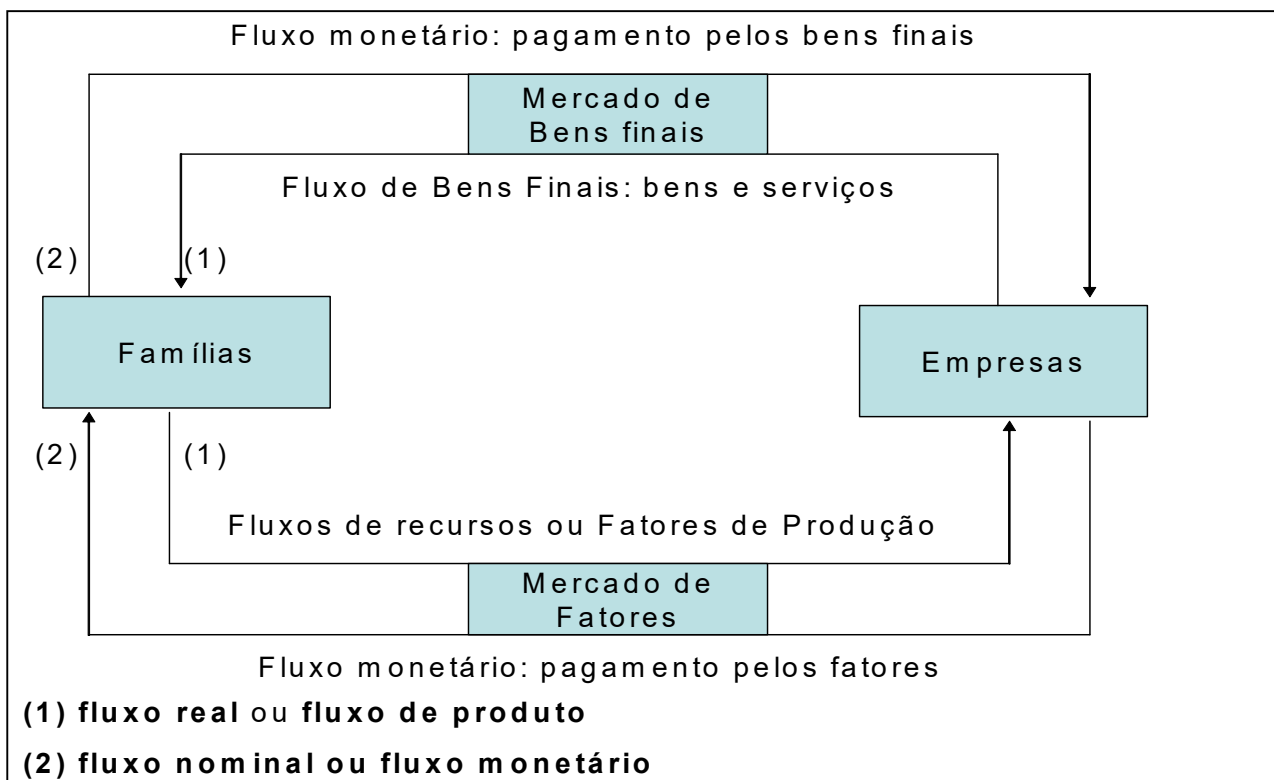
O **Setor primário** – constituído pelas unidades produtoras que utilizam maneira intensa os **recursos naturais** e não realizam no seu processo de transformação grandes mudanças em seus produtos.

O **Setor secundário** – constituído pelas unidades produtoras voltadas às atividades industriais, processo pelo qual os bens são transformados, caracterizando-se pela intensa utilização de **capital** como recurso de produção, sob a forma de máquinas, equipamentos, instalações.

O **Setor terciário** – setor tem uma característica peculiar em relação aos outros dois setores, pelo fato de sua produção ser intangível. É composto pelas unidades produtoras de serviços. O comércio, as instituições bancárias, as universidades, as empresas de transporte, podem ser apontadas como exemplos de unidades produtoras pertencentes ao setor terciário.

Fluxo de bens, serviços, fatores produtivos

Fluxo de bens, serviços, fatores produtivos e pagamentos monetários em uma economia simplificada:



Os agentes econômicos são:

1. As **Famílias** ou unidades familiares.
2. As **Empresas** ou unidades produtivas;
3. O **Governo** ou unidade governamental.
4. O **Setor Externo** ou unidades externas.



Curva de possibilidades de produção

Mostra a capacidade máxima de produção da sociedade, ilustrando como a escassez de recursos impõe um limite à capacidade produtiva de uma sociedade.

Custo de oportunidade

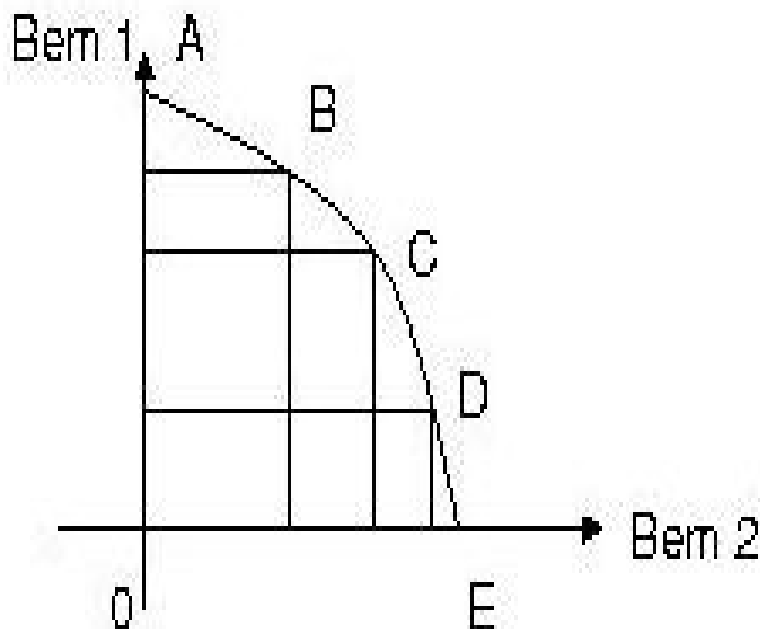
É a expressão utilizada para exprimir os custos em termos de oportunidades.

Os economistas utilizam o termo Custo de Oportunidade para descrever relações conflitivas, como por exemplo: O custo de oportunidade de se produzir rosas ao invés de se produzir computadores. Este custo de oportunidade de rosas é igual ao número de computadores que deixam de ser produzidos com os recursos usados na produção de um determinado número de rosas. Por exemplo: O custo de oportunidade de 10 milhões de rosas são 10 mil computadores, ou seja, os recursos utilizados para produzir 10 milhões de rosas poderiam ter produzido 10 mil computadores. KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. Makron Books, 2001.

CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO (CPP)

A Curva de Possibilidade de Produção (CCP):

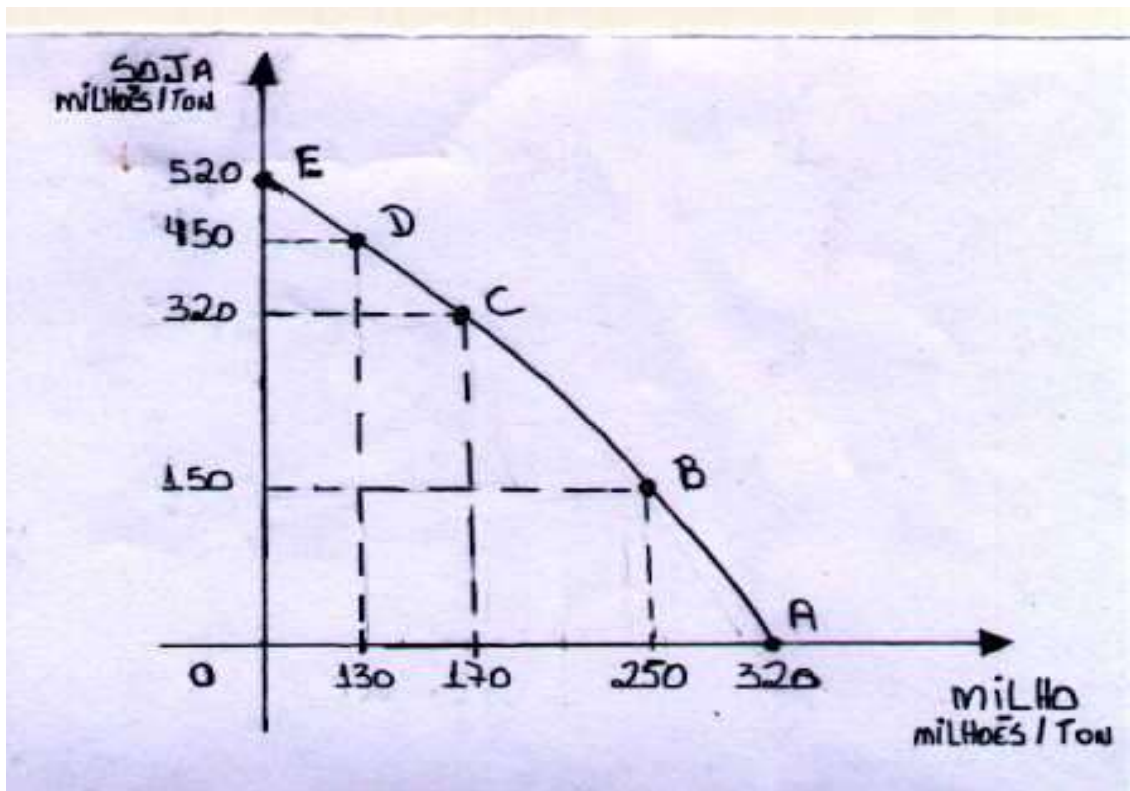
Mostra o que se pode produzir com as quantidades disponíveis de recursos naturais (terra), trabalho, capital físico, capital humano e capacidade empresarial.



A, B, C, D, E: Pontos de pleno-emprego dos fatores de produção a partir de distintas combinações na produção dos bens 1 e 2.

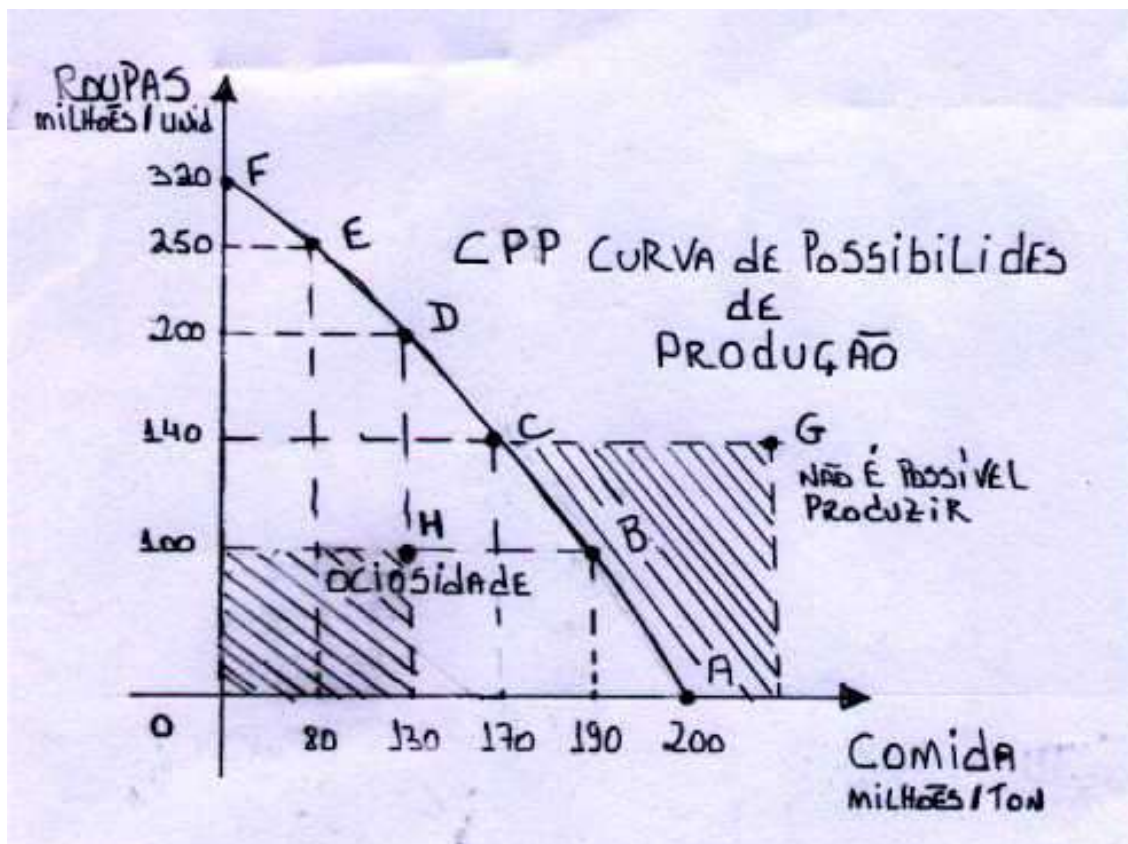
A Curva de Possibilidade de Produção em uma Fazenda

Alternativas	Soja (em milhões de toneladas)	Milho (em milhões de toneladas)	Custo de Oportunidade
A	0	320	-----
B	150	250	70
C	370	170	80
D	450	130	40
E	520	0	130

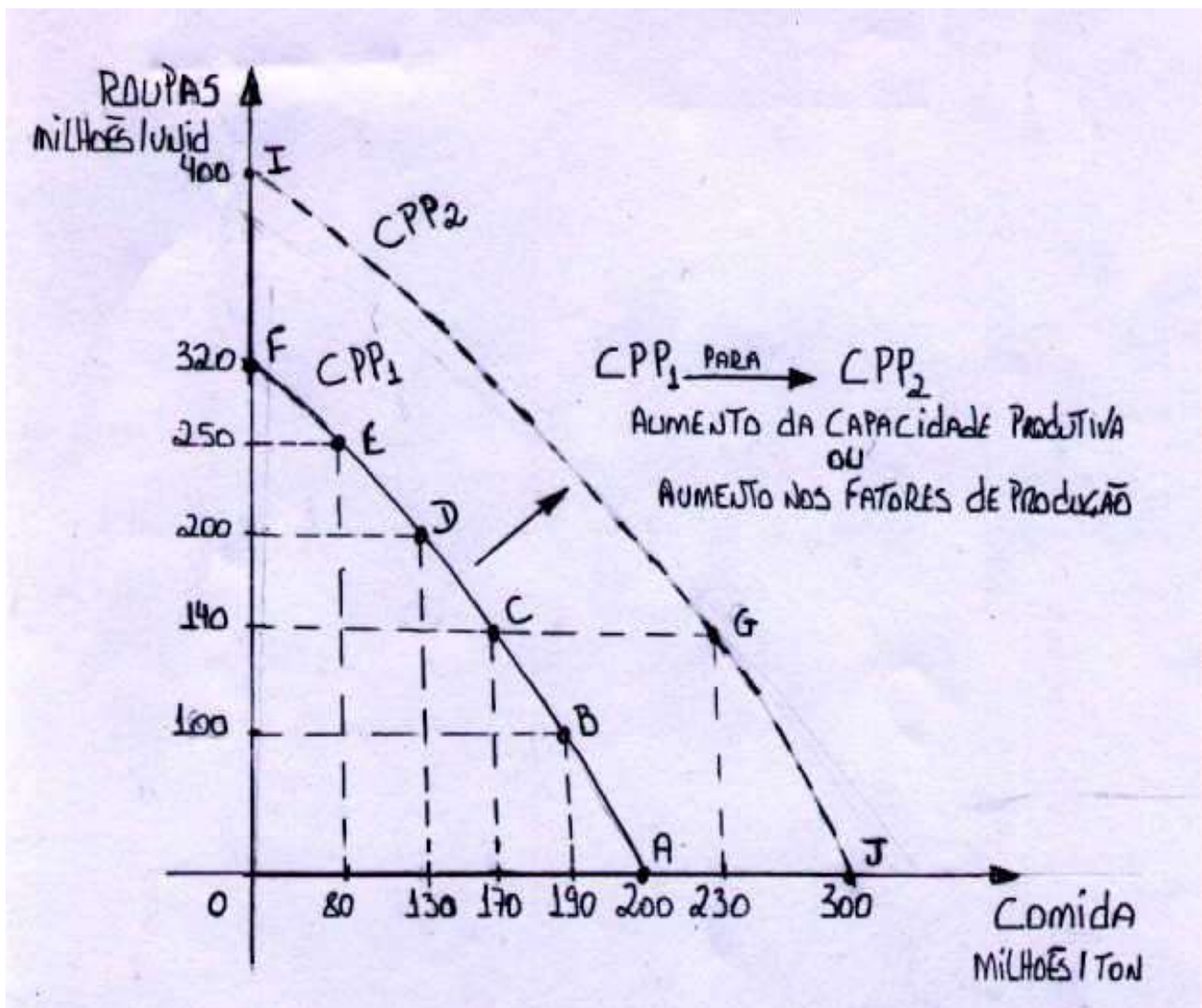


Possibilidade de Produção em uma Economia

Alternativas	Produção de Roupas (em milhões de unidades)	Produção de Comida (em milhões de toneladas)	Custo de Oportunidade
A	0	200	-----
B	100	190	10
C	140	170	20
D	200	130	40
E	250	80	50
F	320	0	80



Curva de Possibilidades de Produção (CPP) com Avanço Tecnológico ou Aumento da Capacidade Produtiva



Considerações práticas sobre custo de oportunidade e curva de possibilidades de produção

1. Na sua empresa dez funcionários exercem diferentes funções, mas todos estão igualmente qualificados, e cada um deles pode executar o trabalho dos demais com a mesma eficiência. O funcionário número 1 vem até você pedindo um aumento e ameaça demitir-se caso não for atendido. Qual seria a sua decisão? Qual o custo de oportunidade dessa decisão?

RESPOSTA:

Caso você decida não aumentar o salário do operário número 1, e considerando que ele venha a se demitir, ou você resolva demiti-lo (que não seria o caso levando-se em consideração o custo da rescisão de contrato por parte da empresa, melhor seria a demissão voluntária do operário) os demais poderão assumir suas tarefas, lembrando que todos os trabalhadores estão igualmente qualificados. O custo de oportunidade será o valor do salário que você irá pagar ao contratar um novo trabalhador para exercer a função ou determinar que um outro operário exerça a função daquele que se demitiu.

2. Usando o princípio do custo de oportunidade, explique a razão pelas quais as (empresas) podem gastar mais tempo treinando funcionários quando há recessão** em seu setor (supondo que as empresas esperem manter os funcionários e que a recessão eventualmente acabe).

****Em economia, recessão** é uma fase de contração no ciclo econômico, isto é, de retração geral na atividade econômica por um certo período de tempo, com queda no nível da produção (medida pelo Produto Interno Bruto), aumento do desemprego, queda na renda familiar, redução da taxa de lucro e aumento do número de falências e concordatas, aumento da capacidade ociosa e queda do nível de investimento.

RESPOSTA:

O custo de oportunidade de treinar um funcionário é o valor do que ele estaria produzindo (ou deixar de produzir) se não estivesse em treinamento, considerando que o treinamento se realiza no horário de trabalho. O mais provável é que se não está em treinamento estará produzindo algo que a empresa poderá estar vendendo. Contudo, durante uma recessão, esse custo seria presumivelmente menor, pois a produção provavelmente seria menor, em virtude da queda da atividade econômica (tecnicamente considera-se uma economia em recessão quando temos queda do PIB – Produto Interno Bruto por dois trimestres consecutivos). Portanto essa seria a melhor época para treinar funcionários, considerando que a empresa não resolva demitir em virtude dos custos dessa demissão e levando em conta a retomada do crescimento a curto prazo. Em vez de deixar os empregados ociosos (ter capacidade de produzir, mas não estar produzindo) poderia usar parte do horário de expediente para realizar treinamentos nas diversas equipes de trabalho na empresa.

3. Como os fatos a seguir irão afetar a curva de possibilidades de produção de uma economia?

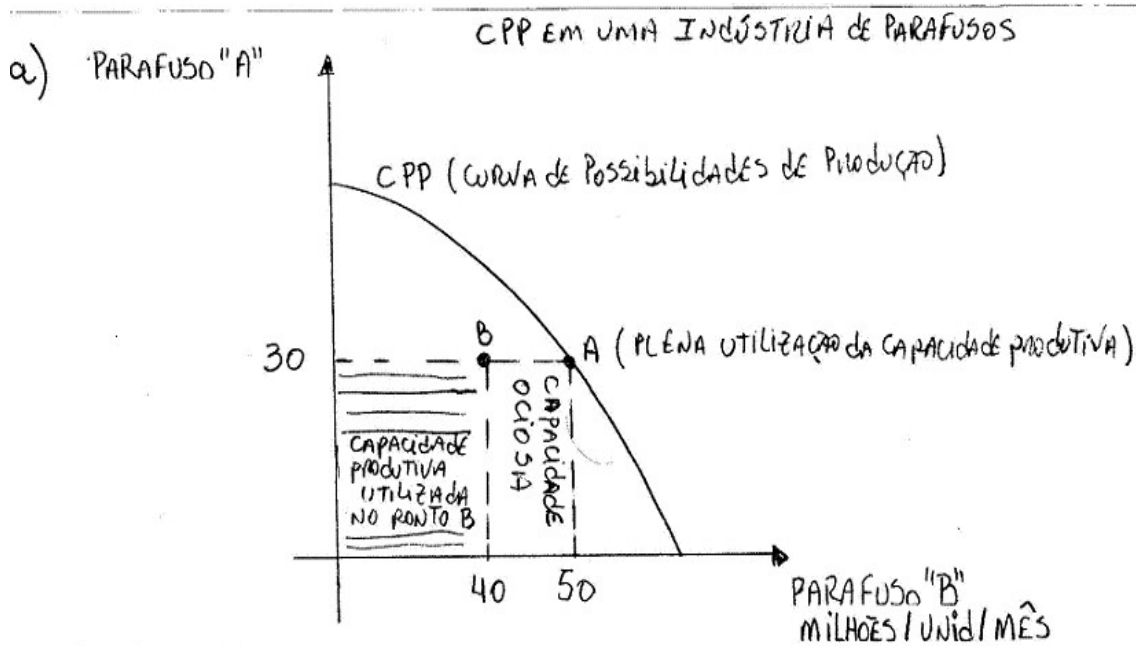
a) Há um desemprego na utilização da capacidade empregada em uma indústria.

b) Há um aumento da capacidade produtiva em uma empresa.

c) Ocorre uma grande enchente destruindo parte da lavoura de uma determinada propriedade rural. Construa o gráfico com valores aleatórios. Para cada situação descritas nos itens “a”, “b” e “c” construa um gráfico representando a CPP para cada situação enunciada.

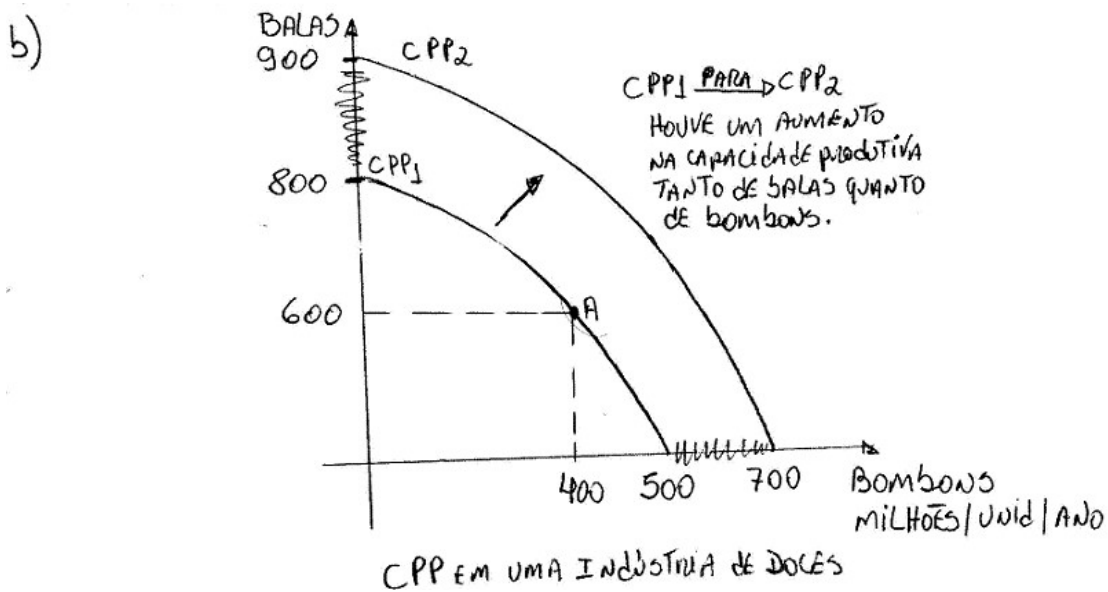
RESPOSTA:

a) O fato “A” não tem efeito sobre a curva. Ele seria ilustrado na curva de possibilidade de produção por um movimento para dentro da curva, ou seja, apresenta-se aí a situação de ociosidade, isto é, tem-se capacidade, mas não se está utilizando. Lembre-se de que todos os recursos produtivos estão plenamente empregados quando a economia está em qualquer ponto ao longo da curva de possibilidades de produção (ou combinação escolhida).



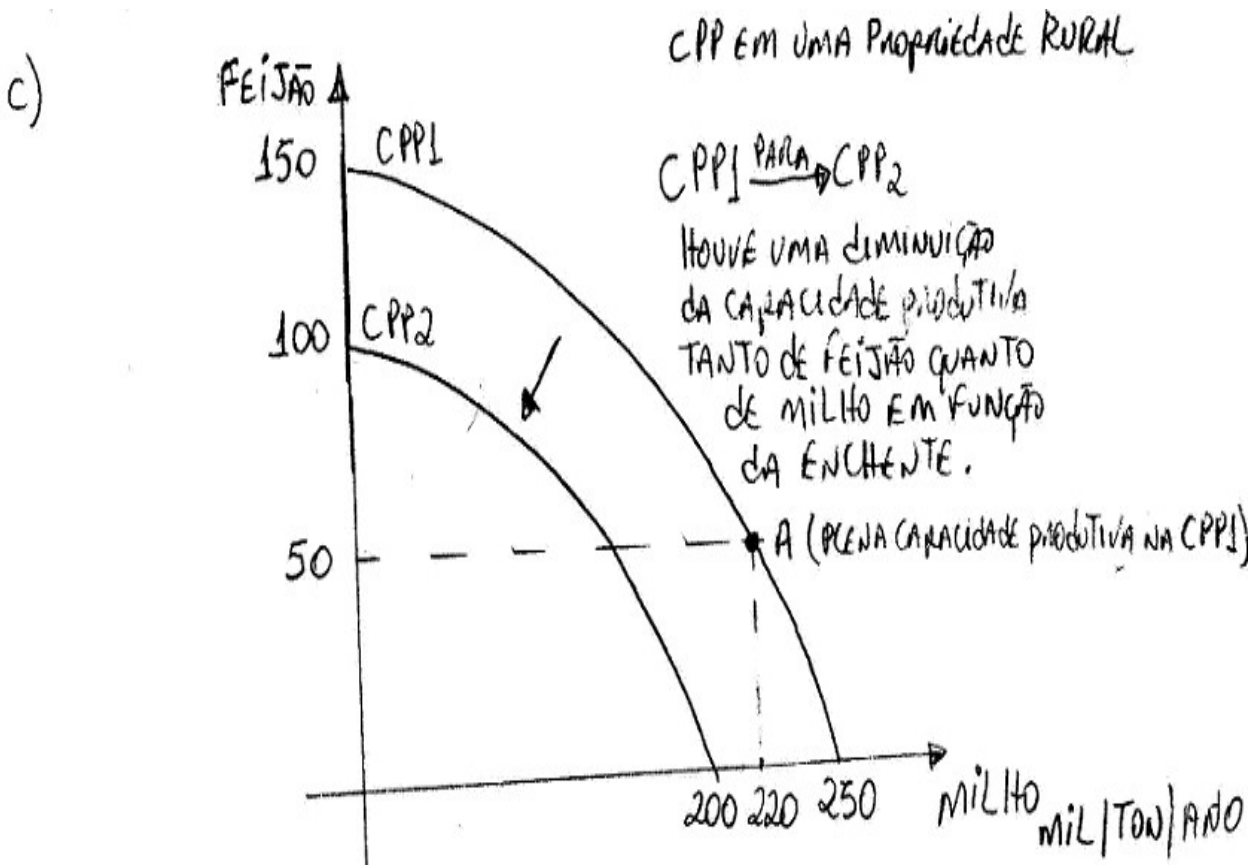
RESPOSTA:

b) O fato "B" Esse fato movimenta a curva para cima e para a direita de modo que maior quantidade de todos os bens possa ser produzida tanto do bem "x" quanto do bem "y", por exemplo.



RESPOSTA:

c) O fato "C" esse fato movimenta a curva para baixo e para esquerda, ou seja, diminui-se a capacidade de produção, isto difere de ociosidade, tinha-se capacidade e depois houve a diminuição dessa capacidade produtiva.



NOÇÕES BÁSICAS DE MICROECONOMIA

TEORIA DO CONSUMIDOR

DEMANDA

A demanda pode ser definida como sendo a quantidade que um consumidor está apto ou desejoso em consumir de um bem ou serviço em um determinado período de tempo.

Determinantes da Demanda:

$$D_x = f (P_x, R, GP, P_{br} \text{ etc. })$$

Onde:

D_x = a demanda do bem “x”.

P_x = o preço do bem “x”.

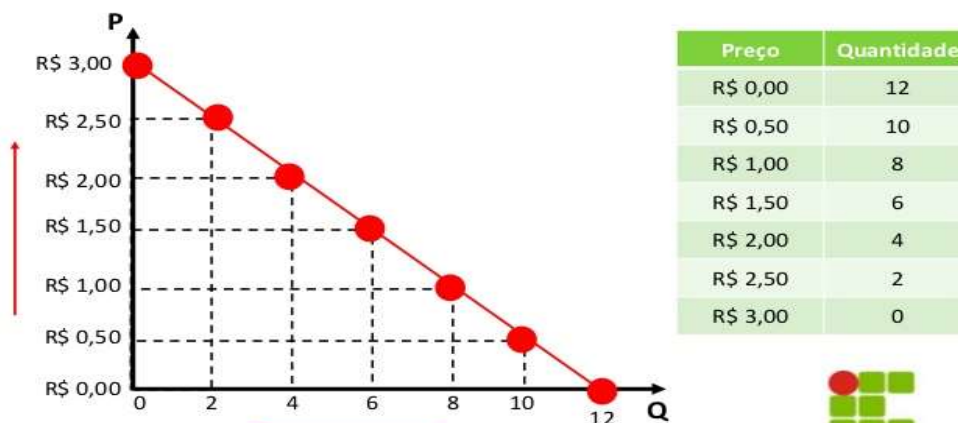
R = renda do consumidor.

GP = gosto ou preferência do consumidor pelo bem.

P_{br} = preço dos bens relacionados (bens substitutos e bens complementares).

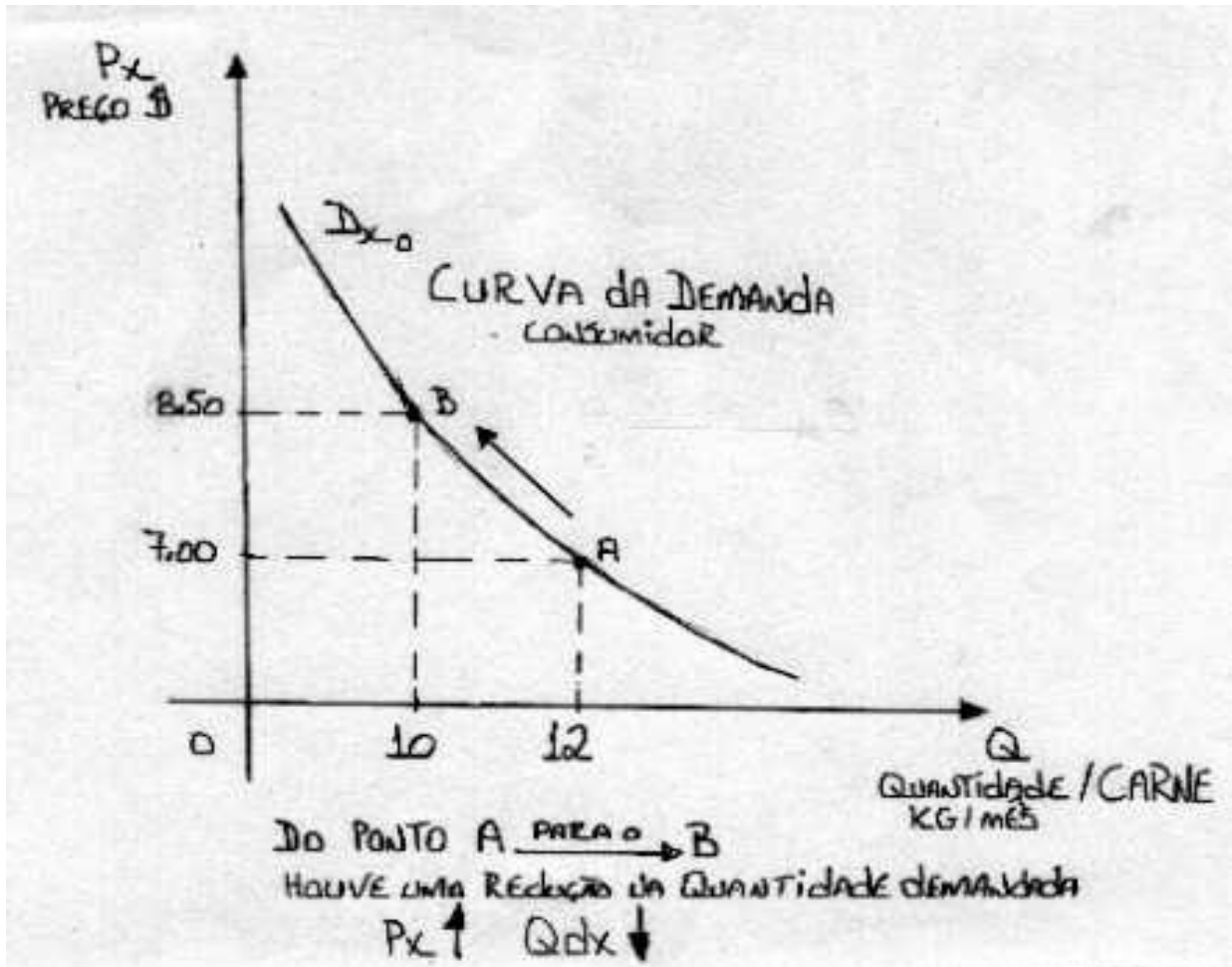
DEMANDA: ESCALA E CURVA DE DEMANDA

Exemplo da Demanda por Sorvetes



Demanda Individual de Carne

Analisando a determinante Preço / P_x = o preço do bem "x"



OFERTA

A oferta pode ser definida como sendo a quantidade que um produtor ou ofertante está apto ou desejoso em produzir ou ofertar de um bem ou serviço em um determinado período de tempo.

Determinantes da Oferta

$$O_x = f(P_x, P_{fp}, TC, P_{br} \text{ etc.})$$

Onde:

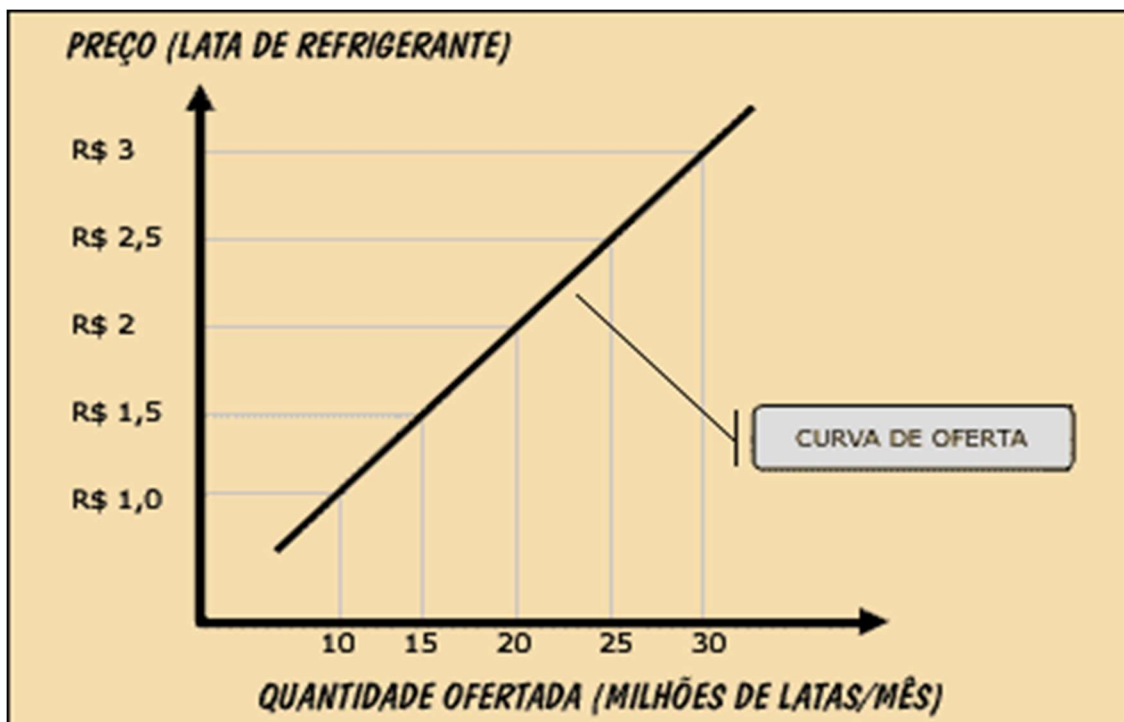
O_x = a oferta do bem “x”

P_x = o preço de venda do produto “x”

TC = tecnologia de produção

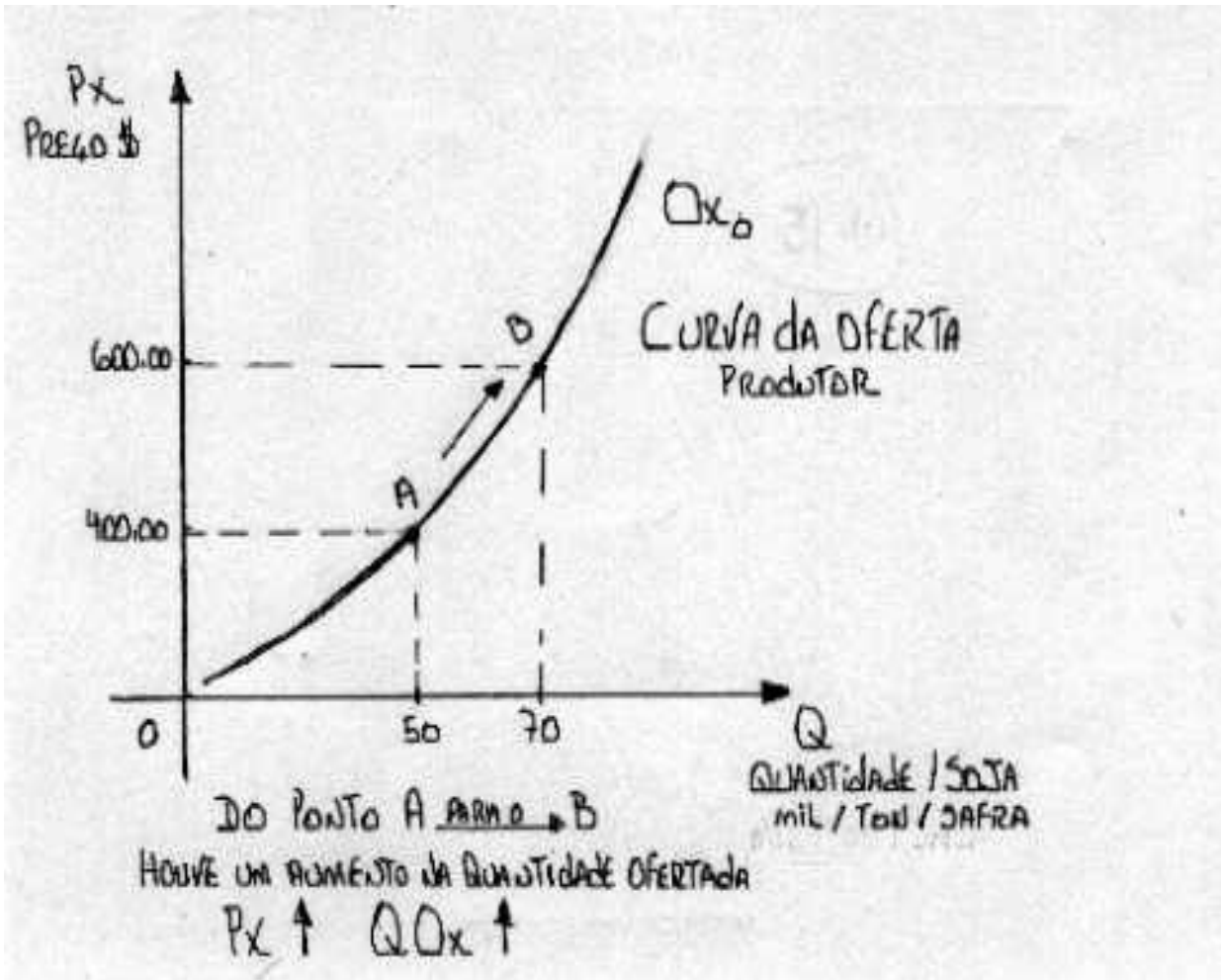
P_{fp} = Preço dos fatores de produção

P_{br} = preço dos bens relacionados (bens substitutos e bens complementares).



Oferta Individual de Soja

Analisando a determinante Preço / P_x = o preço do bem "x"



Quantidade e preço de equilíbrio

Equilíbrio

QD_x

=

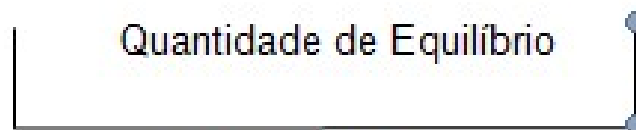
QO_x

Quantidade Demandada

Quantidade Ofertada

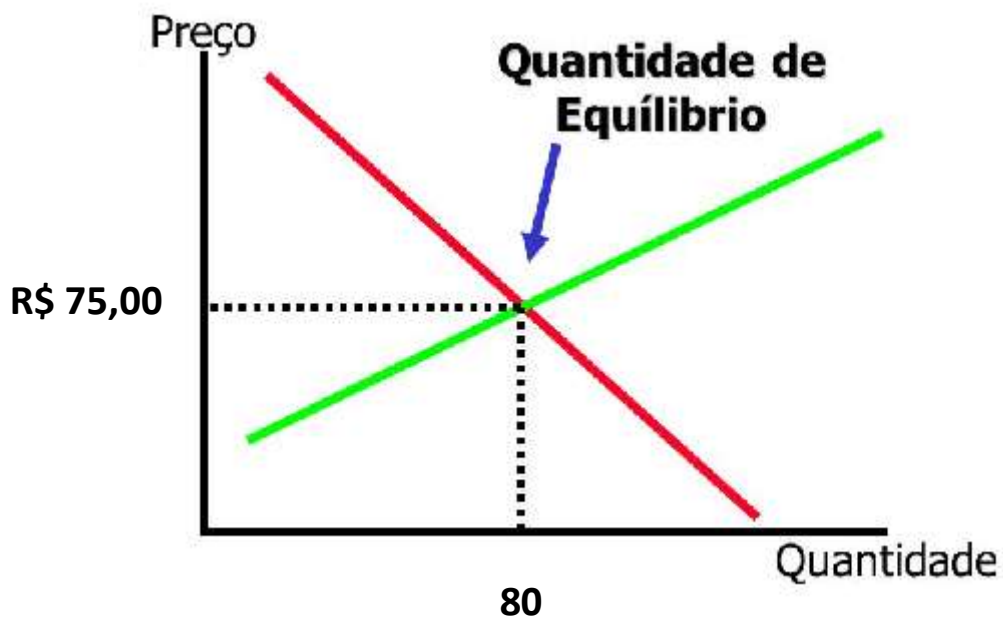
80 mil unidades

80 mil unidades



P_x = \$75,00

Preço de Equilíbrio



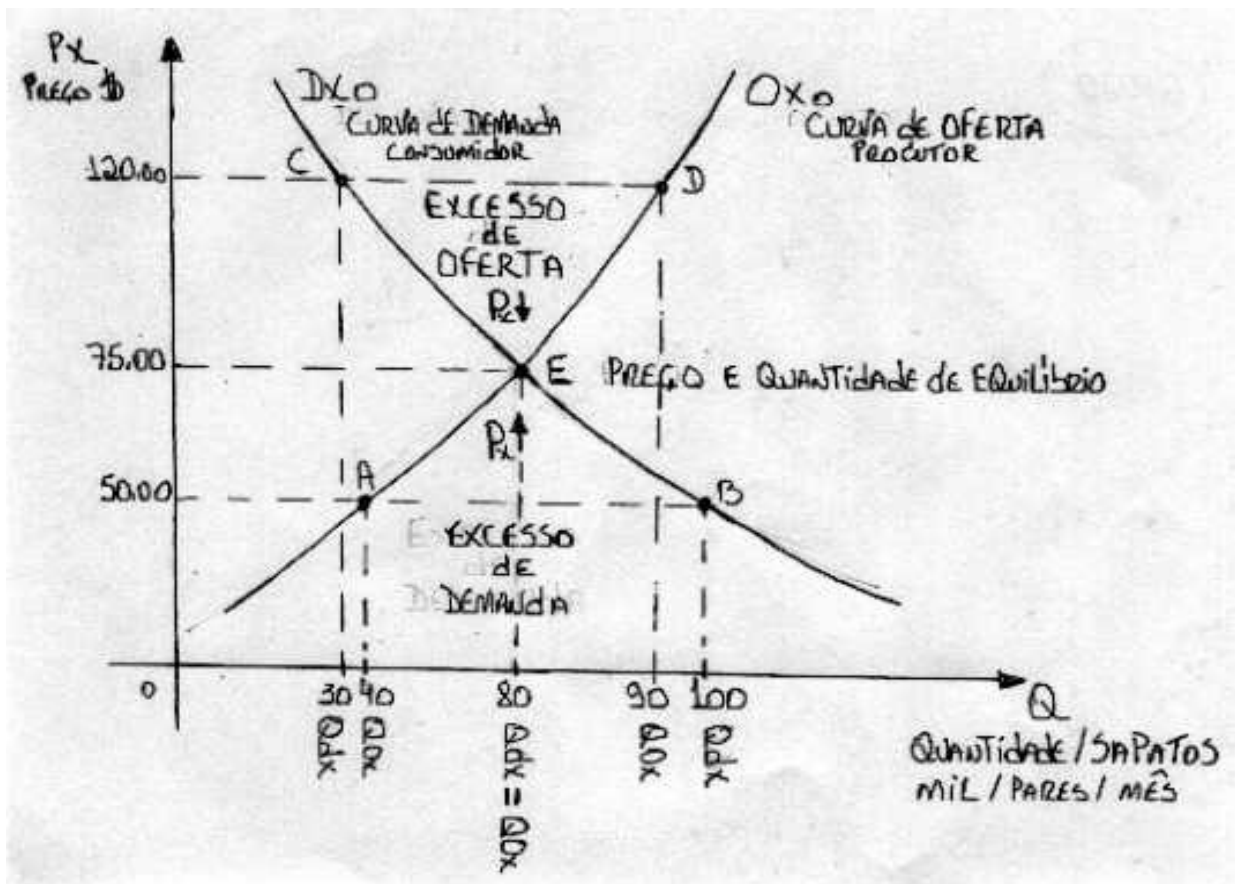
EQUILÍBRIO

Mercado de Sapatos / Valdek's Shoes

(Px) Preço	(QDx) quilos/semana	(QOx) quilos/semana	Excesso	Pressão nos preços
\$120,00	30	90	Excesso*	Cai ↓
\$75,00	80	80	Equilíbrio	Equilíbrio
\$50,00	100	40	Excesso**	Sobe ↑

*excesso de oferta ($QOx > QDx$)

**excesso de demanda ($QDx > QOx$)



EXERCÍCIOS DE ECONOMIA

DEMANDA, OFERTA E EQUILÍBRIO

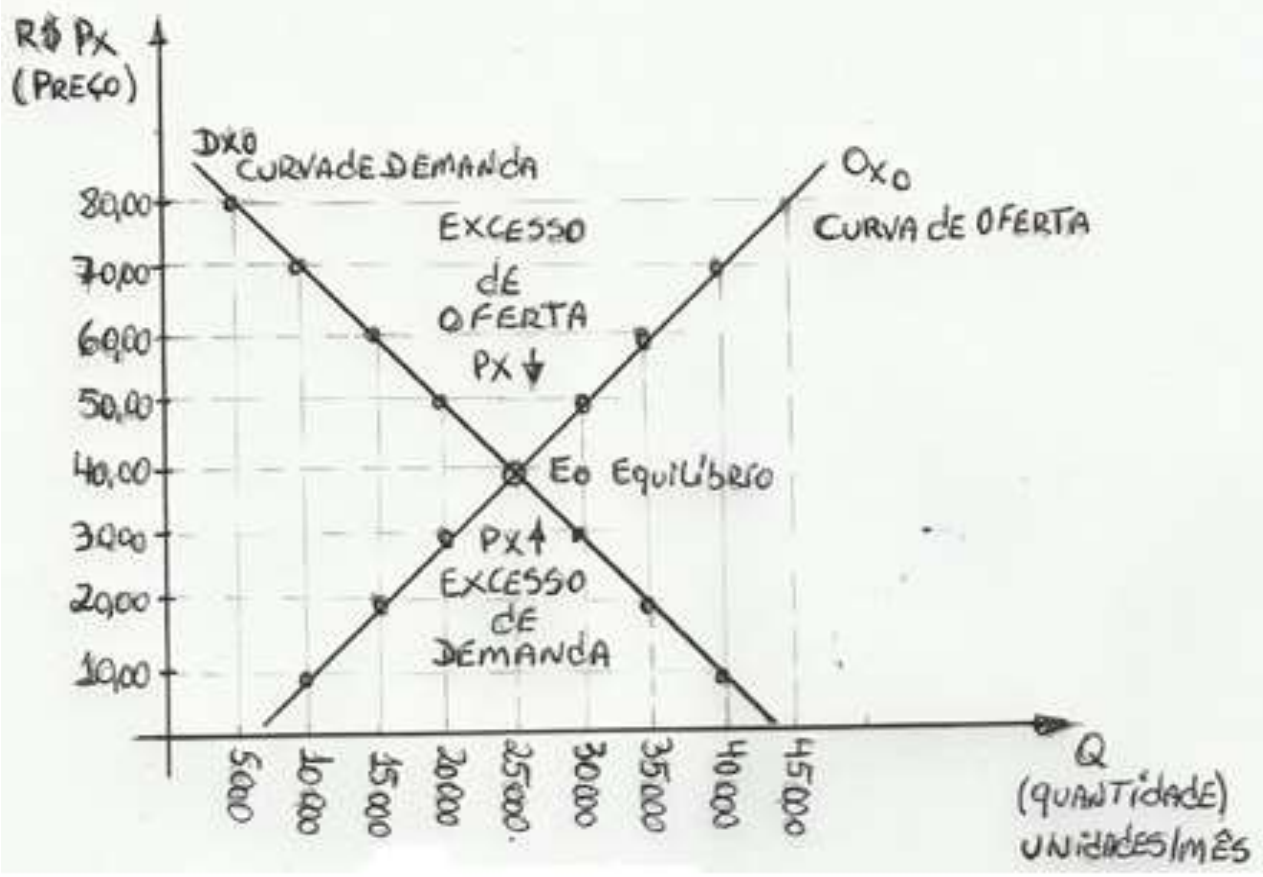
1. De acordo com a tabela a seguir são mostradas as quantidades demandadas e as quantidades ofertadas; o preço e a quantidade de equilíbrio de pares de sapatos/mês.

Tabela 1: quantidade demandada, quantidade ofertada e equilíbrio

Preços Unitários	Quantidade Demandada(Qdxo)	Quantidade Ofertada (QOxo)
Em R\$	Unid./Mês	Unid./Mês
80,00	5000	45000
70,00	10000	40000
60,00	15000	35000
50,00	20000	30000
40,00	25000	25000
30,00	30000	20000
20,00	35000	15000
10,00	40000	10000

Utilize a tabela1 apresentada no slide anterior para:

- Construir o gráfico a partir da tabela 1, contendo a curva de demanda (Dxo), a curva de oferta (Oxo), apontar o equilíbrio inicial (Eo).
- Qual quantidade e preço de equilíbrio?
- Quando ocorre excesso de demanda e excesso de oferta? Qual a tendência dos preços nas duas condições?



2. Houve uma alteração na quantidade ofertada (Ox_1) e a demanda continua inalterada (Dx_0) conforme tabela 2:

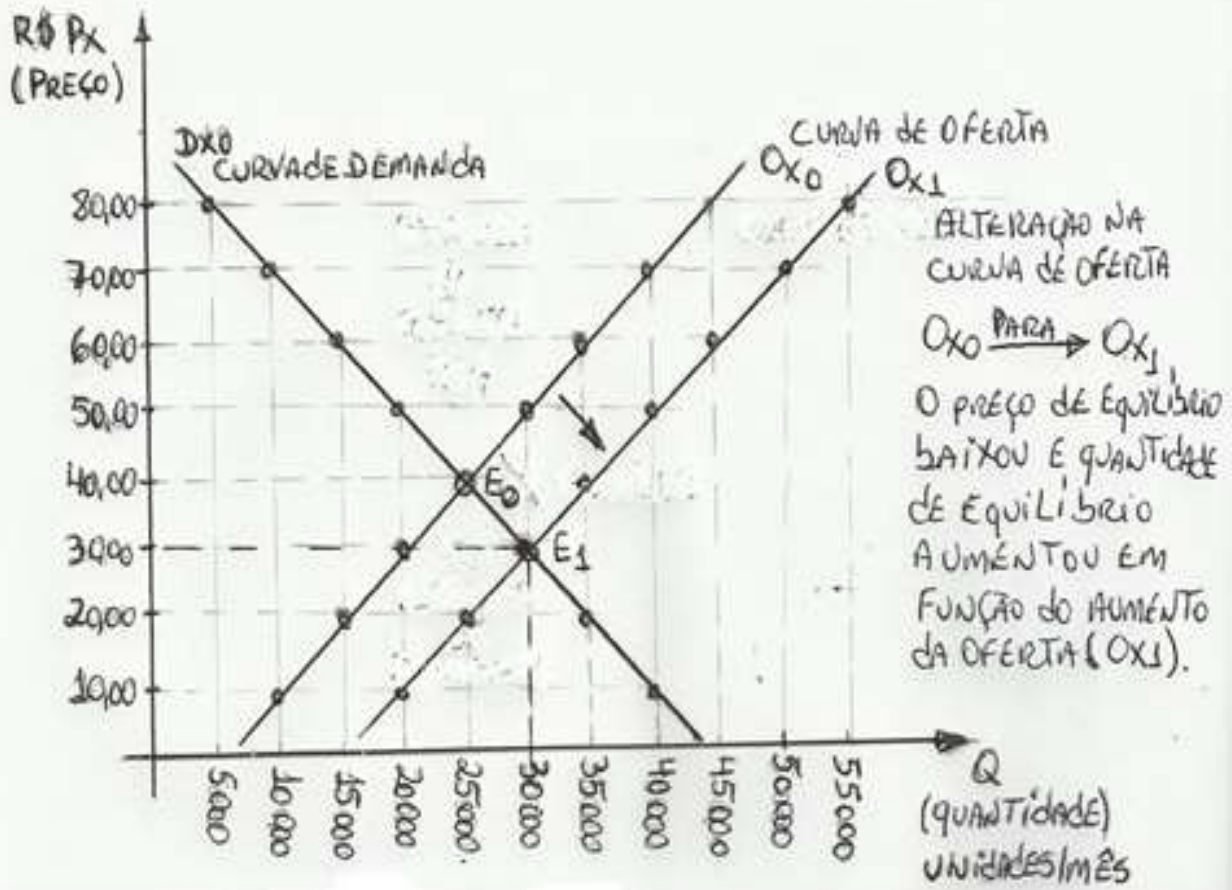
Tabela 2: alteração na quantidade ofertada

Preços Unitários	Quantidade Demandada (Q_{dx})	Quantidade Ofertada (Q_{Ox})	Alteração na Quantidade Ofertada (Q_{Ox_1})
Em R\$	Unid./Mês	Unid./Mês	Unid./Mês
80,00	5000	45000	55000
70,00	10000	40000	50000
60,00	15000	35000	45000
50,00	20000	30000	40000
40,00	25000	25000	35000
30,00	30000	20000	30000
20,00	35000	15000	25000
10,00	40000	10000	20000

Utilize a tabela 2 apresentada no slide anterior para:

a) Construa o gráfico a partir da tabela 2, contendo a curva de demanda (Dx_0), a curva de oferta (Ox_0), a nova curva de oferta (Ox_1), apontar o equilíbrio inicial (E_0) e o novo equilíbrio (E_1).

b) Qual a nova quantidade e preço de equilíbrio?



3. Utilize os instrumentos de demanda e oferta para explicar de que forma cada um dos seguintes eventos afetaria o preço e a quantidade de equilíbrio no mercado de carne bovina, partindo-se sempre de uma situação de equilíbrio.

Construa um gráfico para cada uma das situações a seguir:

Construa um gráfico para cada uma das situações a seguir:

a) Houve um aumento nos níveis médios de renda da população;

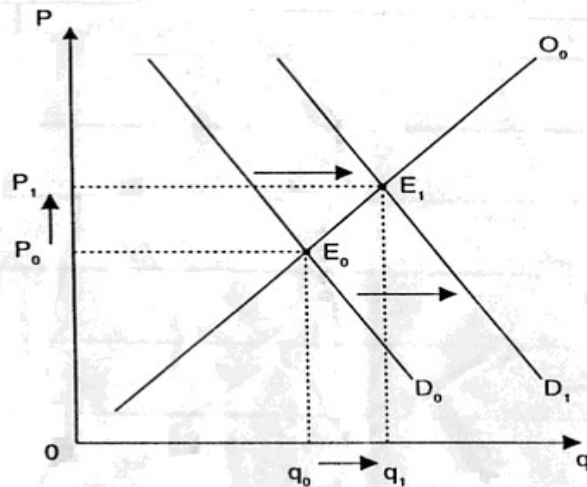
b) Houve uma campanha publicitária de forte impacto junto à população, desestimulando o consumo de carne bovina.

Procure construir os gráficos para as situações “a” e “b”.

Veja as respostas na próxima página.

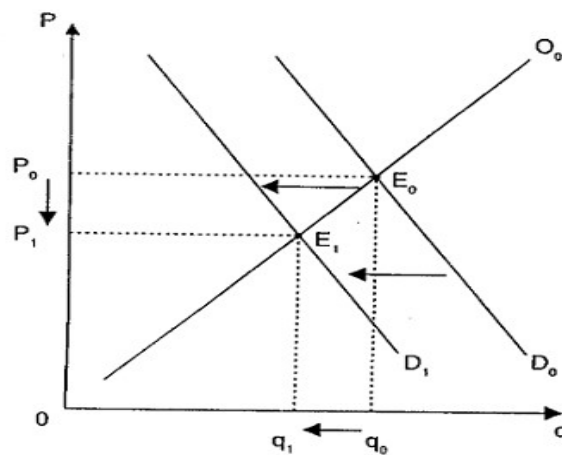
Respostas questão 3

a) Houve um aumento nos níveis médios de renda da população;



Se os níveis médios de renda da população aumentarem, deverá haver um aumento da demanda. Teremos o surgimento de um novo ponto de equilíbrio, dado pela intersecção da nova curva de demanda D_1 com a curva de oferta O_0 . Esse novo ponto de equilíbrio será dado por E_1 , indicando ter havido um aumento no preço (de P_0 para P_1) e uma elevação na quantidade (de q_0 para q_1).

b) Houve uma campanha publicitária de forte impacto junto à população, desestimulando o consumo de carne bovina:



Se houver uma campanha publicitária desestimulando o consumo de carne bovina, a curva de demanda de mercado de carne bovina irá se deslocar para a esquerda. Teremos o surgimento de um novo ponto de equilíbrio, dado pela intersecção da nova curva de demanda D_1 com a curva de oferta O_0 . Esse novo ponto de equilíbrio será dado por E_1 , indicando ter havido uma diminuição no preço (de P_0 para P_1) e uma diminuição na quantidade (de q_0 para q_1).

CONCEITOS DE ELASTICIDADE

Serão abordados apenas três conceitos de elasticidade:

Elasticidade-preço da demanda;

Elasticidade-preço da oferta

Elasticidade Renda

ELASTICIDADE-PREÇO DA DEMANDA

Conceitua-se a elasticidade-preço da demanda de um bem como sendo a razão entre a variação percentual verificada na quantidade demandada de um bem e a variação percentual no preço desse bem.

Há três classificações para a curva de demanda, considerando-se o valor do coeficiente da elasticidade-preço da demanda:

1. **Demanda Inelástica:** Quando a variação na quantidade demandada foi menor que a variação do preço, a demanda é inelástica **$E_{pd} < 1$** .

2. **Demanda Elástica:** Quando variação na quantidade demandada foi maior que a variação do preço, a demanda é elástica **$E_{pd} > 1$** .

3. Demanda Unitária: Quando a variação na quantidade demandada é igual a variação no preço, a demanda é unitária $E_{pd} = 1$.

Matematicamente representamos a elasticidade-preço da demanda:

Cálculo em valores percentuais:

E_{pd} = elasticidade-preço da demanda;

Q_{dx} = quantidade demandada;

P_x = preço do bem;

$\Delta \% Q$ = variação percentual na quantidade demandada;

$\Delta \% P$ = variação percentual no preço do bem.

$$E_{pd} = \frac{\Delta \% Q_x}{\Delta \% P_x}$$

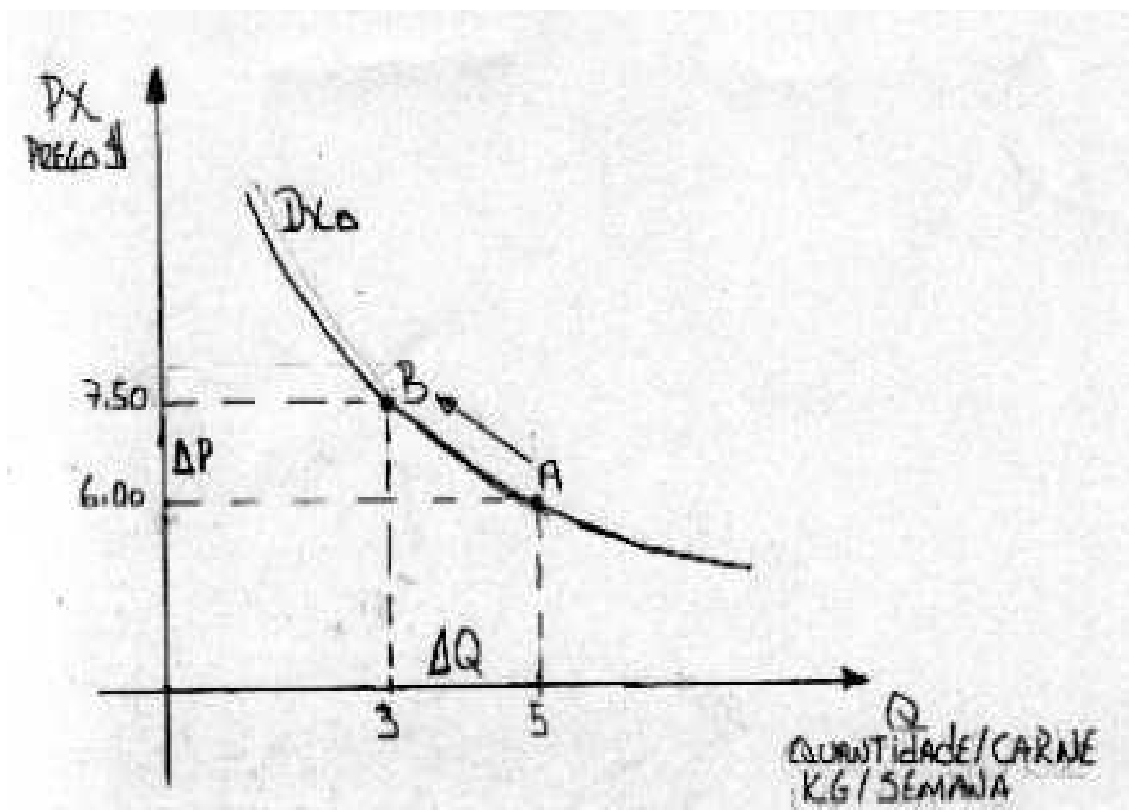
Na fórmula original há um sinal negativo, visto que a relação entre preço e quantidade na demanda é inversamente correlacionada, mas para efeito didático deixamos de usar o sinal negativo na fórmula.

$$E_{pd} = - \frac{\Delta Q}{\Delta P} \times \frac{P_x}{Q_x}$$

Exemplo 1

A quantidade demanda de carne de um consumidor qualquer é 5 kg por semana, ao preço de \$6,00. Consideremos, agora, que o preço da carne suba para \$7,50, com o aumento no preço passou a consumir apenas 3 kg por semana. Qual foi a sensibilidade do consumidor em relação ao aumento do preço da carne?

Gráfico: Elasticidade-Preço da Demanda - Demanda Elástica



Para sabermos qual foi à reação do consumidor em relação ao aumento desse bem, vamos calcular a elasticidade-preço da demanda de carne.

Aplicando a fórmula de cálculo percentual da elasticidade-preço da demanda, temos:

$$\text{Epd} = \frac{\Delta\% Qx}{\Delta\% Px} \qquad \text{Epd} = \frac{40\%}{25\%} \qquad \text{Epd} = 1,6 \quad \text{Epd} > 1 \text{ Demanda Elástica}$$

Regra de Três:

$$\Delta\%Q = 40\%$$

$$\Delta\%P = 25\%$$

$$\begin{array}{r} 5 \quad 100\% \\ 2 \quad x \\ \hline 5x = 200 \quad x = 200 \div 5 \quad x = 40\% \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 6,00 \quad 100\% \\ 1,50 \quad x \\ \hline 6x = 150 \quad x = 150 \div 6 \quad x = 25\% \end{array}$$

Aplicando a fórmula de cálculo numérico da elasticidade-preço da demanda, temos:

$$\text{Epd} = \frac{\Delta Q}{\Delta P} \times \frac{Px}{Qx}$$

$$\text{Epd} = \frac{2}{1,5} \times \frac{6}{5} \qquad \text{Epd} = \frac{12}{7,5} \qquad \text{Epd} = 1,6$$

Epd > 1 Demanda Elástica: Quando a variação na quantidade demandada foi maior que a variação do preço a demanda é elástica.

ELASTICIDADE-PREÇO DA OFERTA

A elasticidade-preço da oferta é o resultado da variação percentual na quantidade ofertada de um bem ou serviço, dividido pela variação percentual no preço do bem ou serviço, tendo como objetivo fundamental, medir a reação, a sensibilidade ou a resposta dos produtores (empresários) às variações dos preços dos bens e serviços que produzem ou ofertam.

Matematicamente representamos a elasticidade-preço da oferta:

E_{po} = elasticidade-preço da oferta;

Q_{ox} = quantidade ofertada;

P_x = preço do bem;

Δ%Q = variação percentual na quantidade ofertada;

Δ%P = variação percentual no preço do bem.

$$E_{po} = \frac{\Delta\%Q_x}{\Delta\%P_x}$$

Elasticidade-preço da oferta

Cálculo em valores numéricos:

Epo = elasticidade-preço da oferta;

Qox = quantidade ofertada;

Px = preço do bem;

ΔQ = variação na quantidade ofertada;

ΔP = variação no preço do bem.

$$E_{pd} = \frac{\Delta Q}{\Delta P} \times \frac{PX}{QX}$$

Há três classificações para a curva de oferta, considerando-se o valor do coeficiente da elasticidade-preço da oferta:

1. **Oferta inelástica:** é a curva de oferta de bens e serviços cuja resposta, a sensibilidade em termos de produção, é proporcionalmente menor do que a variação do preço do bem ou serviço, sendo a elasticidade-preço da oferta menor do 1
Epo < 1.

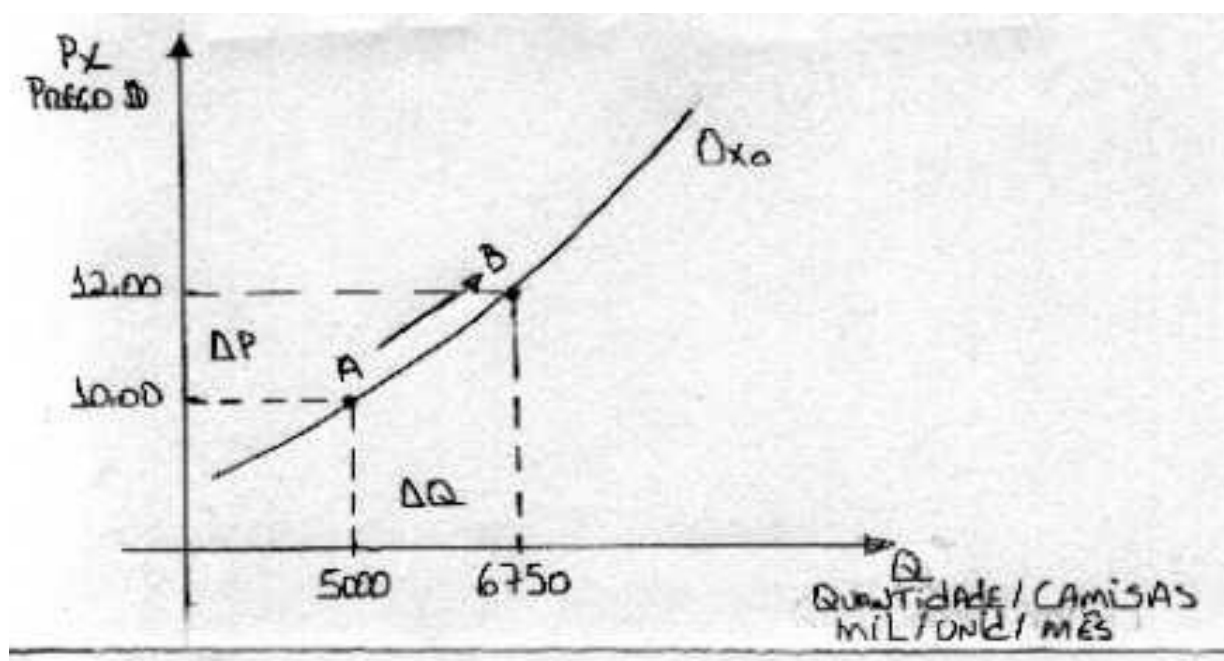
2. **Oferta elástica:** é a curva de oferta de bens e serviços cuja resposta, a sensibilidade em termos de produção, é proporcionalmente maior do que a variação do preço do bem ou serviço, sendo a elasticidade-preço da oferta maior que 1 $E_{po} > 1$.

3. **Oferta unitária:** é a curva de oferta de bens ou serviços cuja resposta, a sensibilidade em termos de produção, é igual à variação dos preços do bem ou serviço, sendo a elasticidade-preço da oferta igual a 1 $E_{po} = 1$.

Exemplo 1

A quantidade ofertada inicial, é indicada pelo ponto “A”, que representa a produção de 5000 camisas ao preço de \$10,00. Vamos considerar que o produtor elevou o preço da camisa para \$12,00, e a esse preço resolveu aumentar sua produção para 6750 camisas, deslocando-se do ponto “A” para o ponto “B” na curva de oferta.

Gráfico: Elasticidade-Preço da oferta - Oferta Elástica



Aplicando a fórmula de cálculo percentual da elasticidade-preço da oferta, temos:

$$Epo = \frac{\Delta\% Qx}{\Delta\% Px} \quad Epo = \frac{35\%}{20\%} \quad Epo = 1,75 \quad Epo > 1 \text{ Oferta elástica}$$

Regra de Três:

$$\Delta\%Q = 35\%$$

$$\Delta\%P = 20\%$$

$$\begin{array}{cc} 5000 & 100\% \\ 1750 & x \end{array}$$

$$\begin{array}{cc} 10,00 & 100\% \\ 2,00 & x \end{array}$$

$$\begin{aligned} 5000x &= 175.000 \\ x &= 175.000 \div 5000 \\ x &= 35\% \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} 10x &= 200 \\ x &= 200 \div 10 \\ x &= 20\% \end{aligned}$$

Utilizando a fórmula de cálculo numérico podemos calcular a elasticidade-preço da oferta:

$$Epd = \frac{\Delta Q}{\Delta P} \times \frac{PX}{QX}$$

$$Epo = \frac{1750}{2} \times \frac{10}{5000} = 1,75 \quad Epo = \frac{17.500}{10.000} = 1,75$$

Epo > 1 Oferta elástica: é a curva de oferta de bens e serviços cuja resposta, a sensibilidade em termos de produção, é proporcionalmente maior do que a variação do preço do bem ou serviço,.

ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA

Conceitua-se a elasticidade-renda da demanda de um bem como sendo a razão entre a variação percentual verificada na quantidade demandada de um bem e a variação percentual na renda.

Matematicamente representamos a elasticidade-renda da demanda:

Cálculo em valores percentuais:

Erd = elasticidade-renda da demanda;

Qdx = quantidade demandada;

R = renda do consumidor;

$\Delta \%Q$ = variação percentual na quantidade;

$\Delta \%R$ = variação percentual na renda.

$$\mathbf{Erd} = \frac{\Delta \%Q}{\Delta \%R}$$

Cálculo em valores numéricos:

Erd = elasticidade-renda da demanda;

Qdx = quantidade demandada;

Px = preço do bem;

ΔQ = variação na quantidade demandada;

ΔR = variação na renda.

$$\mathbf{Erd} = \frac{\Delta Q}{\Delta R} \times \frac{R}{Q}$$

Há quatro classificações considerando-se o valor do coeficiente da elasticidade-renda da demanda:

$Erd > 1$ Bem superior (ou bem de luxo): dada uma variação da renda, o consumo varia mais que proporcionalmente.

$Erd > 0$ Bem normal: o consumo aumenta quando a renda aumenta.

$Erd < 0$ Bem inferior: a demanda cai quando a renda aumenta.

$Erd = 0$ Bem de consumo saciado: variações na renda não alteram o consumo do bem.

Se a elasticidade-renda da demanda for menor que 1 e positiva o bem é inelástico a renda $Erd < 1$.

Se a elasticidade-renda da demanda for maior que 1 e positivo o bem é elástico a renda $Erd > 1$.

Se a elasticidade-renda da demanda for negativo o bem é considerado inferior, ou seja, aumentos de renda geram redução na quantidade demandada, normalmente devido a substituição por outros bens $Erd < 0$.

Por exemplo a carne de segunda, um aumento da renda gera uma redução de demanda via substituição da carne de segunda por outra de melhor qualidade.

Exemplo 1

Suponha que a renda dos consumidores tenha se elevado, num certo período de R\$ 1.000,00 para R\$ 1.300,00, em consequência, a quantidade demandada dos bens A, B, C e D, se alteraram de Q_{d0} para Q_{d1} , conforme a tabela a seguir:

Bens	Q_{d0}	Q_{d1}
A	20	18
B	25	30
C	30	39
D	10	15
E	40	40

Utilizando a fórmula de cálculo percentual, podemos calcular a elasticidade-renda para os cinco bens acima, assim:

$E_{rd} = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%R}$	$E_{rd} = \frac{-10\%}{30\%}$	$E_{rd} = -0,33$
<p>Regra de Três:</p>		
$\Delta\%Q = -10\%$	$\Delta\%R = 30\%$	
$\begin{array}{cc} 20 & 100\% \\ -2 & x \end{array}$	$\begin{array}{cc} 1000,00 & 100\% \\ 300,00 & x \end{array}$	
$20x = -200$ $x = -200 \div 20$ $x = -10\%$	$1000x = 30000,00$ $x = 30000,00 \div 1000$ $x = 30\%$	

Utilizando a fórmula de cálculo numérico podemos calcular a elasticidade-renda para os cinco bens acima, assim:

$$Erd = \frac{\Delta Q}{\Delta R} \times \frac{R}{Q}$$

$$Erd = \frac{-2}{300} \times \frac{1000,00}{20}$$

$$Erd = -2000 \div 6000 \qquad Erd = -0,33$$

Erd < 0 Bem inferior: a demanda cai quando a renda aumenta.

Cálculo dos coeficientes da elasticidade-renda da demanda para os pontos A, B, C, D e E:

Ponto A:	$Erd = \frac{-10\%}{30\%} = -0,33$	<i>Erd < 0 Bem inferior: a demanda cai quando a renda aumenta.</i>
Ponto B:	$Erd = \frac{20\%}{30\%} = 0,66$	<i>Erd > 0 Bem normal: o consumo aumenta quando a renda aumenta.</i>
Ponto C:	$Erd = \frac{30\%}{30\%} = 1,0$	<i>Erd > 0 Bem normal: o consumo aumenta quando a renda aumenta.</i>
Ponto D:	$Erd = \frac{50\%}{30\%} = 1,67$	<i>Erd > 1 Bem superior (ou bem de luxo): dada uma variação da renda, o consumo varia mais que proporcionalmente.</i>
Ponto E:	$Erd = \frac{0\%}{30\%} = 0$	<i>Erd = 0 Bem de consumo saciado: variações na renda não alteram o consumo do bem.</i>

RELAÇÃO ENTRE ELASTICIDADE E RECEITA TOTAL (RT)

Receita Total é a quantidade de dinheiro paga por compradores e recebidas por vendedores após a venda de um bem.

Ou seja, preço do bem vezes a quantidade vendida daquele bem:

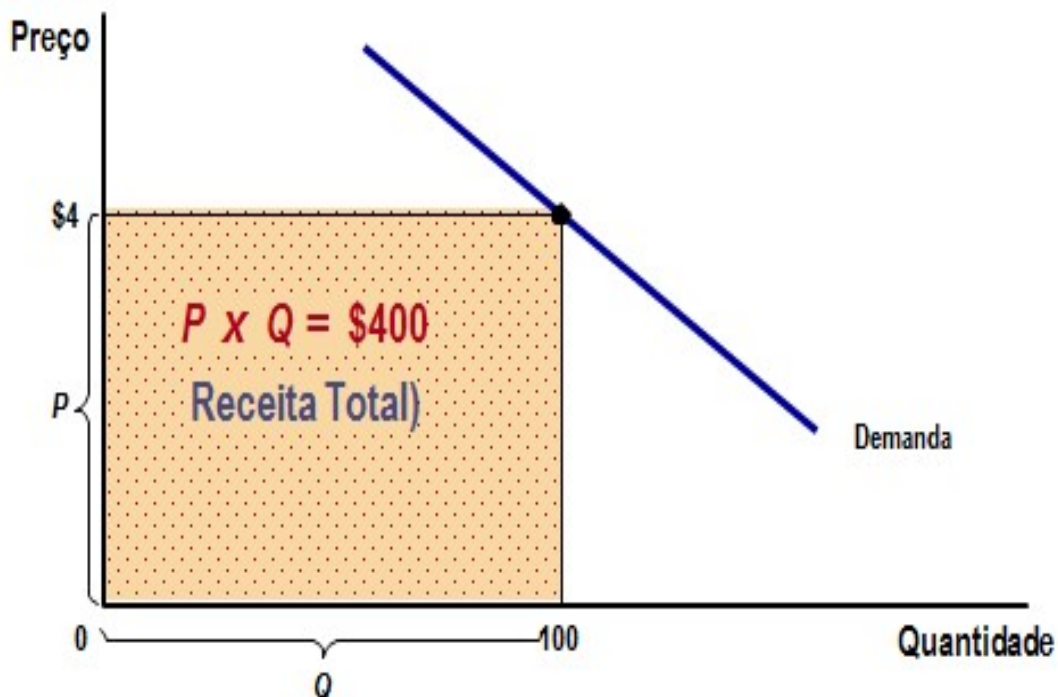
$$RT = P \times Q$$

RT = Receita Total

P = Preço do bem

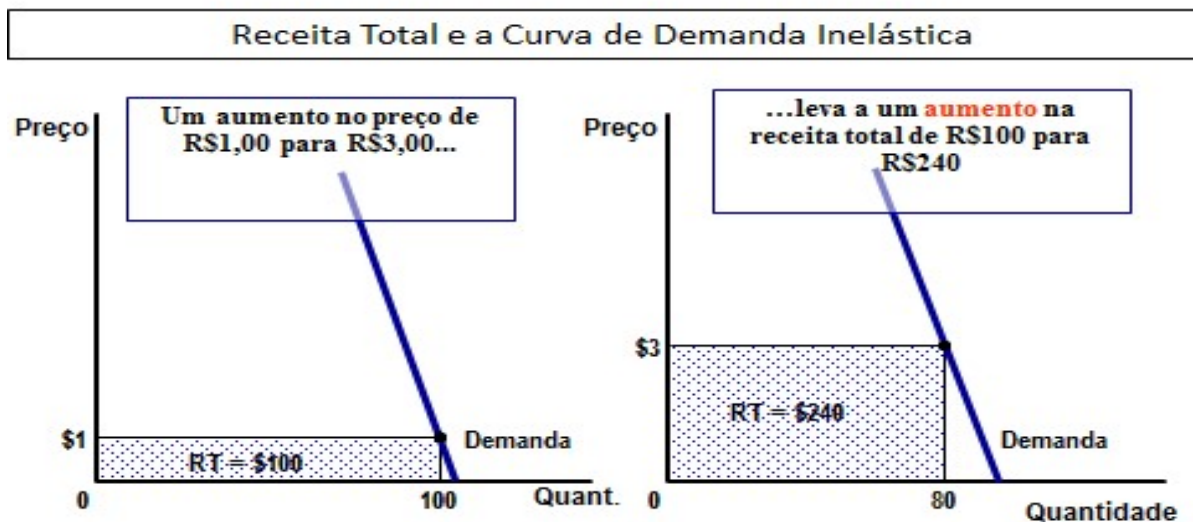
Q = Quantidade

Elasticidade e a Receita Total



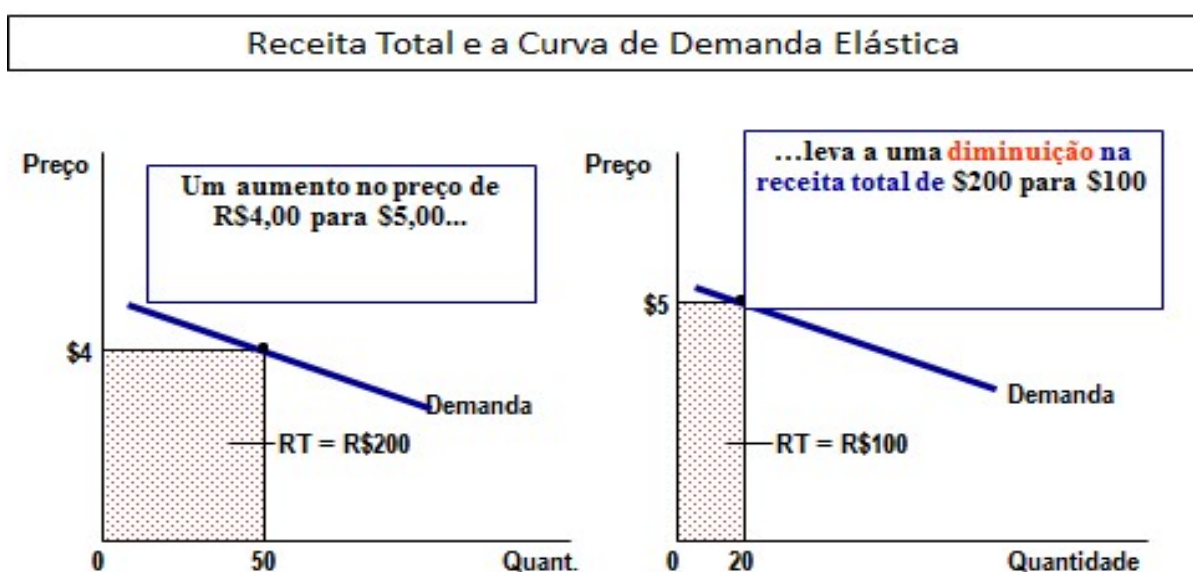
Receita Total e a Curva de Demanda Inelástica

Com uma curva de demanda inelástica, um aumento nos preços leva a uma diminuição na quantidade demandada, em menor proporção que o aumento nos preços. Dessa forma, a Receita Total aumenta.



Receita Total e a Curva de Demanda Elástica

Com uma curva de demanda elástica, um aumento nos preços leva a uma diminuição na quantidade demandada, em maior proporção que o aumento nos preços. Dessa forma, a Receita Total diminui.



Relação entre Elasticidade e Receita Total (RT)

Exemplo 1

A loja de moda masculina Dual Modas elevou o preço do costume masculino (paletó e calça) de R\$ 130,00 para R\$ 162,50, o número peças vendidas diminuiu de 500 unidades/mês para 425 unidades/mês. Qual a elasticidade-preço da demanda (Epd) para esse caso? Seria a elevação do produto uma forma adequada para loja, considerando-se a Receita Total (RT)? Vamos considerar que o preço baixe de R\$ 130,00 para R\$ 99,98 elevando as vendas de 500 unidades para 690 unidades/mês. Nesse caso qual é a elasticidade-preço da demanda (Epd)? Seria a redução do preço uma forma adequada para empresa, considerando-se a Receita Total (RT)?

1ª SITUAÇÃO:

$$\text{Epd} = \frac{15\%}{25\%} \quad \text{Epd} = 0,6$$

Regra de Três:

$$\Delta\%Q = 15\%$$

$$500 \quad 100\%$$

$$75 \quad X$$

$$500X = 75 \times 100$$

$$500X = 7500$$

$$\Delta\%P = 25\%$$

$$130,00 \quad 100\%$$

$$32,50 \quad X$$

$$130X = 32,50 \times 100$$

$$130X = 3250$$

$$X = 7500 \div 500$$

$$X = 15\%$$

$$X = 3250 \div 130$$

$$X = 25\%$$

$$\text{Epd} = \frac{75}{32,50} \times \frac{130}{500} \quad \text{Epd} = \frac{9750}{16250} \quad \text{Epd} = 0,6$$

Epd = 0,6 < 1 Demanda Inelástica

A elasticidade-preço da demanda para essa mercadoria nesse intervalo de variação de preços é de 0,6; portanto menor que 1, então, trata-se de demanda inelástica.

Receita Total (RT) antes do aumento da mercadoria:

$$RT = Px \times Q$$

$$RT = R\$ 130,00 \times 500$$

$$\mathbf{RT = R\$ 65000,00}$$

Receita Total (RT) depois do aumento da mercadoria:

$$RT = Px \times Q$$

$$RT = R\$ 162,50 \times 425$$

$$\mathbf{RT = R\$ 69062,50}$$

A elevação no preço do produto foi uma forma adequada à Dual Modas aumentar sua Receita Total (RT), a demanda é inelástica (pouco sensível) e um aumento no preço da

mercadoria acarretou um aumento na receita total da empresa, dado que esse aumento compensou a redução na quantidade demandada.

2ª SITUAÇÃO:

$$\text{Epd} = \frac{38\%}{23,09\%} = 1,65$$

Regra de Três:

$$\Delta\%Q = 38\%$$

$$500 \quad 100\%$$

$$190 \quad X$$

$$500X = 190 \times 100$$

$$500 X = 19000$$

$$X = 19000 \div 500$$

$$X = 38\%$$

$$\Delta\%P = 23,09\%$$

$$130,00 \quad 100\%$$

$$30,02 \quad X$$

$$130 X = 30,02 \times 100$$

$$130 X = 3002$$

$$X = 3002 \div 130$$

$$X = 23,09\%$$

$$\text{Epd} = \frac{190}{30,02} \times \frac{130}{500} = \frac{24700}{15010} = 1,65$$

Epd = 1,65 > 1 Demanda Elástica

A elasticidade-preço da demanda para essa mercadoria nesse intervalo de variação de preços é de 1,52; portanto maior que 1, então, trata-se de demanda elástica.

Receita Total (RT) antes do aumento da mercadoria:

$$RT = P \times Q$$

$$RT = R\$ 130,00 \times 500$$

$$RT = R\$ 65000,00$$

Receita Total (RT) depois da redução da mercadoria:

$$RT = P \times Q$$

$$RT = R\$ 99,98 \times 690$$

$$RT = R\$ 68986,20$$

A redução no preço da mercadoria foi uma forma adequada à Dual Modas aumentar sua Receita Total (RT), quando a demanda é elástica (muito sensível), uma redução no preço da mercadoria acarretou um aumento na receita total da empresa, dado que a redução no preço é compensada pelo aumento na quantidade demandada.

ESTRUTURA DO MERCADO

Os economistas geralmente classificam os mercados, pelo **lado de quem produz, oferta ou vende bens e serviços**, da seguinte forma:

1. Concorrência Perfeita - tipo de mercado evidenciado por alguns fatores particulares:

a) A existência de um grande número de pequenos vendedores e compradores de maneira que cada vendedor ou comprador, de forma individualizada ou isoladamente, não tenham a capacidade de interferir nos preços ou no mercado onde atuam;

b) O(s) produto(o) comercializado(s) é ou são da mesma natureza, isto é, todas as empresas participantes do mercado produzem bens ou serviços rigorosamente homogêneos (análogos, idênticos) que não se destacam um dos outros em função da marca, qualidade ou qualquer outra característica que os diferencie;

c) O registro e o fechamento de empresas nesse mercado se dão livremente, ou seja, um indeterminado número de empresas pode entrar ou sair do mercado a qualquer instante, sem que haja nenhum tipo de restrição por parte da concorrência, utilizando-se de qualquer prática desleal em relação ao concorrente;

d) Clara visibilidade pelos compradores e vendedores de tudo que acontece no mercado onde atuam, tais como inovações tecnológicas, sistemas de produção, comercialização etc.;

e) Perfeita movimentação dos fatores produtivos, ou seja, os recursos produtivos, bem como os fatores de produção podem ser facilmente deslocados na produção de uma mercadoria para outra, e as empresas poderão ainda obter a quantidade desejada do fator de produção a um preço fixado concorrencialmente.

2. Monopólio ou Mercado Monopolizado – é o tipo de mercado marcado pela presença de um único vendedor, ou mesmo que existam outras empresas, uma delas domina praticamente o mercado, ou seja, é responsável por uma parcela expressiva das vendas ocorridas no mercado.

3. Oligopólio ou Mercado Oligopolizado – é o tipo de mercado em que existe um pequeno número de vendedores (produtores), ou mesmo no caso de existirem um grande número de vendedores, um pequeno número deles tem a capacidade de interferir nos preços ou o domínio da maior parte do mercado. Tipo de estrutura de mercado, nas economias capitalistas, em que poucas empresas conservam em seu poder o controle da maior parte do mercado.

4. Concorrência Monopolística – é o tipo de mercado constituído por uma particularidade - a **diferenciação**, mesmo considerando-se a existência de um grande número de produtores, portanto, um mercado concorrencial, onde cada uma das empresas é caracterizada como monopolista de seu

produto, e pelo fato da empresa produzir um bem ou serviço **diferenciado** dos outros bens ou serviços oferecidos por outras empresas.

A diferenciação do produto pode ser estabelecida, por exemplo, pela qualidade, marca (*griffe*), padrão de acabamento, assistência técnica, embalagem, penetração junto aos consumidores etc. Geralmente as *griffes* mais famosas nos setores de confecção (Forum, Geoge Armani, Calvin Clain etc.), perfumes (Chanel etc.), calçados, comidas, bebidas, são exemplo de mercados de concorrência monopolística.

Já pelo **lado da empresa que compra bens e serviços**, encontramos estruturas que também se diferenciam da concorrência perfeita, sendo elas o monopsônio e o oligopsônio:

1. Monopsônio ou Mercado Monopsônico – é o tipo de mercado em que existe apenas um único comprador. Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma matéria-prima ou produto primário, por exemplo, e mesmo quando vários produtores oferecem essa determinada matéria-prima, os preços não são determinados pelos vendedores, mas pelo único comprador.

A fábrica de cigarros, na aquisição de fumo em determinadas localidades, a montadora de automóveis na compra da produção de uma determinada indústria de autopeças, podem ser relacionadas como exemplos de prática monopsônica.

2. Oligopsônio ou Mercado Oligopsônico – é o tipo de mercado caracterizado pela existência de um pequeno número de compradores, ou mesmo no caso de existirem um grande número de compradores, uma pequena parcela desses compradores tem a capacidade de interferir nos preços dos produtores. Tipo de estrutura de mercado em que poucas empresas, geralmente grandes corporações, são as compradoras de matéria-prima ou produto primário, indústria automobilística, agroindústria, por exemplo.

No mercado, ainda, podemos identificar algumas **práticas desleais** que buscam neutralizar, ainda mais, as condições concorrenciais. Essas práticas originam-se do poder que algumas empresas adquirem a partir das barreiras impostas à entrada de novas empresas no mercado onde atuam.

As práticas mais utilizadas são:

1. O Truste: que é o tipo de estrutura em que várias empresas possuidoras de uma grande parte do mercado pactuam-se ou fundem-se para assegurar o controle do mercado,

estabelecendo preços elevados que lhes permitam obter altas margens de lucro.

2. O Cartel: é a tentativa de um grupo de empresas que, por meio de acordo, atuam de forma coordenada, visando na prática a construção de um monopólio.

O acordo estabelecido por esse grupo de empresas visa os seguintes objetivos: a) controle dos níveis de produção e das condições de venda; b) fixação e controle de preço; c) controle das fontes de matérias-primas; d) divisão territorial das operações; e) fixação das margens de lucro.

Um dos fundamentos principais a ser seguido pelas empresas participantes desse cartel, apesar de manterem sua independência e individualidade, é o dever incondicional em respeitar as regras determinadas pelo grupo.

O principal objetivo na formação do cartel é a eliminação da concorrência, por conseguinte, haverá um grande prejuízo aos consumidores que adquirirão produtos a preços determinados de forma artificial ou distorcidos.

3. O Dumping: pode ser caracterizado como sendo a fixação de preços de venda abaixo dos custos, ou seja, os preços serão insuficientes para cobrirem os custos de produção.

As empresas que se utilizam dessa prática de preços subsidiados, atuam geralmente em várias regiões, e em determinada região praticam o dumping apenas contra uma

concorrente cuja atuação é restrita com a finalidade de acabar com a concorrência.

Nessa região, especificamente no segmento onde atua, a empresa praticante do dumping reduz seus preços de forma que a empresa concorrente seja asfixiada, eliminando o concorrente, preservando suas fatias de mercado, principalmente em virtude do nível de preços que irá praticar, bem abaixo de seus custos de produção.

De forma análoga, utiliza-se o termo **dumping social**. Países ao exportarem seus produtos para diversos mercados levantam suspeitas e comparações quanto à remuneração da mão-de-obra e, até mesmo, questionamentos sobre a utilização de trabalho infantil ou de presidiários sem qualquer tipo de remuneração. A indústria de produtos esportivos Nike vem sofrendo vários ataques por parte de organizações não governamentais (ONGs) em relação à exploração de mão-de-obra infantil.

TEORIA DA PRODUÇÃO

A Teoria da Produção preocupa-se com o lado da oferta do mercado, ou seja, com os produtores, que vão oferecer aos consumidores os bens e serviços por eles produzidos.

Produção é o processo que combina e transforma os fatores de produção (terra, trabalho, capital e capacidade empresarial) adquiridos pela empresa, visando criar bens ou serviços que serão oferecidos no mercado.

A *função de produção* mostra a produção máxima (volume de produção) que uma empresa pode obter de um produto para cada combinação específica de insumos (matéria-prima, mão de obra, energia etc.) ou fatores de produção em um determinado período de tempo, mediante a escolha do processo de produção mais adequado. Ela pode ser representada da seguinte forma:

$Q_{pt} = f(L, K, T)$ na qual:

Q_{pt} = quantidade produzida ou produto total;

L = quantidade de mão de obra ou de trabalho empregado;

K = quantidade de capital utilizado; T = quantidade de área utilizada (terra).

A função de produção descreve o que é *tecnicamente viável* quando a empresa opera *eficientemente*, isto é, quanto ela

utiliza cada possibilidade ou combinação de produção da maneira mais *eficaz* (resultado) possível. Portanto, é preciso definir adequadamente o termo eficiência, fazendo a distinção entre a *eficiência técnica* e *eficiência econômica*.

A eficiência técnica pode ser entendida como a relação entre o método de produção *tecnologicamente mais eficiente* utilizado pela empresa em relação aos métodos alternativos à disposição, permitindo-lhe à empresa obter a mesma quantidade de produto que os outros processos com a utilização de uma quantidade menor de pelo menos um insumo ou fator de produção, considerando que quantidade dos demais fatores de produção permanecem inalterados ou a utilização de menores quantidades de todos os insumos.

A eficiência econômica pode ser entendida como a relação entre o método de produção *economicamente mais eficiente* e os métodos alternativos à disposição da empresa, caso permitir-lhe a empresa a obtenção da mesma quantidade de um determinado produto ao menor custo possível.

A expressão função da produção significa que a quantidade produzida do bem ou serviço que depende, ou “é função”, das quantidades empregadas de fatores terra (T), capitais (K) e trabalho (L).

Antes de continuarmos devemos conceituar algumas variáveis:

Curto Prazo: é o período de tempo no qual pelo menos um fator de produção empregado ou insumo é fixo.

Fator de Produção Fixo: um fator de produção é definido como fixo quando a sua quantidade não pode ser mudada de imediato, quando a empresa deseja alterar rapidamente a sua variação na produção. Exemplos: a construção de um novo prédio, instalações de grandes máquinas e equipamentos em uma fábrica, alterar a planta (unidades de produção) de uma fábrica automobilística etc.

Fator de Produção Variável: um fator de produção é definido variável quando a sua quantidade pode variar facilmente, quando se resolvem aumentar ou diminuir a produção. Exemplos: mão de obra não qualificada, algumas matérias-primas, energia elétrica etc.

Lei dos Rendimentos Decrescentes: quanto mais unidades de um fator de produção são utilizadas, num dado período de tempo, com quantidades fixas de outro fator de produção, o produto marginal do fator variável passa a declinar, tornando-se nulo após um certo tempo.

Longo Prazo: é o período de tempo no qual todos os fatores de produção são variáveis.

Produto Marginal (PMg): é a variação no produto total (PT), dada uma variação unitária na quantidade utilizada do fator de produção variável (L).

Produto Médio (PMe): é o produto total (PT) dividido pelo número de unidades do fator de produção variável (L) utilizado.

Produção de Trigo em uma Propriedade Rural com um Fator de Produção Variável (L)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Quantidade de terra utilizada (T)	Unidade de Mão-de-obra Empregadas (L)	Produto Total (PT)	Produto Médio $PMe = PT \div L$	Produto Marginal (PMg) $PMg = \Delta PT \div \Delta L$
10	0	0	-----	-----
10	1	10	10	10
10	2	22	11	12
10	3	39	13	17
10	4	52	13	13
10	5	60	12	8
10	6	60	10	0
10	7	56	8	- 4
10	8	48	6	- 8

O Quadro 2 mostra o exemplo de uma propriedade rural que produza trigo, supondo que esta área cultivável é de 10 hectares¹, e que por hipótese esse fator de produção permanecerá fixo e o fator de produção trabalho (mão de obra) será o único fator de produção variável, de maneira que essa propriedade possa produzir volumes maiores de produção de milho, quando houver aumento do seu fator de produção mão de obra.

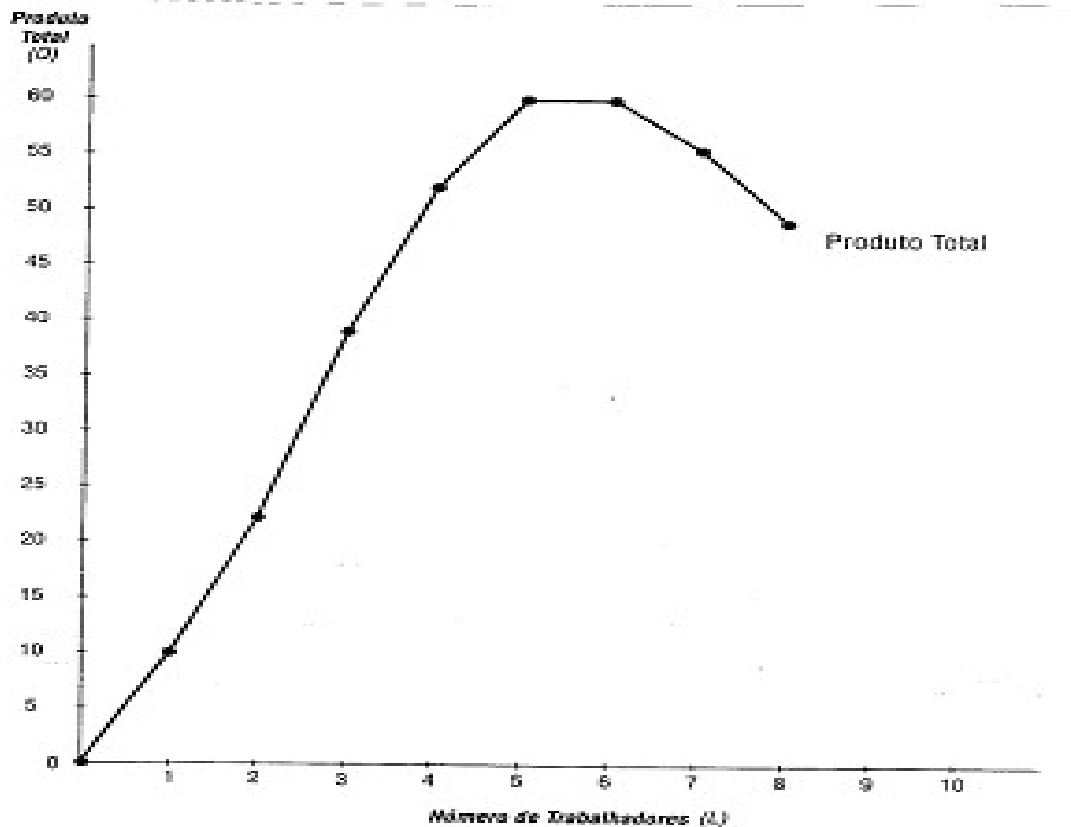
Os dados da coluna 3 indicam a produção máxima de milho que pode ser produzida utilizando-se diferentes quantidades de mão de obra, supondo que o fator terra permanece fixo.

O fator de produção trabalho ou a mão de obra (L) empregada nessa propriedade é medida em quantidade de homens/ano e o produto total (PT) em toneladas/ano.

Os dados na tabela mostram que quando o fator mão de obra for zero, o volume de produção será zero, no entanto, se o proprietário da terra, contratar um trabalhador a produção total de trigo será de 10 toneladas/ano, contratando dois trabalhadores a produção de trigo será de 22 toneladas/ano, se contratarem três trabalhadores a produção total passará a ser de 39 toneladas/ano e assim por diante.

¹ Hectare = 10.000 metros quadrados (dez mil) = 100 x100 metros. Alqueire paulista = 24.200 m². Alqueire mineiro = 48.400 m²

Curva de Produção Total de Trigo



O Produto Médio do Fator de Produção Variável (Pme)

O produto médio ou produtividade média do fator variável é obtido a partir da divisão da produção total pela quantidade de fator de produção variável empregada para se atingir esse nível de produção.

$$Pme = \frac{Q}{L}$$

O Produto Marginal de Produção Variável (Pmg)

O produto marginal ou produtividade marginal do fator de produção variável é definido como a variação na produção total decorrente da variação de uma unidade no fator de produção variável.

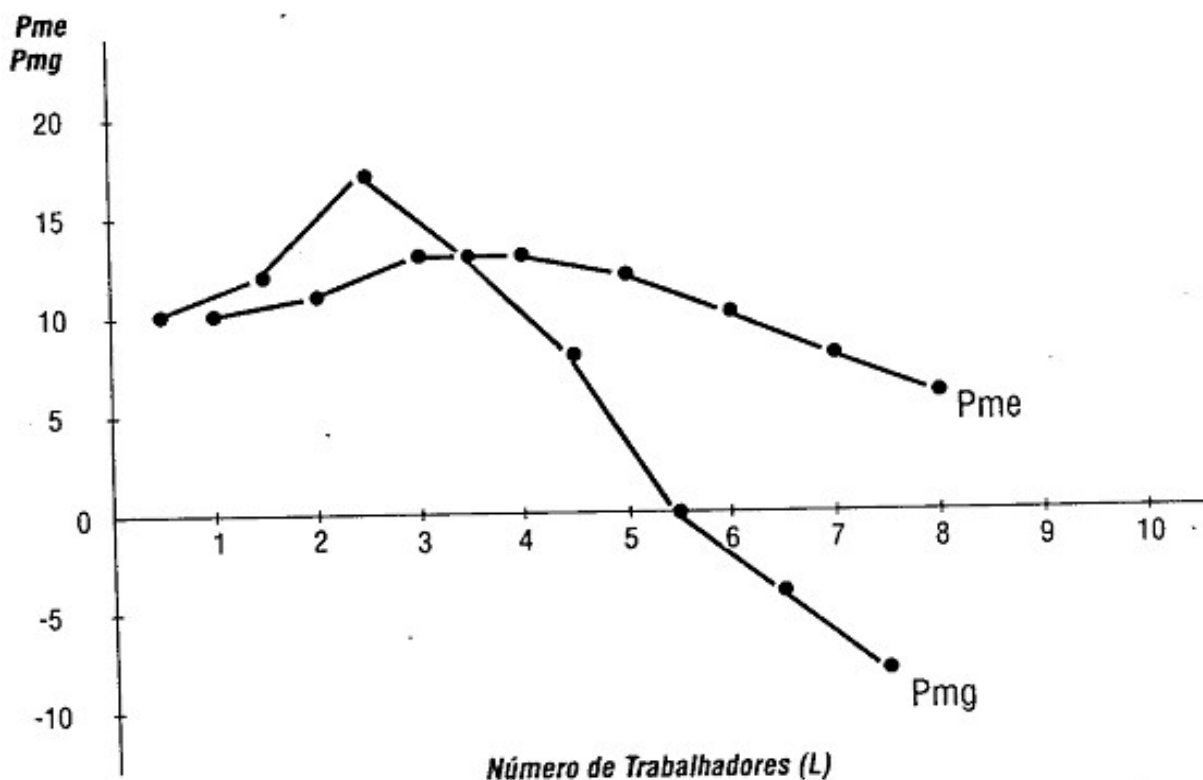
$$\text{Pmg} = \frac{\Delta Q}{\Delta L}$$

As Curvas de Produto Médio e Marginal

Como o produto marginal foi definido como sendo a variação na produção total decorrente da variação de uma unidade do fator de produção variável, cada valor de Pmg deve ser representado no ponto médio do intervalo entre duas unidades.

Devemos observar que, no caso, o Pmg é dado pela inclinação da curva de Produto Total entre as unidades de fator variável. Por exemplo, ao aumentarmos a quantidade do fator de produção trabalho de 3 para 4 trabalhadores, teremos a variação na mão-de-obra igual a $\Delta L = 1$, a produção total aumenta de 39 para 52, tendo uma variação igual a $\Delta PT = 13$.

As Curvas de Produto Médio e Marginal

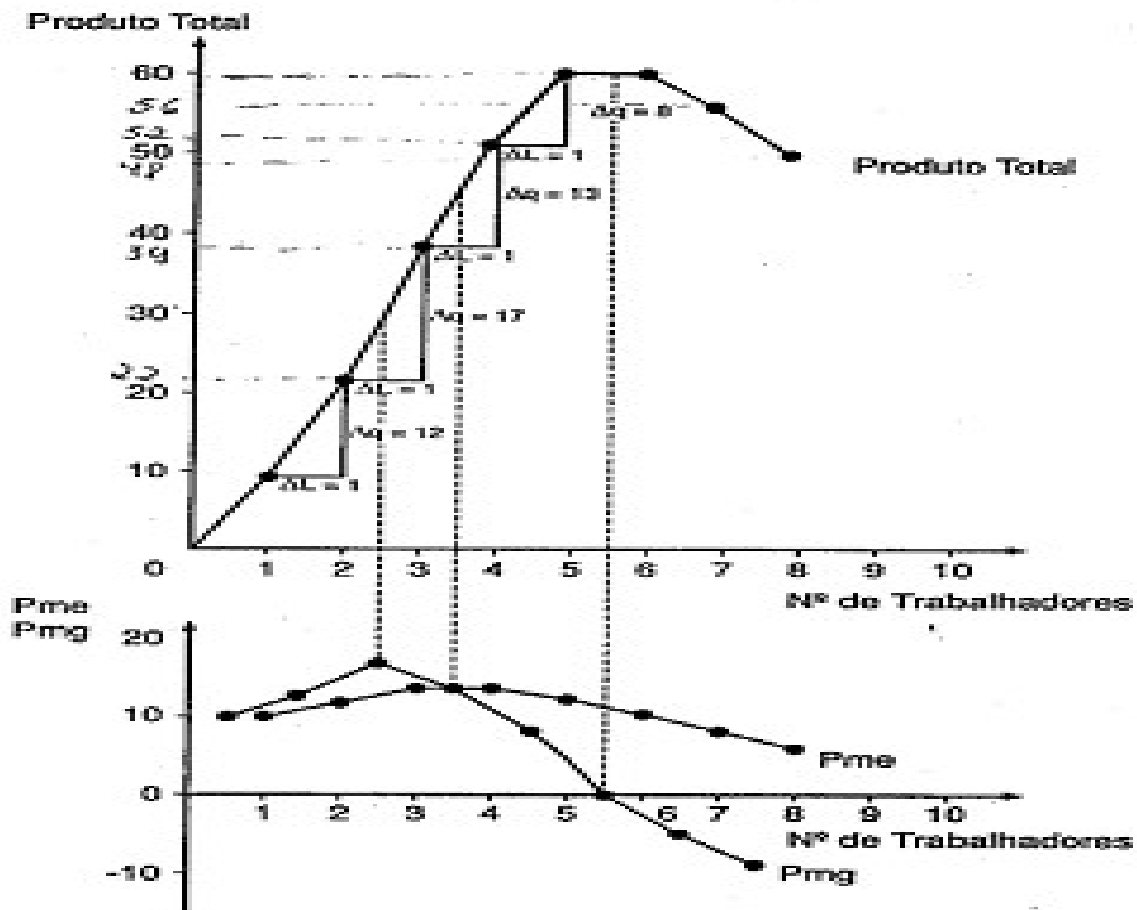


Observando o Gráfico pode-se verificar que $\Delta PT/\Delta L$ nos fornece a inclinação da função entre 3 e 4 trabalhadores, cujo valor é 13. Podemos, portanto, afirmar que o produto marginal (Pmg) é a própria inclinação da curva de produção total. Deve-se ressaltar que entre 5 e 6 trabalhadores o Pmg é zero, indicando que a inclinação da função também é zero. Observando atentamente a curva de produto total, verificaremos que nesse intervalo a curva é paralela ao eixo horizontal. Se aumentarmos o número de trabalhadores de 6 para 7 o Pmg será negativo, - 4, e a inclinação da curva de produto total será decrescente.

As formas das curvas de PMe e PMg derivam, por conseguinte, do formato da curva de produto total. Podemos notar que

tanto o P_{Me} quando o P_{Mg}, inicialmente crescem, atingem um máximo e posteriormente decrescem. Observa-se também que o P_{Mg} está acima do P_{Me} enquanto o P_{Me} aumenta; igualando-se ao P_{Me} quando atinge seu ponto máximo e fica abaixo do P_{Me} à medida que este diminui.

Curvas de Produto Total, Médio e Marginal



Nos gráficos (slides anteriores), nos mostram que a partir de uma determinada quantidade de fatores fixos, a adição sucessiva de unidades do fator variável, fator de produção trabalho nesse caso (mão de obra), provoca de início uma expansão do produto total.

Repare que até a terceira unidade de mão de obra o produto total cresce a taxas crescentes, significando que o produto marginal do trabalho está aumentando, isto é, os rendimentos marginais do fator trabalho estão crescendo.

Com a utilização de 3 unidades de mão de obra o produto marginal atinge seu máximo $P_{mg} = 17$. A partir desse ponto produto marginal começa a declinar é devido a **Lei dos Rendimentos Decrescentes**, ou seja, quanto mais unidades de um fator de produção é utilizado num dado período de tempo, considerando-se a utilização de quantidades fixas de um outro fator de produção, o produto marginal do fator variável passa a declinar, tornando-se nulo após um certo tempo.

Verifica-se na curva de produção total que a partir da utilização da terceira unidade de mão de obra, quantidades adicionais do fator trabalho farão à produção total se expandir, só que a taxas mais lentas. Isso indica que o produto total continua a crescer, só que a taxas decrescentes, significando que o produto marginal do fator trabalho começa a diminuir ou que os rendimentos marginais do fator trabalho começam a decrescer.

Consideremos agora a produção obtida com o emprego de 5 unidades do fator de produção trabalho: ela é de 60 toneladas/ano de trigo. Se adicionarmos mais uma unidade de trabalho (a sexta unidade) a produção total não aumentará.

Nesse caso, o produto marginal da sexta unidade de trabalho será zero, significando que a produção total chegou ao seu ponto máximo 60 toneladas/ano. Se continuarmos a empregar

quantidades adicionais de trabalho o produto total decrescerá e o produto marginal será necessariamente negativo.

Exemplificando, a adição da sétima unidade de mão de obra provocará uma diminuição na produção total de 60 para 56 toneladas/ano, e o produto marginal da sétima unidade de mão de obra será negativo (-4).

TEORIA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

Iremos ver adiante como a produção relaciona insumos e produtos para determinar os custos desta produção e orientar as decisões empresariais em relação de quanto produzir e que tecnologia deverá utilizar.

Custos de Produção – Soma de todos os custos originados na utilização dos bens materiais (matéria-prima, mão de obra, depreciação e amortização de máquinas, patentes, gastos diversos) de uma empresa na elaboração de seus produtos (bens e serviços).

CUSTOS DE PRODUÇÃO NO CURTO PRAZO

$$\text{CT} = \text{CF} + \text{CV}$$

Custo Total (CT): É o custo de produção total associado a cada possível nível de produto. Ele é dado pela soma dos custos fixos mais os custos variáveis. É claro que, se a produção for zero, o Custo Total será igual ao Custo Fixo.

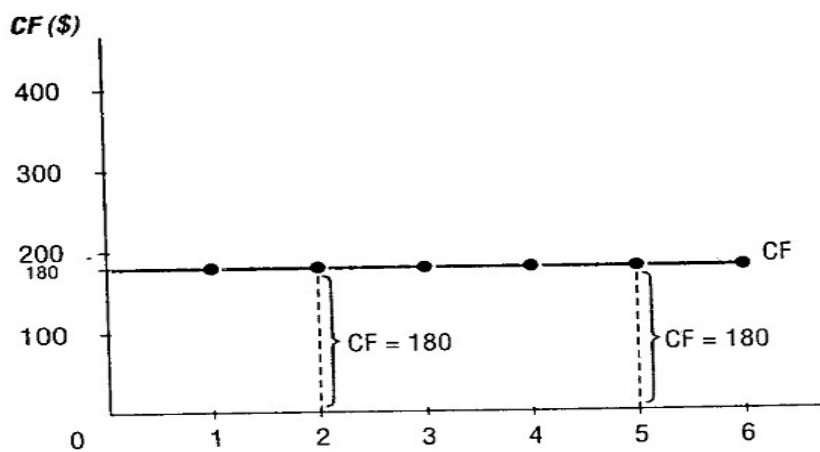
Custos Fixos (CF): Os custos fixos estão associados ao emprego dos fatores de produção fixos. Incluem certos tipos de impostos, aluguel de prédios, pagamentos de juros, seguros, custos de conservação, depreciação, certos tipos ordenados etc. Os custos fixos dizem respeito às despesas nas quais a empresa terá de incorrer, produza ela ou não, ou quaisquer que sejam os níveis de produção.

Custos Variáveis (CV): Os custos variáveis, por sua vez, dizem respeito aos pagamentos que a empresa terá de efetuar pela utilização de fatores de produção variáveis. Os custos variáveis variam de acordo com o volume de produção da empresa, e incluem itens tais como despesas com matérias-primas, energia elétrica, mão-de-obra etc. Esses custos serão zero quando não houver produção, uma vez que, nesse caso, nada se emprega de fator variável e aumentarão à medida que a produção aumentar.

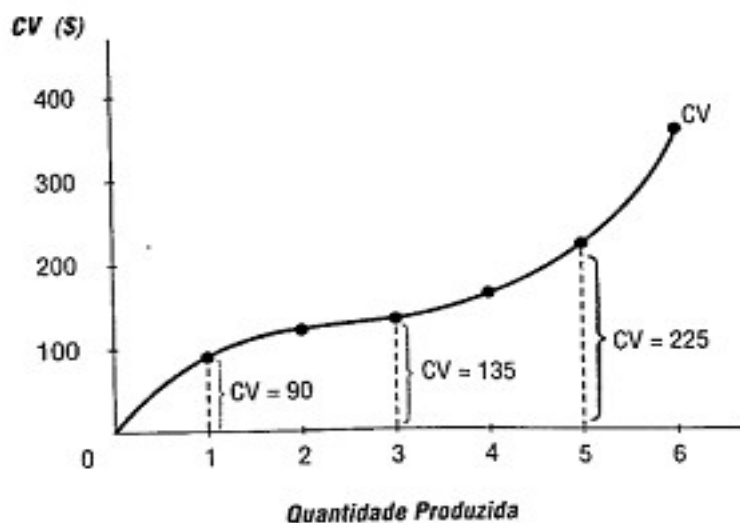
Custo Fixo, Custo Variável e Custo Total

Quantidade Produzida Q (unidades)	Custo Fixo CF (\$)	Custo Variável CV (\$)	Custo Total CT (\$)
0	180,00	0	180,00
1	180,00	90,00	270,00
2	180,00	120,00	300,00
3	180,00	135,00	315,00
4	180,00	165,00	345,00
5	180,00	225,00	405,00
6	180,00	360,00	540,00

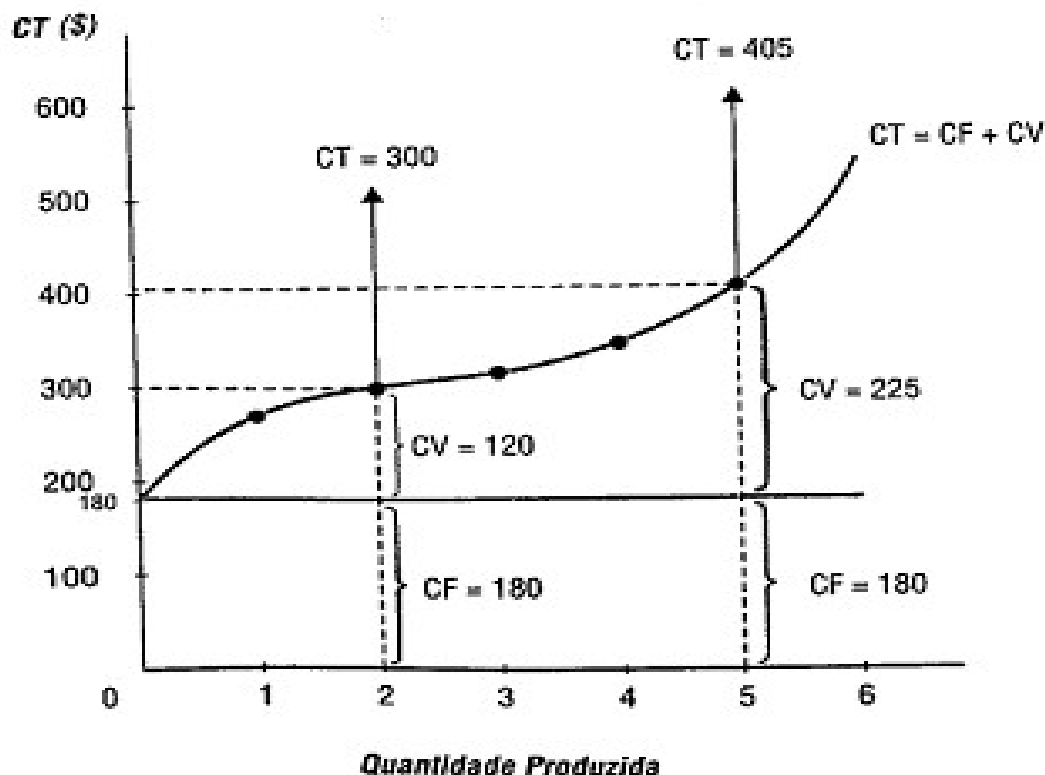
Custo Fixo



Custo Variável



Custo Total



Custo Fixo Médio, Custo Variável Médio, Custo Médio e Custo Marginal

Custo Fixo Médio (CFme): É o custo Fixo dividido pela quantidade produzida.

Custo Variável Médio (CVme): É o Custo Variável dividido pela quantidade produzida.

Custo Médio (Cme): O custo médio é obtido pela divisão do custo total pelo volume de produção.

Custo Marginal (Cmg): É o acréscimo no custo total resultante do acréscimo de uma unidade na produção. Isso significa que

o custo marginal corresponde ao custo adicional em que se incorre ao produzir mais unidades do produto.

Custo Fixo Médio, Custo Variável Médio, Custo Médio e Custo Marginal

Quantidade Produzida Q (unidades)	Custo Fixo CF (\$)	Custo Variável CV (\$)	Custo Total CT (\$)	Custo Fixo Médio CFme (\$) CF/Q	Custo Variável Médio CVme (\$) CV/Q	Custo Médio Cme (\$) CT/Q	Custo Marginal Cmg (\$) $\Delta CT/\Delta Q$
0	180,00	0	180,00	-----	-----	-----	-----
1	180,00	90,00	270,00	180,00	90,00	270,00	90,00
2	180,00	120,00	300,00	90,00	60,00	150,0	30,00
3	180,00	135,00	315,00	60,00	45,00	105,00	15,00
4	180,00	165,00	345,00	45,00	41,25	86,25	30,00
5	180,00	225,00	405,00	36,00	45,00	81,00	60,00
6	180,00	360,00	540,00	30,00	60,00	90,00	135,00

ANÁLISE DO BREAK-EVEN POINT

O **Break-Even Point** ou **Ponto de Equilíbrio** de uma empresa é definido como sendo o nível de produção e vendas em que todos os custos fixos e variáveis são cobertos pela receita, isto é, o ponto em que o lucro é igual a zero. Em outras palavras, é o nível mínimo de produção e vendas em que uma empresa pode funcionar sem que ocorram perdas.

Determinação do Ponto de Equilíbrio

$$CT = CF + CV$$

O Custo Total (CT) é igual à soma dos Custos Fixos (CF) mais os Custos Variáveis (CV).

$$RT = P \times Q$$

A Receita Total (RT) é dada pelo preço de venda (P) do produto multiplicado pela quantidade (Q) vendida do mesmo.

$$LT = RT - CT$$

O lucro total da empresa, por sua vez, é dado pela diferença entre a Receita Total (RT) e o Custo Total (CT).

Sabendo-se que no *Break-Even Point* o lucro é igual a zero, isto é, a Receita Total (RT) é igual ao Custo Total (CT):

$$RT = CT$$

Logo, substituindo RT por $P \times Q$ e CT por $CF + CV$

$$RT = CT$$

$$P \times Q = CF + CV$$

Sabemos que o Custo Variável Médio (CVme) é obtido pela divisão entre o Custo Variável (CV) e a quantidade produzida (Q):

$$CVme = \frac{CV}{Q} \quad \text{ou que o } CV = CVme \times Q$$

Onde:

$$P \times Q = CF + CV$$

Substituindo CV por CVme x Q

$$P \times Q = CF + CVme \times Q$$

$$P \times Q - (Cvme \times Q) = CF$$

$$Q (P - Cvme) = CF \text{ (colocando-se Q em evidência)}$$

CF

$$Q = \frac{\text{-----}}{\text{-----}}$$

P – Cvme

Essa equação é usada para acharmos o volume de vendas Q no ponto de equilíbrio, ou seja, determina a quantidade de equilíbrio na qual a Receita Total (RT) é igual ao Custo Total (CT), isto é, o ponto de lucro zero.

Determinação Gráfica do Break-Even Point

Preço (\$)	Quantidade	Custo Fixo	Custo Variável	Custo Total CF + CV	Receita Total P x Q	Lucro Total RT - CT
100,00	500	100.000,00	25.000,00	125.000,00	50.000,00	- 75.000,00
100,00	1000	100.000,00	50.000,00	150.000,00	100.000,00	- 50.000,00
100,00	1500	100.000,00	75.000,00	175.000,00	150.000,00	- 25.000,00
100,00	2000	100.000,00	100.000,00	200.000,00	200.000,00	Lucro Zero
100,00	2500	100.000,00	125.000,00	225.000,00	250.000,00	+ 25.000,00
100,00	3000	100.000,00	150.000,00	250.000,00	300.000,00	+ 50.000,00

Determinação do Ponto de Equilíbrio

Determinação do Ponto de Equilíbrio:

$$Q = \frac{CF}{P - CV_{me}} = \frac{\$100.000,00}{\$100,00 - \$50,00} = 2000 \text{ unidades}$$

Q = 2000 unidades (quantidade de equilíbrio)

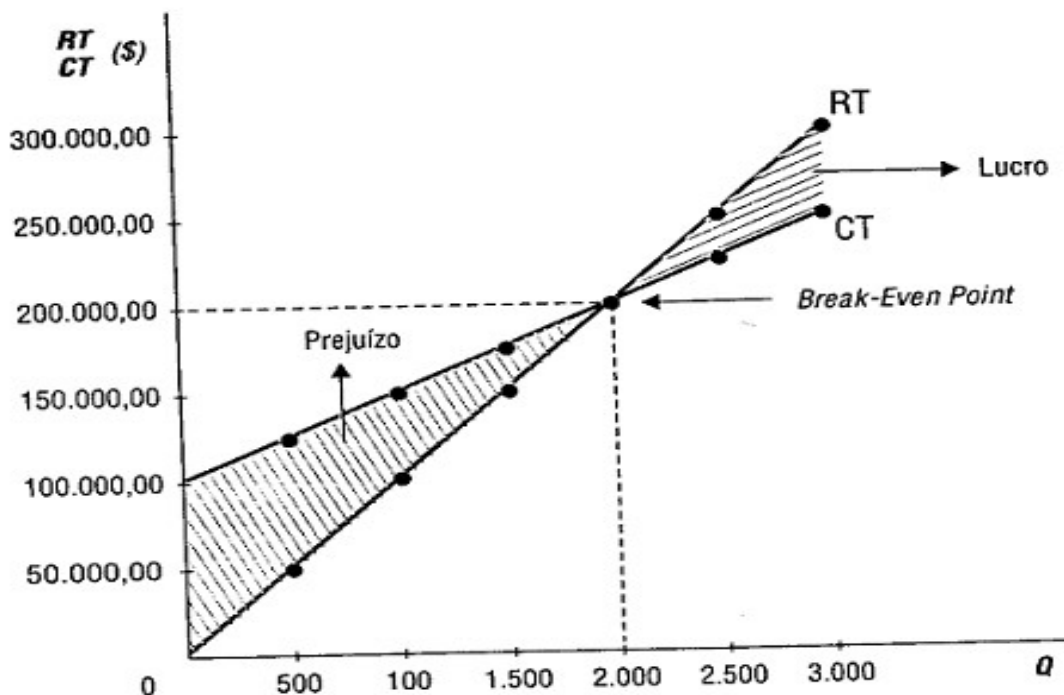
Lembrando que Custo Variável Médio (CV_{me}) é igual a:

$$CV_{me} = \frac{CV}{Q} = \frac{\$100.000,00}{2000}$$

$$CV_{me} = \$50,00$$

Determinação do Break-Even Point (ponto de equilíbrio ou lucro zero)

O break-even point



Alterações no Break-Even Point

O *break-even point* pode mudar em função de alterações no custo fixo, no custo variável médio e no preço de venda do produto.

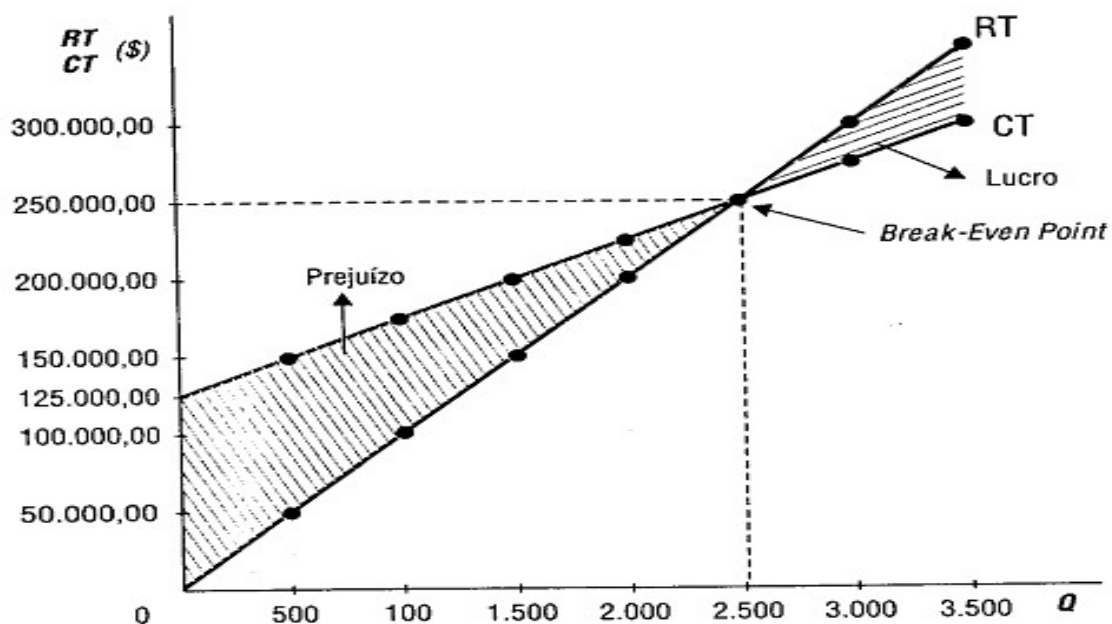
Alterações no Custo Fixo

Um aumento no custo fixo elevará o produto de equilíbrio, enquanto uma diminuição nesse tipo de custo provocará uma diminuição no ponto de equilíbrio.

Considerando o exemplo anterior, se os custos fixos forem aumentados para \$125.000,00, o ponto de equilíbrio será:

$$Q = \frac{CF}{P - C_{vme}} = \frac{\$125.000,00}{\$100,00 - \$50,00} = Q = 2500 \text{ unidades}$$

Gráfico do break-even point para custos fixos aumentados



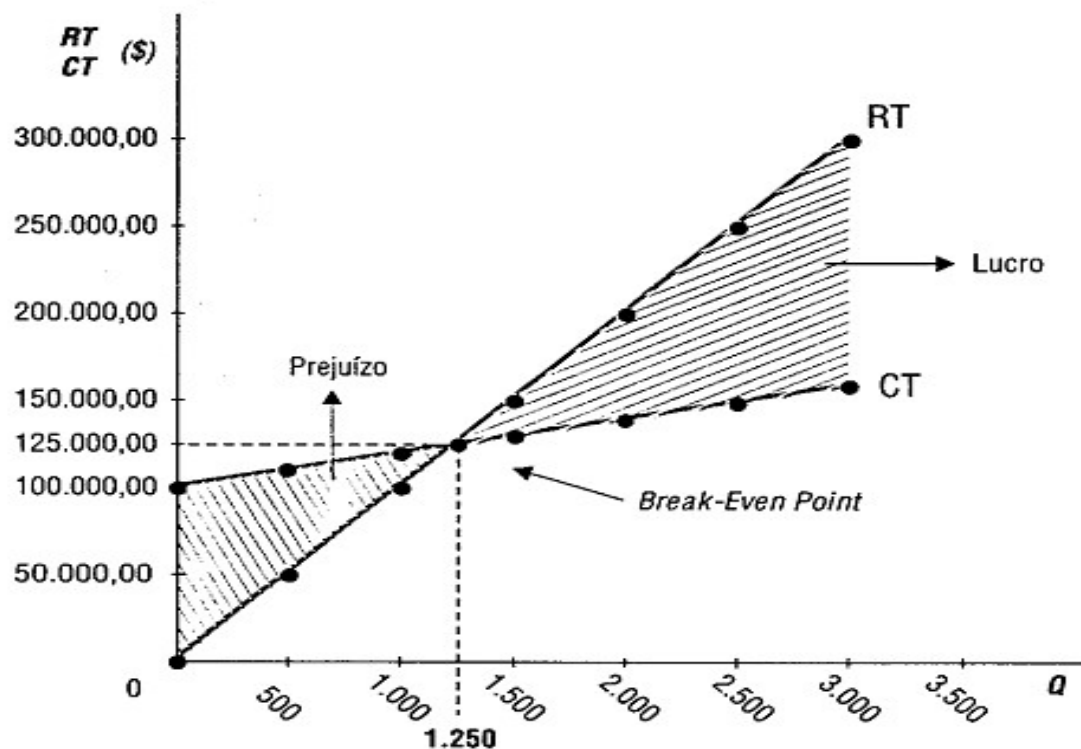
Alterações no Custo Variável Médio

Uma diminuição no custo variável médio diminuirá o volume de vendas necessárias para se atingir o ponto de equilíbrio da empresa, ao passo que um aumento no custo variável médio fará com que o volume de vendas necessário para se atingir o ponto de equilíbrio seja mais alto.

Tomando o exemplo inicial como referência, supondo que o custo variável médio sofra uma diminuição de \$50 para \$20. O novo ponto de equilíbrio será dado por:

$$Q = \frac{CF}{P - Cvme} \quad Q = \frac{\$100.000,00}{\$100,00 - \$20,00} \quad Q = 1250 \text{ unidades}$$

Gráfico do break-even point para o custo variável médio diminuído



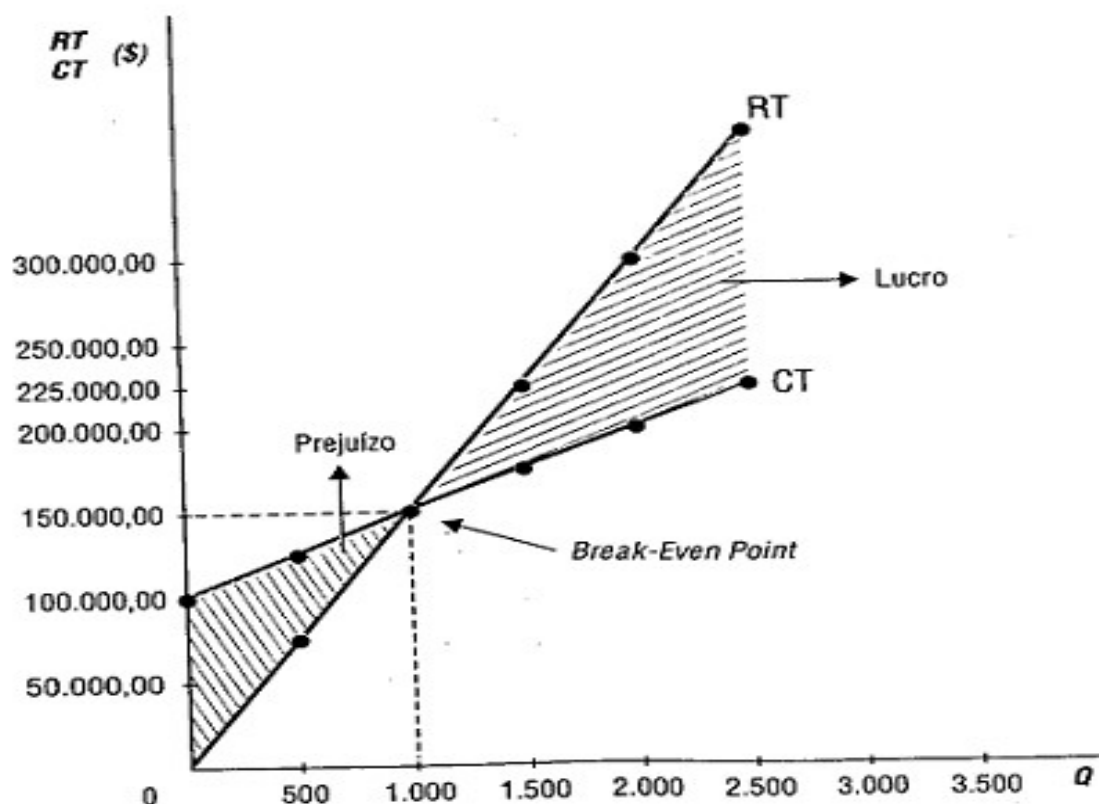
Alterações no Preço de Venda

Um aumento no preço do produto diminuirá o volume de vendas necessário para se atingir o ponto de equilíbrio da empresa, ao passo que uma diminuição no preço do produto elevará o volume de vendas necessário para se atingir o ponto de equilíbrio.

Tendo ainda o exemplo inicial como referência, supomos que tenha havido um aumento no preço do produto de \$100,00 para \$150,00. O ponto de equilíbrio seria dado por:

$$Q = \frac{CF}{P - Cv_{me}} = \frac{\$100.000,00}{\$150,00 - \$50,00} = Q = 1000 \text{ unidades}$$

Gráfico do break-even point para um aumento no preço do produto



NOÇÕES DE MACROECONOMIA

CONCEITO DE MACROECONOMIA

A macroeconomia estuda o funcionamento da economia como um todo. Seu objetivo é identificar e medir as variáveis que determinam o volume de produção total de bens e serviços, o nível de emprego e o nível geral de preços do sistema econômico.

O que consideramos é o somatório das transações que são realizadas pelas entidades que intervêm no processo produtivo da economia. O somatório é denominado **agregado**. As entidades intervenientes são chamadas **agentes econômicos**.

Na categoria de agentes econômicos são inseridas, as famílias, as empresas, o governo e o setor externo. Esta última categoria compreende todas as entidades que pratiquem atos econômicos com o país cuja “residência” seja situada fora de suas fronteiras.

POLÍTICA ECONÔMICA

É o conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Em outras palavras, é o conjunto de intervenções do governo de um país em sua economia, procurando alcançar certos objetivos. São objetivos primários:

a) Um nível de produção de bens e serviços que se mantenha próximo da capacidade total de produção da economia. Uma

situação onde o desemprego estaria perto de zero (o mínimo possível);

b) Nível de preços estabilizado, com inflação muito baixa ou até mesmo sem inflação;

c) crescimento contínuo da produção de bens e serviços.

Esses três objetivos podem ser resumidos pela frase “pleno emprego com crescimento adequado e sem inflação”.

Além desses objetivos primários, a política econômica procura também satisfazer objetivos secundários:

a) produção de um conjunto ótimo de bens e serviços (que atenda as principais necessidades da sociedade no momento com eficiência – sem desperdício e no menor custo de produção possível);

b) distribuição desejada e aceitável de renda – a mais justa possível;

c) equilíbrio nas contas internacionais, ou seja, no balanço de pagamentos.

Inserida no campo da economia normativa, a política econômica é reflexo de escolhas derivadas de posições ideológicas.

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária intervém na sociedade para controlar as variáveis monetárias: moeda, crédito e taxa de juros. Essas variáveis são controladas pelo governo, por meio dos instrumentos monetários que afetam diretamente o multiplicador bancário:

Depósito compulsório: parcela dos depósitos à vista, caderneta de poupança, depósitos a prazo e outras formas de captação dos bancos, que deve ser recolhida ao Banco Central. Sua variação afeta a oferta monetária da economia, ao determinar o restante dos depósitos que poderá ser emprestado. Quanto maior o valor do depósito compulsório, menor será a disponibilidade de moeda para empréstimos, assim, existe uma relação inversa entre o depósito compulsório e a oferta de moeda.

Taxa de redesconto: consiste na taxa de juros cobrada nos empréstimos do Banco Central aos bancos. Esses empréstimos têm a finalidade de cobrir a deficiência de caixa dos bancos diante da procura de recursos financeiros pelos correntistas. Quando a taxa de redesconto cobrada pelo Banco Central estiver baixa, os bancos recebem fortes incentivos para emprestar. Qualquer problema de liquidez (falta de recursos financeiros para saldar os compromissos) pode ser solucionado pela obtenção de empréstimos junto ao Banco Central. No caso oposto (quando a taxa de redesconto estiver alta) os empréstimos bancários serão reduzidos pelo desestímulo à tomada de empréstimos junto ao Banco Central. Quando isso ocorre, a taxa de redesconto assume caráter restritivo, com objetivo de não permitir a extensão do crédito. Uma outra forma de política de redesconto consiste na fixação da taxa em patamar punitivo: o banco que porventura recorresse ao redesconto sinalizaria problemas de liquidez. Dessa forma, o Banco Central pode monitorar o sistema.

POLÍTICA MONETÁRIA

Operação de *open market* (mercado aberto): constituem operações de venda e compra de títulos realizadas pelo governo. Consistem no instrumento mais dinâmico da política monetária, por permitir o controle diário da oferta de moeda. Por meio dessas operações, o governo regula o nível de liquidez da economia. Quando o governo compra de títulos da sociedade, aumenta os depósitos nos bancos, o que permite o crescimento dos empréstimos bancários, fato que expande a oferta monetária. Na situação oposta, quando o governo entra no mercado vendendo títulos, ele retira a moeda que circula na sociedade, promovendo “enxugamento” do mercado.

POLÍTICA FISCAL

Na política fiscal, o governo utiliza os instrumentos que controlam a arrecadação de impostos (receita) e seus próprios gastos (despesas).

Pelo lado da receita, os impostos têm consequência direta sobre o nível de demanda agregada da sociedade, pois influem na renda disponível que as pessoas destinarão para o consumo. Quanto maior a carga tributária, menor a renda disponível para o consumo, e menor a demanda agregada.

Pelo lado das despesas, os gastos governamentais fazem parte da demanda agregada. Assim, quanto maiores os gastos, maior a demanda agregada.

De acordo com a teoria Keynesiana (John M. Keynes, 1883-1946), o governo de um país, em vez de procurar o equilíbrio

no orçamento, deveria praticar uma política fiscal de elevação dos gastos públicos e/ou redução de impostos, mesmo que incorrendo em déficits orçamentários. Essa política aumentaria a demanda agregada (as empresas e os consumidores comprariam mais bens e serviços).

Para atender a esse aumento da demanda agregada, as empresas necessitariam aumentar a produção de bens e serviços (oferta), contratando mais trabalhadores, comprando matérias-primas e máquinas etc.

Essa política fiscal, inspirada na teoria de Keynes, é denominada política expansionista da demanda de produção. Por meio dela, o governo pode expandir a produção e diminuir o desemprego e os recursos ociosos (aqueles que não estão produzindo) na economia.

Essa política expansionista, por estar centrada em contínuos déficits públicos, pode aumentar a dependência do governo aos financiamentos internos (o governo necessita vender títulos para a sociedade, para conseguir recursos financeiros) e externos (recorre aos empréstimos estrangeiros). Esse fato pode agravar mais ainda os déficits públicos e as contas externas.

POLÍTICA CAMBIAL

Consiste na atuação do governo sobre a taxa de câmbio o que afeta as exportações, as importações e o movimento internacional de capital financeiro.

O governo intervém na taxa de câmbio por meio de mecanismos que podem valorizá-la ou desvalorizá-la.

A valorização ou apreciação da moeda nacional consiste no aumento do seu poder de compra. Vamos supor que, pela cotação de hoje, um dólar equivalesse a R\$ 1,80. Se a taxa cambial diminuísse para R\$ 1,65 por dólar, o real ficaria valorizado com o aumento do seu poder de compra.

A desvalorização ou depreciação é o movimento oposto: a moeda nacional perderia o valor de compra, por exemplo, o aumento da taxa de câmbio, de R\$ 1,80 para R\$ 2,00.

Os movimentos da taxa de câmbio podem afetar o nível de produção de bens e serviços e a inflação de uma economia.

O governo também dispõe de mecanismos de intervenção direta na economia, como tabelamento de preços, controle de salários etc. Esses mecanismos são utilizados para complementar as políticas econômicas.

POLÍTICA INTERNACIONAL

A política internacional é aquela política feita por um país para um determinado país, ou para o mundo como um todo. Como na política interna, a política internacional tratará temas como segurança, economia e relações diplomáticas.

As Relações Internacionais ou ainda chamado de Relações Exteriores visam ao estudo sistemático das relações políticas, econômicas e sociais entre diferentes países cujos reflexos transcendam as fronteiras de um Estado.

POLÍTICA DE RENDAS

Conjunto de medidas visando a redistribuição de renda e justiça social. É um dos instrumentos da política econômica governamental, juntamente com a política fiscal, política externa e a política monetária.

O termo também é usado em economia para designar uma política governamental na qual estão previstos controles sobre a remuneração dos fatores diretos de produção, como salários, depreciações, lucros, preços dos produtos intermediários etc.

AGREGADOS MACROECONÔMICOS

No momento, interessa-nos entender, principalmente, o PNB, o PIB e o Fluxo Circular da Renda.

A mensuração da atividade econômica por meio dos agregados macroeconômicos é denominada “**contabilidade nacional ou social**” e sua efetivação dão-se por meio das transformações dos bens e serviços produzidos em equivalentes em moeda, pois é a moeda que permite a sistematização e a contabilidade.

Iniciemos nosso estudo analisando uma estrutura econômica simples na qual o público consome todos os bens e serviços que estão sendo produzidos. Para o entendimento dessa estrutura utiliza-se o conceito de Fluxo Circular da Renda.

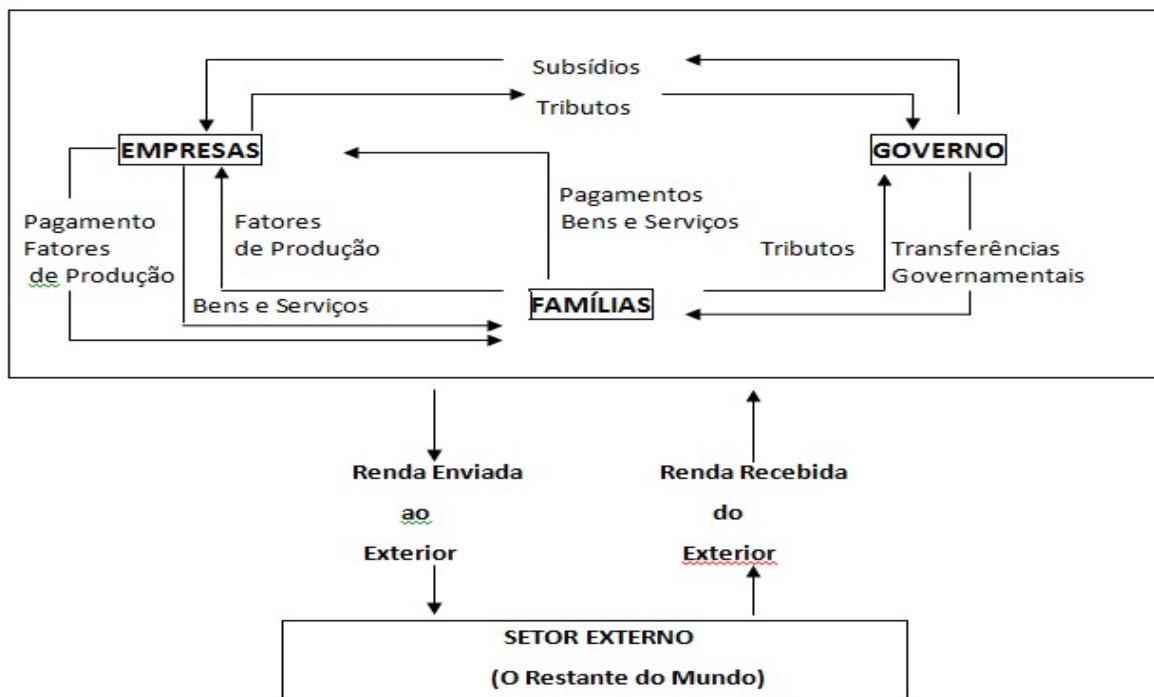
Podemos analisar o fluxo circular da renda sob o ponto de vista do **fluxo real** – entendido como o fluxo físico de fatores de

produção e fluxo de bens e serviços finais – ou de sua expressão em moeda, o **fluxo monetário**, que é medido pelo dispêndio das famílias em bens e serviços finais produzidos pelas empresas ou pela remuneração percebida pelas famílias em trocas dos fatores de produção. Consideremos, inicialmente, uma economia que não tenha governo, nem realize transações com outros países, como mostrado na figura a seguir:

Fluxo circular da renda: economia fechada e sem governo



Fluxo circular da renda e produto em uma economia aberta com os quatros agentes econômicos:



PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

O **Produto Nacional Bruto (PNB)** é a contabilização ou a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos por fatores de produção nacionais, independentemente do território econômico, ou seja, são contabilizadas as rendas geradas dentro ou fora do país. Pode ser entendido como o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos pelos residentes permanentes de uma nação em um dado período de tempo.

O **Produto Interno Bruto (PIB)** é a contabilização ou a soma em valores monetários ou valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos por nacionais ou estrangeiros dentro do território econômico de um país em um dado período de tempo. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região.

Problema da dupla contagem ou múltipla contagem

Para medir-se a produção nacional de bens e serviços pelo lado do produto são necessários alguns cuidados:

a) como a produção nacional compõe-se de itens heterogêneos (batatas, serviços médicos, serviços educacionais, ferro, aço, petróleo etc.), deve ser expressa em unidades monetárias, pois não podemos somar as quantidades físicas. Por outro lado, quando se deseja apurar

se houve ou não crescimento do produto, é necessário expurgar os efeitos inflacionários.

b) se forem somados os valores brutos da produção de bens e serviços de todas as unidades produtivas do país, pode-se incorrer no chamado erro de *dupla* ou *múltipla* contagem. Por exemplo: se forem somados, o valor da produção de trigo da fazenda, o da farinha produzida pelo moinho, o dos pães produzidos pela padaria, estaríamos somando o valor do trigo da fazenda três vezes (ele se incorporou na farinha e está nos pães), o da farinha produzida pelo moinho duas vezes e o dos pães produzidos pela padaria uma vez.

Para resolver o problema de múltipla contagem existem duas alternativas:

a) computar, na apuração do produto, somente o valor dos bens e serviços finais. Nos exemplos, somente seria computado o valor dos pães, que são os produtos finais (não são utilizados para a produção de outros bens);

b) computar, na apuração do produto, somente os valores adicionados em cada etapa do processo de produção. Assim, seriam computados, no caso dos pães, o valor da produção do trigo na fazenda e os valores agregados (de salários, juros, lucros, aluguéis) pelo moinho e pela padaria.

Na contagem do PNB e no PIB, consideram-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo de intermediário (insumos). Isso é feito com o intuito de evitar o problema da *dupla contagem*, quando valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB.

Bens de consumo intermediário são bens que são consumidos na produção de outros bens, como os bens de consumo duráveis. Exemplo: placa de televisão é usada para fabricar uma TV. O açúcar destinado a uma fábrica de balas.

Insumo (em inglês: *input*) em Economia designa um bem ou serviço utilizado na produção de um outro bem ou serviço. Inclui cada um dos elementos (matérias-primas, uso de equipamentos, capital, horas de trabalho etc.) necessários para produzir mercadorias ou serviços.

O Produto Interno Bruto (PIB) difere do Produto Nacional Bruto (PNB) basicamente pela Renda Líquida Enviada ao (ou Recebida do) Exterior (RLEE ou RLRE): seus efeitos são desconsiderados nos cálculos do PIB, e considerados nos cálculos do PNB. Em geral, os países desenvolvidos possuem um PNB maior que o PIB, ao contrário que acontece com países em desenvolvimento. Esta renda (RLEE/RLRE) representa a diferença entre recursos enviados ao exterior (pagamento de fatores de produção internacionais alocados no país) e os recursos recebidos do exterior a partir de fatores de produção que, sendo do país considerado, encontram-se em atividade em outros países.

As fórmulas para o cálculo do PNB a partir do PIB são as seguintes:

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{RLE}$$

Onde:

PNB é o Produto Nacional Bruto

PIB é o Produto Interno Bruto

RLRE é a Renda Líquida Recebida do Exterior (quando as rendas recebidas superam as enviadas)

RLEE é a Renda Líquida Enviada ao Exterior (quando as rendas enviadas superam as recebidas)

RLE = Renda Líquida Externa

EVOLUÇÃO DA MOEDA

O ESCAMBO

A necessidade das trocas, nas economias, é decorrência da evolução dos costumes sociais, onde o indivíduo deixa de ser autosuficiente na produção dos bens de que necessita para sua sobrevivência. O pecuarista, por exemplo, necessita trocar a carne que produz por alimentos, roupas, móveis e outros bens e serviços que atendam às suas necessidades ou a seus desejos de consumo.

Como nos primórdios da civilização não existia o dinheiro como conhecemos atualmente, a maneira de se obter um bem ou serviço de que se necessitava era por meio da troca direta, também conhecida por **escambo**. Acontecia mais ou menos assim: necessitando de um bem que não produzia, o indivíduo A procurava trocar seus excedentes com o indivíduo B, produtor do bem de que necessitava.

Essas trocas diretas apresentavam inconvenientes: nem sempre a mercadoria disponível para troca pelo indivíduo A era necessária ao indivíduo B. Este necessitava da mercadoria produzida pelo indivíduo C, e assim por diante. Assim, as trocas esbarravam na dificuldade de se encontrar uma contraparte

que tivesse exatamente a necessidade oposta, ou seja, a troca só se efetivaria se houvesse **coincidência de desejos**.

MOEDA-MERCADORIA

Dadas as dificuldades para realizar trocas diretas, a sociedade encontrou uma forma que contornasse o problema: a utilização de uma mercadoria como moeda. Surgiu, assim, a mercadoria com a função de dinheiro, reconhecida como **moeda-mercadoria**. Em uma economia que comercializa bens num sistema de mercado, a definição de uma mercadoria para servir de intermediária nas trocas facilita, sobremaneira, o desenvolvimento das transações.

Dependendo da região e do momento histórica, várias mercadorias desempenharam o papel de moeda: arroz, tecidos, trigo, peixe-seco, gado, sal etc. A propósito, a palavra *pecuniário*, relativo a *pecúnia* (dinheiro), em português, deriva de *pecus* que, em latim, quer dizer gado. Outra palavra que teve origem em uma moeda-mercadoria é a palavra salário, derivada de sal.

A moeda-mercadoria resolveu o problema da dificuldade de se realizarem trocas diretas. Os bens passaram a ser referenciados nesse tipo de moeda e assim as trocas podiam ser efetuadas de forma mais fácil. No entanto, tendo resolvido um problema, três outros estavam para serem resolvidos: as mercadorias que serviam de moeda eram em geral perecíveis, apresentavam problemas de divisibilidade, como no escambo, e traziam, ainda, problemas com a estocagem. A criatividade e

a experimentação humanas deveriam superar esses problemas.

MOEDA METÁLICA

As necessidades e a criatividade humanas fizeram com que surgisse uma solução que resolvesse a questão da coincidência de desejos, verificada nas trocas diretas, além do problema da perecibilidade e da divisibilidade. É introduzida, então a moeda metálica como intermediária das trocas.

Retomando o exemplo do pecuarista: ele vende os 50 quilos de carne, recebe como pagamento moeda e entrega ao lojista recebendo, em troca, a bicicleta desejada. O lojista, por sua vez, entregará parte dessa moeda em pagamento de seu fornecedor, utilizando o restante na troca por bens que satisfaçam suas necessidades. O ciclo continua por toda a economia.

MOEDA-PAPEL

A moeda de ouro, utilizada em grande escala como intermediação de trocas, trazia dois grandes problemas para os indivíduos: o custo de transporte, dado seu volume, e o risco de assaltos.

O risco de assalto foi determinante na decisão de se manterem as moedas em casas de custódia (os ourives), em troca de certificados de depósito. Progressivamente, esses certificados passaram a serem usados como moeda. O endosso dava a seus titulares o direito de retirar o ouro junto às casas de custódia.

Dessa forma, surgia a **moeda-papel**, cuja característica é ser integralmente lastreada em metal precioso. Em outras palavras, o detentor do certificado podia, a qualquer momento, dirigir-se à casa de custódia e sacar o equivalente no metal que lhe servia de lastro. Essa ação de resgatar o papel em metal é conhecida como conversibilidade.

PAPEL-MOEDA OU MOEDA FIDUCIÁRIA

A experiência da custódia e da conversibilidade levou à percepção de que a reconversão dos recibos de custódia (moeda-papel) em metais preciosos não era solicitada por todos os seus detentores ao mesmo tempo. Além disso, novos depósitos eram sempre realizados. Assim, os custodiantes começaram, paulatinamente, a emitir certificados não lastreados. A confiança dos comerciantes e da comunidade nos fiéis e honrados custodiantes dos metais preciosos ensejou a criação do papel-moeda (ou moeda fiduciária). Junto com o papel-moeda nascia, também, a atividade bancária.

A emissão de certificados em montantes superiores ao estoque de metal precioso permitia que seus emissores realizassem operações lucrativas, como a aquisição de títulos e ações ou, ainda, a concessão de empréstimos que rendiam juros. Quando se adotou essa prática, os recibos passaram a ser fracionalmente conversíveis, situação que evoluiu com o tempo, chegando aos dias atuais, em que a moeda é de emissão privativa do Estado, onde não há conversibilidade.

MOEDA ESCRITURAL

À medida que a sociedade evoluiu, a forma de convivência e os relacionamentos comerciais vão-se modificando. Além do papel-moeda de emissão privativa do Estado, por meio dos bancos centrais, há o que chamamos de “moeda bancária” ou “moeda escritural”.

Os bancos comerciais podem criar moeda, assim como os ourives faziam quando emitiam mais certificados do que o ouro que mantinham em depósito. Nos bancos, somente uma parte do total de depósitos é utilizada ao mesmo tempo. Em qualquer momento existem pessoas depositando e outras retirando, de tal forma que, balanceando essas operações, somente uma parcela do todo é movimentado.

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, o depósito é que é moeda, pois é uma promessa de pagar quando lhe for requerida. O cheque, por sua vez, é apenas o mecanismo de conversão do depósito em moeda manual, ou seja, nada mais é do que uma ordem de transferência de fundos. Como só uma parcela dos depósitos é requerida em espécie, pois grande parte retorna aos bancos em forma de novos depósitos, o banco pode fazer a promessa de pagar acima do que dispõe e, dessa forma, criar moeda ou meio de pagamento, apesar de não poder emitir a moeda que esteja em curso no país (função privativa do Banco Central).

MOEDA VIRTUAL

A evolução das formas de moeda está vinculada ao aspecto intrínseco de que novas formas são adotadas por tornarem mais fáceis as transações entre os agentes econômicos.

Desde seu surgimento até as modalidades hoje existentes, as transformações da moeda estiveram vinculadas ao aspecto da redução dos custos de transação. A moeda na forma digital (mecanismo de pagamento por via eletrônica) implica redução significativa nos custos de transação.

Essas novas formas de dinheiro eletrônico ganharam impulso com a criação da Internet, que permite a realização de compras via computador, debitando-se os respectivos custos em cartões de crédito ou diretamente na conta bancária dos usuários. Além disso, praticamente todos os serviços bancários já estão disponíveis na Internet, além da possibilidade de podermos participar de leilões, de aquisição de ações etc.

AS FUNÇÕES DA MOEDA

A moeda surgiu da necessidade de os indivíduos trocarem seus excedentes por outros bens de que necessitavam, principalmente na medida em que as economias foram se especializando. Seu uso generalizado gerou consenso a respeito das funções que deve exercer.

São elas:

1. Intermediária de trocas

É a função por excelência da moeda. Qualquer sociedade com grande nível de especialização do trabalho e volume significativo de trocas seria inviável sem a existência da moeda. Relembremos, mais uma vez, o exemplo do pecuarista. Imagine a dificuldade que ele teria em comprar a bicicleta, sem a existência da moeda.

2. Unidade de conta ou medida de valor

A moeda serve para comparar o valor de mercadorias diversas (os diversos bens e serviços são expressos em quantidade de moeda, por meio dos preços). Além disso, a moeda resolve o problema de se somar coisas distintas. Como somaríamos um aparelho de TV e um aparelho de som? Com o sistema de preços (que embute a idéia de moeda), basta tomar os valores monetários do aparelho de som e da TV e somá-los. Teremos uma referência única, um valor que representa ambos os bens.

3. Reserva de valor

Um indivíduo que recebe moeda por alguma transação que tenha realizado ou, até mesmo, como prêmio, não precisa gastá-la imediatamente. Pode guardá-la para uso posterior. Isto significa que ela serve como reserva de valor. Para que bem cumpra esse papel, é necessário que tenha valor estável, de forma que quem possua tenha ideia precisa do quanto pode obter em troca. Se a economia estiver num processo inflacionário, o valor da moeda vai-se deteriorando, fazendo

com que esta função não se cumpra. A ideia de reserva de valor, entretanto, só vale para o indivíduo, pois, para nação, a riqueza é medida não pela quantidade de moeda, mas, sim, pelos bens e serviços produzidos.

4. Padrão de pagamento diferido

Quando as operações de compra e venda de bens e serviços se fazem a crédito, à moeda intervém como de pagamento, ou seja, o produto é entregue ao comprador sem pagamento imediato, deixando expresso o valor do pagamento futuro.

O MULTIPLICADOR BANCÁRIO

Segundo alguns autores, o fenômeno mais importante associado ao desenvolvimento da moeda escritural consiste na multiplicação de moeda por meio dos bancos comerciais. Esse processo é conhecido como **multiplicador bancário**.

Multiplicador bancário: é o processo de criação de moeda pelos bancos comerciais ocorre pela multiplicação dos depósitos à vista por eles recebidos (moeda escritural). A moeda originalmente injetada no sistema econômico pelo Banco Central tende a transformar-se em depósitos bancários e, posteriormente, em empréstimos. Os empréstimos normalmente retornam ao sistema bancário na forma de novos depósitos, que geram novos empréstimos, que geram novos depósitos e assim sucessivamente.

ΔM = total de moeda criada

ΔR = o primeiro depósito à vista

$\frac{1}{Z}$ = multiplicador de depósitos bancários

Z

Z (fração dos depósitos a vista destinada aos depósitos compulsórios e aos encaixes bancários)

Sabendo-se que:

$$\Delta M = \frac{1}{Z} \times \Delta R$$

Suponha que o depósito inicial (ΔR) seja igual a R\$ 1.000.000,00 e $Z = 0,40$. Qual é o ΔM ?

Etapas	Expansão dos depósitos a vista	Empréstimos concedidos pelo sistema bancário	Encaixe mantido pelos bancos
Depósito adicional inicial (1ª etapa)	1.000.000,00		
2ª etapa	1.000.000,00	600.000,00	400.000,00
3ª etapa	600.000,00	360.000,00	240.000,00
4ª etapa	360.000,00	216.000,00	144.000,00
5ª etapa	216.000,00	129.600,00	86.400,00
nª etapa	Próximo de zero	Próximo de zero	Próximo de zero
Fínal do Processo	2.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00

EXERCÍCIOS:

1. Suponha que ΔR (o primeiro depósito à vista) seja de R\$ 2.000,00 e que ΔM seja igual a R\$ 20000,00. Nesse caso, Z (fração dos depósitos a vista destinada aos depósitos compulsórios e aos encaixes bancários) seria de:

$$\Delta M = \frac{1}{Z} \times \Delta R$$

$$\text{R\$ } 20000,00 = \frac{1}{Z} \times \text{R\$ } 2000,00$$

$$\text{R\$ } 2000,00 Z = \text{R\$ } 20000,00$$

$$Z = \text{R\$ } 20000,00 / \text{R\$ } 2000,00$$

$$Z = 10 \% = 0,10 (10/100)$$

2. Vamos admitir que ΔR (o primeiro depósito à vista) seja de R\$ 50.000,00. Z (fração dos depósitos a vista destinada aos depósitos compulsórios e aos encaixes bancários) seria de 25%. ΔM = total de moeda criada seria?

$$\Delta M = \frac{1}{Z} \times \Delta R$$

$$\Delta M = \frac{1}{0,25} \times \text{R\$ } 50000,00$$

$$\Delta M = \text{R\$ } 50000,00 / 0,25$$

$$\Delta M = \text{R\$ } 200.000,00$$

3. Vamos supor que ΔM = total de moeda criada seria de R\$ 3.000.000,00; Z (fração dos depósitos a vista destinada aos depósitos compulsórios e aos encaixes bancários) seria de 30%. ΔR (o primeiro depósito à vista) seria?

$$\Delta M = \frac{1}{Z} \times \Delta R$$

$$R\$ 3.000.000,00 = \frac{1}{0,30} \times \Delta R$$

$$\Delta R = R\$ 3.000.000,00 \times 0,30$$

$$\Delta R = R\$ 900.000,00$$

MEIOS DE PAGAMENTO

O total de pagamento na economia corresponde ao total de papel-moeda emitido pelo governo em poder do público, mais o total de depósitos à vista nos bancos comerciais (dinheiro que os depositantes sacam a qualquer momento). A soma nos dá o conceito de M1.

Assim, o conceito M1 refere-se apenas ao papel-moeda em poder do público (PMPP) e aos depósitos à vista (DV) nos bancos comerciais, haveres monetários que têm liquidez imediata. O conceito mais amplo incorpora haveres não-monetários, que não têm liquidez imediata, como fundos de curto prazo, títulos da dívida pública fora da carteira do Banco Central e das instituições financeiras, depósitos de poupança e títulos privados, como discriminamos a seguir:

M1 = papel-moeda em poder do público + depósitos à vista nas instituições financeiras bancárias.

M2 = M1 + aplicações em fundos de investimento + títulos públicos federais, estaduais e municipais em poder do público.

M3 = M2 + depósito de poupança.

M4 = M3 + depósitos a prazo + títulos privados.

Dada a história inflacionária brasileira, vale ressaltar que, em período de inflação alta, ocorre um processo de migração dos ativos financeiros de M1 (moeda não-indexada) em direção aos outros ativos M2, M3 e M4. A esse fenômeno dá-se o nome de desmonetização da economia. O processo inverso é denominado monetarização.

INFLAÇÃO E SEUS INDICADORES

Este estudo procura mostrar o conceito de inflação, sua ligação com os problemas econômicos-sociais vivenciados dia a dia pela população. Destaca-se ainda, seus principais indicadores, que informam índices inflacionários e permitem que medidas sejam tomadas a fim de evitar a desvalorização da moeda. As ações de combate à inflação necessitam da criação de políticas econômicas eficientes.

Aumento persistente de preços e que acaba por ocasionar perdas de poder aquisitivo para a população do País onde ocorre. É um fenômeno monetário perigoso, porque a elevação de um preço puxa a de outros, dando o pontapé inicial a uma bola de neve conhecida como hiperinflação. As causas são diversas, mas normalmente resultam ou da emissão sem lastro de moeda (quando o governo precisa de

dinheiro para pagar suas dívidas sem que tenha ocorrido um aumento nas atividades econômicas), ou do reajuste no câmbio (quando o governo é obrigado a desvalorizar sua moeda em relação à outra mais forte, em geral o dólar). No Brasil há três índices básicos de inflação: o IPC (medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, a Fipe), o INPC (do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE) e o IGP (Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas)

INFLAÇÃO

A inflação é o processo de aumento generalizado dos preços, que envolve o conjunto da economia e do qual resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. Em sua forma extrema é conhecida como hiperinflação, já uma leve e quase imperceptível expansão dos preços, é chamada de inflação rastejante.

Os tipos de inflação

Inflação de demanda

Ocorre quando os meios de pagamento crescem além da capacidade de expansão da economia, ou antes, que a produção esteja em plena capacidade, o que impede que a maior demanda decorrente da expansão dos rendimentos seja atendida.

A inflação de demanda é acarretada basicamente por uma certa defasagem entre a quantidade ofertada e a quantidade demandada, sendo esta última bem maior do que a primeira, causando dessa forma uma pressão nos preços em função de um certo patamar de demanda reprimida. Dentro deste contexto a inflação da moeda estreitamente relacionada com a inflação de demanda, pois quando o governo pratica a emissão de moeda (aumentando a base monetária) cria na população, em curto prazo, a ideia do aumento do poder aquisitivo.

Inflação de Custos

Também conhecida como inflação de oferta, é aquela decorrente da alta dos custos na economia, como por exemplo, elevação das tarifas públicas, das taxas de juros, dos combustíveis e dos salários.

Este tipo de inflação se caracteriza basicamente por uma majoração exógena de determinados componentes do produto, tais como matéria prima, salários, impostos, combustível, etc. Nestes casos o comportamento da demanda não é um fator muito determinante do preço final das mercadorias.

Com uma significativa elevação dos custos de produção, os preços finais da mercadoria, conseqüentemente ficarão fixados num patamar mais elevado, independentemente do nível de demanda no segmento de mercado.

Inflação Estrutural

A inflação estrutural está estreitamente relacionada com a ineficiência de serviços fornecidos pela infraestrutura de uma determinada economia. Essa ineficiência, obviamente eleva desnecessariamente os custos dos serviços prestados pelo governo, acarretando dessa maneira uma majoração dos custos de produção e em seguida o aumento dos preços das mercadorias no mercado.

Fica claro perceber que se as estradas de um determinado país estão em péssimo estado de conservação, conseqüentemente os custos de transporte e distribuição ficarão mais elevados. Se os portos são ineficientes, as exportações acabarão ficando mais caras e o produto ficará pouco competitivo no mercado internacional.

Outros fatores podem ser utilizados como forma de explicar, embora não justificar, de que forma a infraestrutura de uma economia ou mesmo de um segmento de mercado poderá influenciar o nível de inflação e a estrutura de preços das atividades desse setor. Geralmente em economias em desenvolvimento como é o caso do Brasil, onde o processo tecnológico ainda é dependente e muitas vezes obsoleto, isso evidentemente provoca elevação nos custos de produção, distribuição, comercialização, com consequência direta para a formação dos preços de mercado nas diversas instâncias do comércio.

Inflação Inercial

Consiste numa situação especial, na qual a inflação não é necessariamente gerada por uma demanda muito elevada ou por uma oferta reduzida. Também é conhecida como inflação psicológica. Ela ocorre quando a população de modo geral acredita que os preços irão continuar subindo. Essa crença se deve a um processo conhecido por indexação da economia. Indexar significa atrelar preços, salários, contratos, aluguéis, dentre outros, a determinados índices de mensuração da inflação (IGP-DI, IGP-M, IPA-DI, INCC, INPC, IPCA, etc.).

Constata-se que indexação da economia é um recurso utilizado quando a inflação se torna crônica em um determinado país. O seu objetivo então é louvável. Pela indexação de contratos, preços, aluguéis e salários, as perdas decorrentes da desvalorização da moeda são minimizadas. O grande inconveniente é que a inflação passada serve de parâmetro para o aumento de preços futuros, mesmo que as causas originais de elevação de preços (elevação da demanda ou redução da oferta), já detenham desaparecido.

Com isso, a inflação se retroalimenta, gerando muitas vezes uma tendência de crescimento exponencial, que pode culminar num processo hiperinflacionário, como ocorreu no Brasil na década de 1990.

Consequências da inflação

Para Sandroni (2003, p.301) “[...] independentemente da causa inicial do processo de elevação dos preços, a inflação adquire autonomia suficiente para se autoalimentar por meio de reações em cadeia [...]”.

As consequências causadas pela inflação no âmbito econômico-social, geralmente prejudicam certas classes de pessoas enquanto beneficiam outras. Rossetti (1988, p. 217) afirma que “a redução do poder aquisitivo da moeda atingirá, sobretudo os que vivem de rendimentos temporariamente fixos, como assalariados [...]”, aposentados e pensionistas, cujos rendimentos são corroídos diariamente pela inflação, por aqueles que recebem rendas variáveis e ajustáveis às alterações dos preços, como empresários, trabalhadores autônomos e profissionais liberais, provocando ou realimentando a inflação.

Outras consequências, por exemplo, sobre o mercado de crédito, os investimentos produtivos, balanço internacional, etc., são relevantes. Rossetti (1988, p. 219) afirma ainda que “O impacto dessas consequências tem caracterizado a inflação como um dos mais graves problemas econômicos das nações”.

Indicadores inflacionários

Os índices de preços, ou de inflação, são indicadores que procuram mensurar a elevação do nível de preços. Há vários índices que são utilizados para medir a inflação, cada um com metodologia de cálculo própria e com utilização específica. A

inflação no Brasil levou à criação de muitos índices diferentes para medi-la e corrigir a desvalorização da moeda, atualmente, os principais são:

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, também do IBGE, calculado desde 1980, semelhante ao INPC, porém refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos. A pesquisa é feita nas mesmas 9 regiões metropolitanas, tendo sido escolhido como alvo das metas de inflação ("inflation targeting") no Brasil. O IPCA é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/1999.

Abrangência geográfica: Regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

IGP - Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (doravante **FGV**). É uma média ponderada do índice de preços no atacado (IPA), com peso 6; de preços ao consumidor (IPC) no Rio de Janeiro e São Paulo, com peso 3; e do custo da construção civil (INCC), com peso 1. Usado em contratos de prazo mais longo, como aluguel.

IPA - Índice de Preços por Atacado, calculado pela FGV, com base na variação dos preços no mercado atacadista. Este índice é calculado para três intervalos diferentes e compõe os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10) com um peso de 60%.

IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da FGV, índice que tenta refletir as variações mensais de preços, pesquisados do dia 01 ao último dia do mês corrente. Ele é formado pelo IPA (Índice de Preços por Atacado), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente. O índice apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, também produzido pela FGV, com metodologia igual à utilizada no cálculo do **IGP-DI**. A principal diferença é que, enquanto este abrange o mês fechado, o **IGP-M** é pesquisado entre os dias 21 de um mês e 20 do mês seguinte. Foi criado por solicitação de entidades do setor financeiro que, diante das mudanças freqüentes promovidas pelo governo nos índices oficiais de inflação na década de 80, desejavam um índice com mais credibilidade e independência. O contrato de prestação de serviços entre essas entidades e a FGV foi celebrado em maio de 1989.

IGP-10 - Índice Geral de Preços 10, também da FGV, é elaborado com a mesma metodologia do IGP e do IGP-M, mudando apenas o período de coleta de preços: entre o dia 11 de um mês e o dia 10 do mês seguinte.

IPC-RJ - Índice preços ao Consumidor - Rio de Janeiro, índice que considera a variação dos preços na cidade do Rio de

Janeiro, calculado mensalmente pela FGV e que toma por base os gastos de famílias com renda de um a 33 salários mínimos.

IPC-Fipe - Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, índice da Universidade de São Paulo (USP), pesquisado no município de São Paulo, que tenta refletir o custo de vida de famílias com renda de 1 a 20 salários mínimos, divulga também taxas quadrissemanais. No cálculo são utilizados sete grupos de despesas: habitação (32,79%), alimentação (22,73%), transportes (16,03%), despesas pessoais (12,30%), saúde (7,08%), vestuário (5,29%) e educação (3,78%). O IPC/FIPE mede a variação de preços para o consumidor na cidade de São Paulo com base nos gastos de quem ganha de um a vinte salários mínimos.

IPC-IEPE - O Índice de Preços ao Consumidor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS é pesquisado no município de Porto Alegre, com 281 itens com grande frequência de compra. O IPC/FIPE mede a variação de preços para o consumidor na cidade de São Paulo com base nos gastos de quem ganha de um a vinte salários mínimos.

ICV-DIEESE - Índice do Custo de Vida, publicado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), também medido na cidade de São Paulo e que reflete o custo de vida de famílias com renda média de R\$ 2.800 (há ainda índices para a baixa renda e a intermediária).

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, média do custo de vida nas 9 principais regiões metropolitanas do país para famílias com renda de 1 até 6 salários mínimos, medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Compõe-se do cruzamento de dois parâmetros: a pesquisa de preços de nove regiões de produção econômica, cruzada com a pesquisa de orçamento familiar, (POF) que abrange famílias com renda de 1 (um) a 6 (seis) salários mínimos.

INCC - Índice Nacional de Custos da Construção, um dos componentes das três versões do IGP, o de menor peso. Reflete o ritmo dos preços de materiais de construção e da mão-de-obra no setor. Utilizado em financiamento direto de construtoras/incorporadoras.

DÍVIDA PÚBLICA

O que é dívida pública?

Dívida pública é a dívida contraída pelo governo com entidades ou pessoas da sociedade para:

- Financiar parte de seus gastos que não são cobertos com a arrecadação de impostos;
- Alcançar alguns objetivos de gestão econômica, tais como controlar o nível de atividade, o crédito e o consumo ou, ainda, para captar dólares no exterior.

A dívida pública se subdivide em dívida interna e dívida externa.

Os principais credores do setor público são, normalmente, bancos públicos e privados que operam no país, investidores privados, instituições financeiras internacionais e governos de outros países.

O governo tem quatro formas de financiar seus gastos: arrecadar impostos, emitir moeda, vender títulos (papéis) da dívida pública com promessa de resgate futuro acrescido de juros, endividamento externo (poupança externa). Muitos governos se utilizam, ainda, do expediente de atrasar o pagamento de dívidas com fornecedores e de negociar seu pagamento com deságio (desconto sobre o valor da dívida).

DÉFICIT PÚBLICO

O déficit público é um dos principais fatores que influencia a economia e, conseqüentemente, a inflação de um país. Ele nada mais é do que quando um governo gasta mais do que arrecada, afetando o orçamento governamental, sua política fiscal e investimentos e até a imagem do país perante o mercado internacional.

O valor do déficit público é expresso em percentagem sobre o PIB do país, permitindo a comparação entre países e a avaliação do excesso de despesa de cada país em relação ao valor da produção.

O **déficit público**, em macroeconomia, ocorre quando o valor das despesas de um governo é a maior que as suas receitas. Normalmente o valor do déficit público é considerado em função do PIB do país, permitindo a comparação com a situação de outros países e a avaliação do excesso de despesa do país em relação a sua riqueza.

O déficit público pode ser caracterizado como **déficit ou superávit primário**, quando as despesas com juros são excluídas do cálculo do déficit, ou **déficit ou superávit nominal** quando as despesas com juros também são consideradas.

Fatores que influenciam no cálculo do déficit público

De modo simples, o déficit público representa um desequilíbrio entre as despesas e a arrecadação com tributos, apontando falhas no processo orçamentário de um governo. Mas esse cálculo é influenciado por uma série de fatores econômicos e políticos.

DÉFICIT OU SUPERÁVIT

CONCEITO PRIMÁRIO:

Leva-se em consideração apenas as receitas menos as despesas, os juros da dívida pública são excluídas do cálculo .

RECEITAS – DESPESAS

Receitas < Despesas Déficit Primário

Receitas > Despesas Superávit Primário

CONCEITO NOMINAL:

Leva-se em consideração as receitas menos as despesas, mais os juros da dívida pública (dívida interna ou dívida mobiliária).

RECEITAS – DESPESAS + JUROS

Quando o resultado for positivo (+) temos Superávit Nominal

Quando o resultado for negativo (-) temos Déficit Nominal

Sendo assim, se

Déficit público < 0 então, a política fiscal é contracionista.

Caso contrário, se

Déficit público > 0 então a política fiscal é expansionista.

O déficit público pode ser caracterizado

O **déficit primário**(DP), ocorre quando as despesas com juros e correção monetária são excluídas do cálculo do déficit;

O **déficit nominal** (DN) quando as despesas com juros (JD) e correção monetária são consideradas no cálculo do déficit;

O **déficit operacional** (DO), quando somente as despesas com correção monetária (CM) e cambial são excluídas do cálculo.

TAXA SELIC

A taxa Selic é a taxa de financiamento no mercado interbancário para operações de um dia, ou overnight, que possuem lastro em títulos públicos federais, títulos estes que são listados e negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou Selic. Também é conhecida como taxa média do over que regula diariamente as operações interbancárias. A taxa Selic reflete o custo do dinheiro para empréstimos bancários, com base na remuneração dos títulos públicos.

Em outras palavras, esta taxa é usada para operações de curtíssimo prazo entre os bancos, quando querem tomar recursos emprestados de outros bancos por um dia, oferecem títulos públicos como lastro (garantia), visando reduzir o risco, e, conseqüentemente, a remuneração da transação (juros).

JUROS

Juro, do ponto de vista do conceito econômico, pode ser definido como a remuneração do banqueiro. Analogamente existem ainda o lucro (remuneração dos empresários e acionistas) e aluguéis (remuneração dos proprietários de bens imóveis alugados).

Assim, como o risco final da transação acaba sendo efetivamente o do governo, visto que seus títulos servem de lastro para a operação e o prazo é o mais curto possível, ou apenas um dia, esta taxa acaba servindo de referência para todas as demais taxas de juros da economia.

Esta taxa não é fixa e varia praticamente todos os dias, mas dentro de um intervalo muito pequeno, já que, na grande maioria das vezes, ela tende a se aproximar da meta da Selic, que é determinada mensalmente pelo Copom.

Todas as negociações interbancárias realizadas no Brasil, com prazo de um dia útil (overnight), envolvendo títulos públicos federais, são registradas nos computadores do DEMAB, cuja sede fica no Rio de Janeiro, e que faz parte do Banco Central do Brasil. Depois do fechamento do mercado, o DEMAB calcula a taxa média ponderada pelo volume dos negócios realizados naquele dia. Esta será a taxa média Selic daquele dia, que normalmente é publicada por volta das 20h00 do próprio dia.

RISCO-PAÍS

O **risco-país** é uma medida do risco de realizar transações financeiras e negócios com determinado país. As transações financeiras estão presentes em todo o mundo e ocorrem em maior escala à medida que existem informações para atenuar o risco. No contexto de informação de risco estão as agências de classificação de risco, sendo as mais importantes: Moody's, Standard & Poor's, Fitch IBCA, são conhecidas como agências de Rating – Risco Soberano, são majoritariamente utilizadas como indicadores da disposição e da capacidade de pagamento de dívidas pelos governos.

O RISCO-PAÍS (RISCO BRASIL)

O termo risco-país foi criado em 1992 pelo banco americano JP Morgan para permitir, a seus clientes, condições mensuráveis de avaliação das capacidades de um país quebrar. A partir dela, gestores de fundos decidem investir em um determinado país ou papel de uma empresa de risco semelhante.

A taxa é medida em pontos e calculada a partir de uma cesta de títulos negociados no mercado. Cada ponto significa 0,01 ponto percentual de prêmio acima do rendimento dos papéis da dívida dos EUA, considerada de risco zero de calote. Ao dar 267 pontos a um país -taxa alcançada pelo Brasil em 10 de setembro de 2008 -, o mercado mostra que para assumir o risco brasileiro o investidor estrangeiro 'merece' um prêmio de 2,67 pontos percentuais de rendimento acima do que paga um papel americano semelhante.

Altos e baixos

Em 2002, com a especulação sobre as eleições, o risco Brasil chegou a atingir o recorde de 2.443 pontos em 27 de setembro. No mesmo ano, o risco da Argentina superou os 5.000 pontos. A taxa sobe e desce ao sabor das turbulências políticas e econômicas.

O **risco-país** é um conceito mais abrangente, pois se reporta a todos os ativos financeiros do país, além do risco soberano. Envolve os compromissos de empresas privadas com acesso ao

crédito externo. Essas empresas podem defrontar-se com riscos de conversibilidade ou transferência de divisas decorrentes da possibilidade de controles de capitais serem subitamente estabelecidas pelo Estado soberano. Conhecido como EMBI+ (*Emerging Markets Bonds Index Plus*), vem sendo oferecido pelo Banco JP Morgan, desde dezembro de 1993, como um índice de referência para as economias emergentes. Com base na negociação diária em mercados secundários de 93 títulos de 21 economias emergentes, o EMBI+ tornou-se o modelo mais usado. Em uma economia globalizada, a crise do sistema financeiro é ruim para todos, e nenhum país está salvo de dificuldades. Porém, nas horas difíceis, os países emergentes levam sempre a pior. As moedas dos países em desenvolvimento são sempre colocadas à prova. E os institutos de avaliação de risco acabam dando notas baixas, como se tudo que tem peso estivesse relacionado ao passado, e, muitas vezes, a avaliação negativa termina por ser um dos fatores que produzem uma situação negativa, porque, certas ou erradas, são tão ou mais importantes que a realidade.

Por que a relação Dívida/PIB preocupa?

Analistas a usam para estimar a capacidade de o governo pagar sua dívida. A fonte de recursos do governo são, principalmente, os impostos. O governo arrecada parte da produção da economia e usa os recursos para investir, pagar salários e juros da dívida. Se a dívida é muito grande e o PIB não cresce rápido para que os impostos sejam suficientes para pagar juros e liquidar parte da dívida, há desconfiança de que

o governo possa dar um calote na dívida (decretar moratória). Se a taxa de crescimento da dívida for maior do que a do PIB, o governo poderá ter dificuldades de honrar seus pagamentos. Isso provocaria fuga de capitais e pressões sobre o câmbio.

Por que o governo precisa gerar os superávits primários?

O superávit primário é a diferença entre as receitas e despesas do governo, sem incluir o pagamento de juros. Quando ele é positivo, significa que o governo está “economizando” recursos. É com essa economia que ele pode pagar os juros da dívida ou tentar saldar parte dela. Quando atinge superávits significativos, o governo mostra que está disposto a adotar as políticas necessárias para estabilizar a relação entre dívida e o PIB.

Como o aumento do superávit é obtido?

Para obter o maior superávit primário almejado, o governo recorre a cortes adicionais de gastos ou cancelamento de investimentos. Um superávit maior também pode ser obtido com um aumento de impostos. A economia de gastos terá como consequência a necessidade de impor cortes no orçamento dos ministérios. No governo FHC, as áreas de transportes, saúde e educação foram muito afetadas. O atual governo diz que quer preservar os projetos da área social.

Quais os efeitos das taxas de juros e de câmbio na dívida?

Os títulos públicos são indexados ou atrelados ao câmbio e a Taxa Selic, há também títulos pré-fixados. Se há elevação nesses indicadores, o governo precisa de mais dinheiro para liquidar os títulos indexados. A maior parte dos títulos é indexada à taxa básica de juros (Selic), definida pelo Copom (Comitê de Política Monetária). Quando os juros sobem, aumenta o volume de recursos necessários para pagar o serviço da dívida e o governo se endivida mais para rolar os títulos. Ou vice-versa.

O MERCADO CAMBIAL

BALANÇO DE PAGAMENTOS E REGIME CAMBIAL

BALANÇO DE PAGAMENTOS

“Balanço de Pagamentos é o registro sistemático de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes em determinado país e os residentes no resto do mundo, durante certo período, geralmente de um ano”. (FMI). O Balanço de Pagamentos é o registro contábil de todas as transações de um país com o resto do mundo num dado período.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (ESTRUTURA SIMPLIFICADA)

A. Balança Comercial

Exportações de mercadorias

Importações de mercadorias

B. Balança de Serviços

Viagens internacionais; Transportes; Seguros; Rendas de Capital (juros, remessa de lucros e dividendos); Serviços governamentais; Outros serviços.

C. Transferências Unilaterais

Doações; donativos, remessas para manutenção de residentes no exterior, heranças, reparações de guerra, auxílios a instituições beneficentes ou religiosas. Renda recebida por brasileiros fora do país. Renda enviada por estrangeiros no país.

D. Saldo na Balança de Transações Correntes (A + B + C)

E. Balança de Capitais ou Movimento de Capitais

Investimentos estrangeiros; Empréstimos e financiamentos; Amortizações, Outros capitais

F. Erros e Omissões

Como próprio nome diz, informa os “Erros e Omissões” nos Balanços de Pagamentos.

Entende-se que os “erros e omissões” escondem essencialmente créditos de curto prazo não contabilizados.

G. Superávit (+) ou déficit (-) do Balanço de Pagamentos (D + E + F)

H. Balança de Capitais Compensatórios

Variações nas reservas internacionais; Ouro Monetário; Outros.

O mercado cambial

O que é e como funciona o mercado de câmbio?

O mercado de câmbio é aquele que envolve a negociação de moedas estrangeiras e os interessados em negociar com essas moedas. É o ambiente onde se realizam as operações de câmbio, entre os agentes autorizados pelo Banco Central e seus clientes. No Brasil, o mercado de câmbio é dividido em dois segmentos, o mercado livre, também conhecido como comercial e o mercado flutuante, também conhecido como turismo. Os dois são regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central. Além desses dois mercados, existe um segmento chamado mercado paralelo, que não é regulamentado. No mercado de câmbio, a moeda estrangeira é considerada como uma mercadoria. Por conta disso, está sujeita às variações de oferta e de procura.

O que é a taxa de câmbio?

A taxa de câmbio é a relação de valor entre duas moedas. Ela indica o preço, em moeda nacional, de uma moeda

estrangeira. Atualmente, no Brasil, a taxa de câmbio é flutuante, ou seja, é uma taxa livre. No mercado de taxa flutuante, não há nenhuma regulamentação oficial que estabeleça a taxa, ou seja, ela oscila de acordo com o andamento do mercado.

As autoridades monetárias sempre intervêm quando o mercado força uma oscilação muito grande no câmbio, tanto para cima quanto para baixo. Quando a taxa de câmbio fica acima das expectativas da política monetária e cambial, isto indica que a oferta de moeda é menor do que a procura e o Banco Central intervém, aumentando a oferta de dólares no mercado e forçando a baixa.

Existe um mercado cambial ou de divisas, onde as moedas estrangeiras são transacionadas. Como a taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira, ela também sofre influência da oferta e da demanda. Nesse mercado cambial - Os ofertantes são os exportadores (que receberam divisas pelas suas exportações) e as empresas (que receberam empréstimos do exterior). Esses agentes necessitam trocar essas divisas por moeda nacional. Os demandantes são os importadores, que precisam de divisas para efetuar suas compras (importações) no exterior e as pessoas e empresas que necessitam enviar divisas para o exterior, como aplicações remessas de lucros etc.

Do lado da oferta, os exportadores desejarão ofertar mais divisa quanto maior for o preço (taxa do câmbio), pois maior

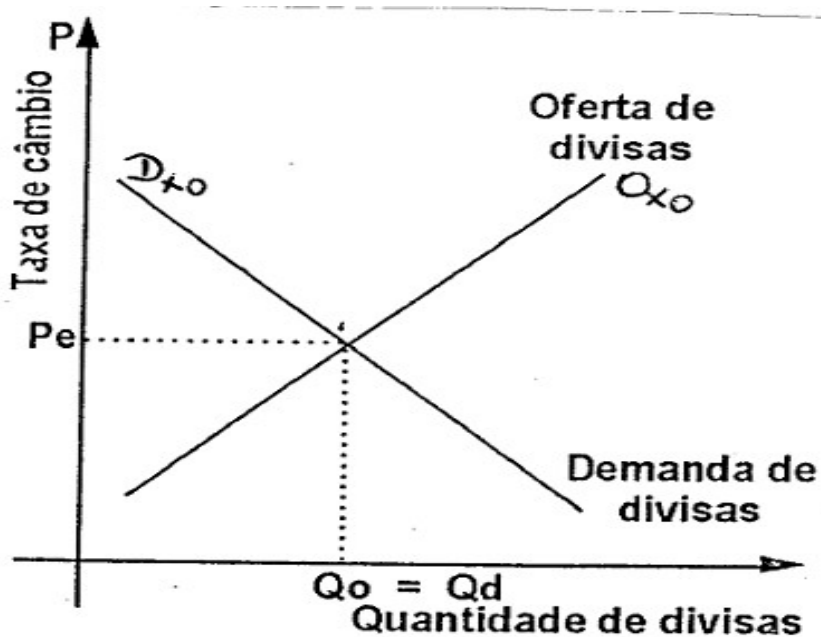
será a quantidade de moeda nacional que ele poderá obter. Exemplificando: um exportador vende o par de sapatos por 25 dólares aos EUA. Quando vende os 25 dólares que obteve, receberá a quantia de 25 reais, supondo a taxa de câmbio de um dólar = a um real. Se a taxa de câmbio aumentar para um dólar = dois reais, o exportador receberá 50 reais na troca das moedas. Com o crescimento do rendimento e do lucro, desejará exportar mais, para adquirir mais moeda nacional com as divisas obtidas.

Quanto maior a taxa de câmbio, maior a oferta de divisas; inversamente, quanto menor a taxa de câmbio, menor a oferta de divisas. Assim, a curva de oferta de divisas é crescente em relação ao preço ou taxa de câmbio.

Do lado da demanda, o comportamento é o oposto: quanto maior a taxa de câmbio, menor o volume de importações desejado pelos importadores e, portanto, menor a demanda de divisas. Inversamente, quanto menor a taxa de câmbio, maior o volume de importações desejado e maior a demanda de divisas. A curva de demanda de divisas é decrescente em relação ao preço e a taxa de câmbio.

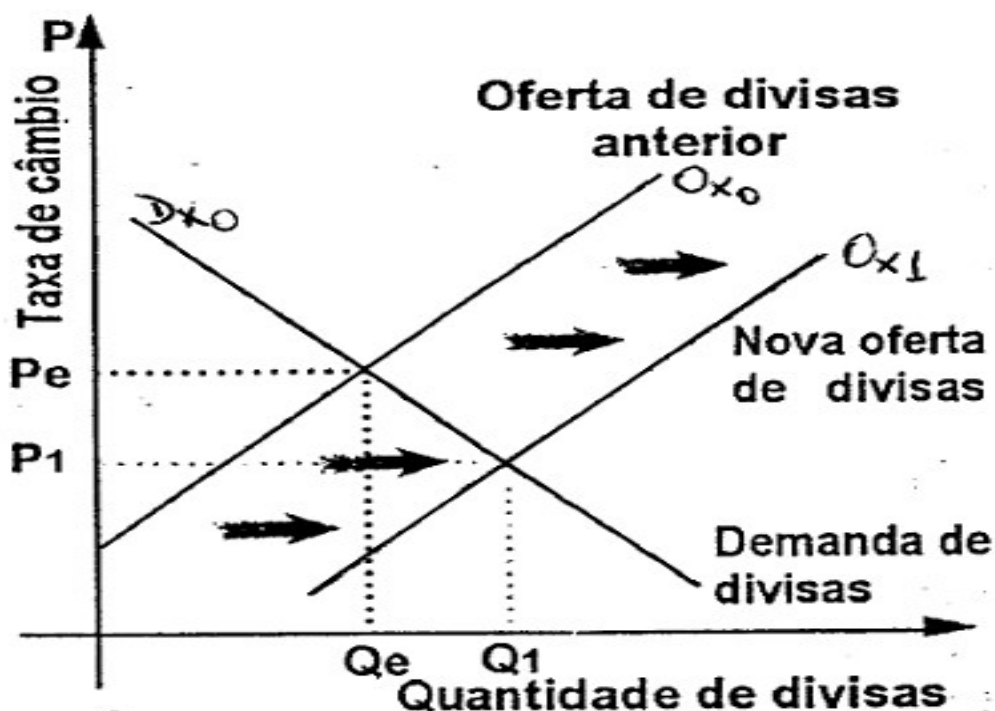
O gráfico 1 permite visualizar, de maneira simplificada, a taxa de câmbio, a oferta e a demanda de divisas:

Gráfico 1: Taxa de Câmbio, Demanda e Oferta de Divisas



Como visto na teoria de mercado, as curvas de demanda e oferta estão sempre se deslocando em função de outros fatores, exceto preço. O aumento da preferência ou gosto dos estrangeiros pelos produtos nacionais pode constituir elemento deslocador da oferta de divisas, por exemplo. Suponhamos que o governo brasileiro execute uma política de marketing eficaz dos produtos nacionais. Por meio dessa política, os estrangeiros aumentam as preferências pelos nossos produtos, mesmo que a taxa de câmbio continue estabilizada em determinado valor. Maiores compras significam aumento nas exportações dos produtos nacionais que trazem, como consequência, aumento na oferta de divisas, deslocando a curva de oferta para a direita, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Taxa de Câmbio, Demanda e Oferta de Divisas / Alteração na Curva de Oferta



A taxa de câmbio tem influência sobre a balança comercial, ou seja, sobre os níveis de importações e exportações. Quanto mais elevada estiver a taxa de câmbio (moeda nacional desvalorizada), maior será o incentivo para as exportações. Os exportadores recebem mais da moeda nacional por unidade de moeda estrangeira. Na situação oposta, com a taxa de câmbio baixa (moeda nacional valorizada), as importações serão incentivadas. Os importadores, com a mesma quantidade de moeda nacional poderão comprar mais mercadorias estrangeiras.

Política Cambial

Consiste na atuação do governo sobre a taxa de câmbio o que afeta as exportações, as importações e o movimento internacional de capital financeiro. A valorização ou apreciação da moeda nacional consiste no aumento do seu poder de compra. Vamos supor que, pela cotação de hoje, um dólar equivalesse a R\$ 2,032. Se a taxa cambial diminuísse para R\$ 1,999 por dólar, o real ficaria valorizado é extremamente atraente para o importador e desinteressante para o exportador. Considerando-se o inverso, vamos supor que um dólar equivalesse a R\$ 1,987. Se a taxa cambial aumentasse para R\$ 2,051 por dólar, o real ficaria desvalorizado em relação ao dólar. Com o real desvalorizado é extremamente atraente para o exportador e desinteressante para o importador.

Câmbio

Operação pela qual se adquire, se troca ou se compra a moeda de um país por outra em curso na praça em que a operação ocorre para remetê-la ao local, onde dela se precisa. É também o nome que se dá ao valor índice da moeda estrangeira (taxa cambial) em relação à moeda nacional sobre determinada praça.

Câmbio comercial

É a cotação do dólar usada para o fechamento dos contratos de exportação e importação. O câmbio comercial também

registra as operações de empréstimos de empresas no exterior, investimentos estrangeiros diretos, as entradas e saídas dos investimentos estrangeiros.

REGIMES CAMBIAIS

Regime de Câmbio Fixo

Um sistema de câmbio em que o Banco Central de um país estabelece um valor fixo para a paridade entre a moeda local e o dólar.

Regime de Câmbio por Bandas

É a política de câmbio que prevê uma banda para a flutuação do real frente ao dólar.

Nesse tipo de sistema a taxa de câmbio flutua dentro de um intervalo com limites máximos (teto) e mínimos (piso), também chamado “banda de flutuação”. Se a taxa se aproxima do limite máximo, o Banco Central entra no mercado vendendo divisas (US\$). Um aumento da oferta de divisas provoca diminuição da taxa de câmbio. Caso a taxa de câmbio se aproxime do limite mínimo, ameaçando rompê-lo, o Banco Central entra no mercado comprando divisas, elevando, assim, a taxa de câmbio.

Regime de Câmbio Flutuante ou Flexível

Regime de operações do mercado de divisas sem interferência das autoridades monetárias. A liberação da taxa cambial faz

com que o valor das moedas estrangeiras flutue de acordo com o interesse que despertem no mercado, segundo a oferta e a procura.

Flutuação Suja (Dirty Floating): Nesse tipo de sistema a taxa de câmbio continua sendo determinada pelo mercado. Entretanto, o Banco Central intervém, tentando balizar os movimentos desejados da taxa de câmbio, procurando limitar sua instabilidade.

Taxa de Câmbio exemplo:

Vamos supor que uma empresa brasileira exporte pares de sapatos, sendo o preço de venda em reais de R\$ 50,00.

Cotação do real frete ao dólar:

R\$ 1,688 ----- US\$ 1,00 (real valorizado)

Qual o preço em dólares a essa cotação desse produto?

R\$ 1,688 ----- US\$ 1,00

R\$50,00 ----- X

$$X = \frac{50,00}{1,688} \quad X = \text{US\$ } 29,62$$

O preço do produto brasileiro ficou mais caro e dólares, portanto, com um preço menos competitivo no mercado externo com um real (R\$) valorizado.

Cotação do real frete ao dólar:

R\$ 1,722 ----- US\$ 1,00

Não houve alteração no preço de venda em reais do par de sapatos

Qual o preço em dólares a essa cotação desse produto?

R\$ 1,722 ----- US\$ 1,00

R\$ 50,00 ----- X

$$X = \frac{50,00}{1,722} \quad X = \text{US\$ } 29,04$$

O preço do produto brasileiro ficou mais barato em dólares, portanto, com um preço em dólares mais competitivo no mercado externo.

Cotação do real frete ao dólar:

R\$ 1,748 ----- US\$ 1,00

Vamos supor que após a modernização na fabricação de sapatos essa empresa passe a ter um preço de venda em reais de R\$ 40,00 (redução nos custos de fabricação).

Qual o preço em dólares a essa cotação desse produto?

R\$ 1,748----- US\$ 1,00

R\$ 40,00 ----- X

$$X = \frac{40,00}{1,748} \quad X = \text{US\$ } 22,88$$

Vamos supor, agora, que após a modernização na fabricação de sapatos essa empresa passe a ter um preço de venda em reais de R\$ 40,00 (redução nos custos de fabricação), mas houve uma valorização do real, com a cotação de R\$ 1,667-----US\$ 1,00.

Qual o preço em dólares a essa cotação desse produto?

$$\begin{array}{ccc} \text{R\$ } 1,667 & \text{-----} & \text{US\$ } 1,00 \\ \text{R\$ } 40,00 & \text{-----} & X \end{array}$$

$$X = \frac{40,00}{1,667} \quad X = \text{US\$ } 23,30$$

O preço do produto brasileiro ficou ainda mais caro em dólares, portanto, com um preço em dólares muito mais competitivo no mercado externo.

Com a valorização do real, ou seja, cada vez que diminui a diferença entre a moeda nacional frente a uma moeda estrangeira, por exemplo, R\$ 1,798 -----US\$ 1,00 para R\$ 1,678 -----US\$ 1,00, valorização do real de 6,67%, os produtos brasileiros perdem competitividade no mercado externo. Vide exemplos acima.

Com a desvalorização do real, ou seja, cada vez que aumenta a diferença entre a moeda nacional frente a uma moeda estrangeira, por exemplo, R\$ 1,681 -----US\$ 1,00 para R\$ 1,715 -----US\$ 1,00, desvalorização do real de 2,02%, os produtos brasileiros aumentam sua competitividade no mercado externo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL²

As relações internacionais do Brasil são fundamentadas no artigo 4º da Constituição Federal de 1988, que determina, no relacionamento do Brasil com outros países e organismos multilaterais, os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos, da cooperação internacional e da solução pacífica de conflitos. Ainda segundo a Constituição Federal de 1988, a política externa é de competência privativa do Poder Executivo federal, cabendo ao Legislativo federal as tarefas de aprovação de tratados internacionais e dos embaixadores designados pelo Presidente da República.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty, é o órgão do poder executivo responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. A atuação do Itamaraty cobre as vertentes política, comercial, econômica, financeira, cultural e consular das relações

²² Fonte: Wikipédia

externas, áreas nas quais exerce as tarefas clássicas da diplomacia: representar, informar e negociar.

As prioridades da política externa são estabelecidas pelo Presidente da República. Anualmente, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, geralmente no mês de setembro, o Presidente da República, ou o Ministro das Relações Exteriores, faz um discurso onde são apresentados, ou reiterados, os temas de maior relevância para o governo brasileiro.

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil tem dado ênfase à integração regional (em que se destacam dois processos basilares, o do Mercosul e o da ex-Comunidade Sul-Americana de Nações, atual Unasul); às negociações de comércio exterior em plano multilateral (Rodada de Doha, Organização Mundial de Comércio, solução de contenciosos em áreas específicas, como algodão, açúcar, gasolina, exportação de aviões); à expansão da presença brasileira na África, Ásia, Caribe e Leste Europeu, por meio da abertura de novas representações diplomáticas (nos últimos seis anos foram instaladas Embaixadas em 18 países); à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cujo formato e composição o governo brasileiro considera anacrônicos e injustos (o Brasil deseja ser incluído, juntamente com a Índia, Japão e Alemanha, no grupo de países com assento permanente no Conselho, atualmente limitado a cinco: Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido).